



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

Carlos José Klann

Métodos e Ações de Conservação Preventiva: Um estudo de caso da coleção Dr. Ruy
Olympio de Oliveira do Memorial do MPSC

Florianópolis
2024

Carlos José Klann

Métodos e Ações de Conservação Preventiva: Um estudo de caso da coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira do Memorial do MPSC.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação de Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Me. Luciana Silveira Cardoso

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Klann, Carlos José

Métodos e Ações de Conservação Preventiva : Um estudo de caso da coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira do Memorial do MPSC / Carlos José Klann ; orientador, Luciana Silveira Cardoso, 2024.

130 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Conservação Preventiva. 3. Acervos em suporte de papel. 4. Memorial do MPSC. 5. Dr. Ruy Olympio de Oliveira. I. Cardoso, Luciana Silveira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Carlos José Klann

Métodos e Ações de Conservação Preventiva: Um estudo de caso da coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira do Memorial do MPSC.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Museologia.

Florianópolis, 02 de Julho de 2024.

Prof.^a Me. Luciana Silveira Cardoso
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof.^a Me. Luciana Silveira Cardoso
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Me. Maria Eugênia Gonçalves de Andrade

Prof. Dr. Cezar Karpinski
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é uma atividade gratificante. Apesar da escritura do trabalho de conclusão de curso ser um trabalho muitas vezes solitário, há pessoas que contribuíram para este trabalho e também minha formação acadêmica. Como forma de agradecer a todos que auxiliaram neste trabalho cito o poema de *Antoine de Saint-Exupéry*, *Acaso*. "*Cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, pois cada pessoa é única e nenhuma substitui outra. Cada um que passa em nossa vida passa sozinho, mas não vai só nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levam muito, mas há os que não levam nada. Essa é a maior responsabilidade de nossa vida, e a prova de que duas almas não se encontram ao acaso*".

A princípio gostaria de agradecer minha família, pelo apoio nas minhas escolhas. Ao meu pai e minha mãe pela dedicação e sempre incentivar a continuar estudando. Aos meus irmão e irmã pela parceria e por me escutarem na execução deste trabalho.

A Professora Orientadora, Luciana Silveira Cardoso, que aceitou me ajudar nesta etapa da formação acadêmica e pelas conversas e trocas de ideias na fazendinha.

Ao Professor Cezar Karpinski e a Colega de Curso/Professora Maria Eugênia Gonçalves de Andrade pelo aceite de ser banca neste trabalho.

A equipe do Setor do Memorial do MPSC, todos os estagiários com quem compartilhei essa experiência, em especial a chefe de setor, Priscila por ter me recebido, pela amizade e parceria durante esses dois anos de estágio. Também não posso deixar de agradecer de forma especial a Lúcia, a alegria em pessoa.

Agradeço também a Arquivista Bianca Mendes, do Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional/RJ, pelo esforço e dedicação na tentativa de encontrar alguma informação sobre o Dr. Ruy ter realizado o curso técnico de museus no MHN.

Agradeço também a todos os amigos que estiveram comigo nesses anos de graduação. Em especial a turma de 2019/1, com a qual ingressei no curso de Museologia na UFSC, e a todos aqueles que encontrei nas outras turmas que passei. Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho está estabelecido, especialmente, na área de conservação preventiva em acervos museológicos e das ações museológicas que foram desenvolvidas no período em que realizei o estágio não obrigatório no Memorial do Ministério Público de Santa Catarina. O objeto desta pesquisa se propõe a desenvolver métodos e ações de conservação preventivas possíveis para o acervo de livros da coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira, que pertence ao acervo do Setor do Memorial do MPSC. Tem como objetivos específicos, indagar a importância da preservação deste acervo para a instituição; analisar as condições de preservação do acervo na reserva técnica do Memorial e quais ações de conservação preventiva são necessárias para a salvaguarda do acervo na instituição. A metodologia adotada para a análise desta pesquisa é um estudo de caso, com aplicação de métodos de pesquisa de documentos, levantamento bibliográfico e análise de dados para a realização do trabalho. Inicialmente, apresenta uma análise dos espaços e lugares de memória, utilizando de pressupostos teóricos, provocando uma reflexão sobre esses lugares, com um enfoque específico no Memorial do MPSC e na pessoa que formou o acervo, o Dr. Ruy. Depois disso, é feito um levantamento bibliográfico sobre as definições e a importância das reservas técnicas nos espaços museológicos, além de métodos de conservação preventiva e preservação de acervos em suporte de papel. Finalmente, faz um estudo detalhado nas reservas técnicas do Memorial e do acervo de livros da coleção, identificando agentes de degradação e propondo ações de conservação. Neste sentido, desenvolve-se uma série de recomendações para a conservação preventiva da coleção, baseadas nas observações e nas ações de conservação preventiva possíveis aplicadas no acervo durante a realização do estágio na instituição.

Palavras-chave: Conservação Preventiva; Acervos em Papel; Memorial do MPSC; Dr. Ruy Olympio de Oliveira; Museologia.

ABSTRACT

This work is established, especially, in the area of preventive conservation in museum collections and the museological actions that were developed during the period in which I carried out the non-mandatory internship at the Memorial of the Public Prosecutor's Office of Santa Catarina. The object of the research proposes to develop possible preventive conservation methods and actions for the collection of books of the Dr. Ruy Olympio de Oliveira collection, which belongs to the collection of the Memorial Sector of the MPSC. Its specific objectives are to investigate the importance of preserving this collection for the institution; to analyze the preservation conditions of the collection in the technical reserve of the Memorial and which preventive conservation actions are necessary to safeguard the collection in the institution. The methodology adopted for the analysis of this research is a case study, with the application of methods of document research, bibliographic survey and data analysis to carry out the work. Initially, it presents an analysis of the spaces and places of memory, using theoretical assumptions, provoking a reflection on these places, with a specific focus on the MPSC Memorial and the person who formed the collection, Dr. Ruy. After that, a bibliographic survey is made on the definitions and importance of technical reserves in museum spaces, in addition to methods of preventive conservation and preservation of collections in paper format. Finally, it makes a detailed study of the technical reserves of the Memorial and of the collection of books, identifying agents of degradation and proposing conservation actions. In this sense, a series of recommendations for the preventive conservation of the collection are developed, based on the observations and possible preventive conservation actions applied to the collection during the internship at the institution.

Keywords: Preventive Conservation; Paper Collections; MPSC Memorial; Dr. Ruy Olympio de Oliveira; Museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Estrutura do CEAF.....	28
Figura 2 – Planta baixa do Memorial, Ed. Galaxy.....	28
Figura 3 – Espaço da Casa Bocaiuva.....	30
Figura 4 – Ruy Olympio de Oliveira organizando sua biblioteca.....	35
Figura 5 – Casa Bocaiuva.....	47
Figura 6 – Planta baixa da Casa Bocaiuva.....	48
Figura 7 – Reserva Técnica Memorial – Casa Bocaiuva.....	48
Figura 8 – Reserva Técnica do Memorial – Ed. Galaxy.....	49
Figura 9 – 10 Principais agentes de risco em museus.....	52
Figura 10 – 6 Camadas de envoltórios de um bem cultural.....	53
Figura 11 – Ruy Olympio de Oliveira na sua Biblioteca.....	65
Figura 12 – Livros Faculdade de Direito - 1953/RJ.....	67
Figura 13 – livros de Ruy Olympio de Oliveira.....	68
Figura 14 – Livros Ruy Olympio de Oliveira (CDU) e <i>Ex-libris</i>	69
Figura 15 – Lembranças nos livros de Ruy Olympio de Oliveira.....	69
Figura 16 – Processo de higienização do acervo do Memorial do MPSC.....	72
Figura 17 – Termo Higrômetro Reserva Técnica do Memorial do MPSC.....	74
Figura 18 – Desumidificador de ar.....	83
Figura 19 – Mesa de Higienização de documentos.....	84
Figura 20 – Estante de Metal.....	84
Figura 21 – Armário deslizante.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Média Temperatura e Umidade Relativa Reserva Técnica – Casa Bocaiuva.....	75
Gráfico 2 – Média Temperatura e Umidade Relativa Reserva Técnica – Ed. Galaxy.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de documentos identificados no acervo do Memorial MPSC.....	64
Tabela 2 – Média dos meses de temperatura e umidade da Reserva Técnica na Casa Bocaiuva	74
Tabela 3 – Média dos meses de temperatura e umidade da Reserva Técnica na Ed. Galaxy...	76
Tabela 4 – Livros selecionados para Laudo Técnico.....	78
Tabela 5 – Laudo Técnico: Livro Manual de Apelações e Aggravos.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAF	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
DOE	Diário Oficial Eletrônico
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FEDAVI	Fundação do Alto Vale do Itajaí
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico Nacional
LABCON	Laboratório de Conservação e Restauração
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
MP	Ministério Público
PGJ	Procuradoria-Geral de Justiça
STF	Superior Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	LUGARES DE MEMÓRIA, O MEMORIAL, O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA E O DR. RUY	20
2.1	CENTROS, ESPAÇOS, LUGARES DE MEMÓRIA, “MEMORIAL”, AFINAL, O QUE SÃO?	20
2.2	O MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA.....	24
2.3	O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA – BREVE HISTÓRICO....	30
2.4	DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA SUA BIBLIOTECA E TRAJETÓRIA.....	34
3	RESERVAS TÉCNICAS, CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ACERVOS....	40
3.1	AS RESERVAS TÉCNICAS: CONCEITOS E AS RESERVAS TÉCNICAS DO MEMORIAL DO MPSC.....	40
3.1.1	Reservas Técnicas do Memorial do MPSC.....	46
3.2	CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E MÉTODOS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS EM SUPORTE DE PAPEL.....	50
3.2.1	O Papel – Abordagem Histórica e Conservação de Acervos em Papel no Brasil.....	54
3.2.2	Agentes de Degradação e Deterioração do Papel.....	57
3.2.3	Métodos e ações de Conservação Preventiva em Acervos de Suporte de Papel.....	60
3.3	OS ACERVOS DO MEMORIAL MPSC E O ACERVO DE LIVROS DO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA.....	62
3.3.1	Acervo de livros do Dr. Ruy Olympio de Oliveira.....	65
4	CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO ACERVO DE LIVROS DA COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA DO MEMORIAL DO MPSC.....	71
4.1	CATALOGAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, MONITORAMENTO AMBIENTAL E ARMAZENAMENTO DO ACERVO DE LIVROS DO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA.....	71
4.2	LAUDOS TÉCNICOS DOS LIVROS DO ACERVO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA.....	77
4.3	PROPOSTA DE AÇÕES E MÉTODOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA A RESERVA TÉCNICA DO MEMORIAL DO MPSC.....	82

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS.....	88
	APÊNDICE A – Lista de Livros da Coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira... 	93
	APÊNDICE B – Controle de Temperatura Interna, Externa e Umidade Relativa Sala de Reserva Técnica Memorial MPSC.....	107
	APÊNDICE C – Laudos Técnicos de Conservação dos Outros Livros da Coleção do Dr. Ruy Olympio de Oliveira.....	115

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso foi pensado a partir no período em que realizei o estágio não obrigatório do Setor do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, no período de abril de 2022 até abril de 2024. O começo no estágio foi marcado pelo retorno das atividades presenciais, depois de dois anos de pandemia. Neste período, o acervo do Memorial estava guardado em caixas de papelão ou de plásticos, colocadas no depósito ou em uma sala que fica da Casa Bocaiúva, sem a devida classificação, identificação e higienização adequada. Também nos primeiros meses que iniciei o estágio, o Setor do Memorial teve a primeira mudança de espaço, devido a mudanças internas de adequação de espaço. O Setor que ficava no edifício sede do MP, no quarto andar, foi para a Casa Bocaiúva. A casa é um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, nos anos da década de 1980, pelo Decreto Municipal n. 521/89, e que foi completamente restaurada pelo Ministério Público no ano de 2018, na compra do terreno para a construção do novo edifício para a instituição. Depois, no início do ano de 2024 o Setor do Memorial foi realocado para um outro espaço, o edifício Galaxy, no centro da cidade.

Uma das primeiras atividades que realizei no início do estágio foi a realização de uma organização, catalogação, acondicionamento e higienização dos acervos da instituição. Apesar de descrever os objetos como acervo, a maioria deles estavam sem registro correto ou nenhuma informação de sua origem, de quem fez a doação e a quem pertenceu. Entre os objetos agrupados estão prêmios recebidos, placas de homenagens, togas, fitas VHS, máquinas de escrever, alguns móveis e muitos livros. Entre esses muitos livros que estão no acervo do Memorial, uma coleção me chamou atenção. Eram dos livros que pertenciam ao acervo pessoal de um ex-Procurador de Justiça e Corregedor, Dr. Ruy Olympio de Oliveira (1953 à 1997). Os livros estavam guardados em caixas organizadoras, tipo contêineres, que foram doados pela família do Dr. Ruy para o Memorial do MP e que ainda não tinham passado por processo de organização.

Como método de conservação preventiva do acervo desses livros, iniciamos um processo de catalogação, organização, acondicionamento em armários, verificação da presença de pragas e uma higienização mecânica com trincha. Apesar disso, falta muito para um melhor processo de conservação preventiva deste acervo. Portanto, é por este caminho que esse trabalho de conclusão de curso em Museologia tem o objetivo de percorrer. Partindo de leituras e pesquisas em conservação preventiva, e no desenvolvimento de ações museológicas,

tem como objetivo propor ações e métodos de conservação preventivas possíveis para a preservação e conservação do acervo de livros da coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira que estão no acervo institucional do Memorial do MPSC.

O trabalho tem como outros objetivos, problematizar a importância da preservação deste acervo para a instituição; analisar os espaços físicos, ambientais e climáticos em que estão a reserva técnica do Memorial e diagnosticar o estado de conservação do acervo e que ações são necessárias para a salvaguarda do acervo em questão.

O uso do papel, em especial os livros, são um importante meio de informação, que teve seu crescimento desde o século XV. Apesar do avanço tecnológico e digital nas formas de leitura, o uso do suporte de impressão em papel ainda tem preferência por muitas pessoas nos dias de hoje. Entretanto, sabemos perfeitamente que este tipo de suporte está sujeito a fatores de deterioração. Seja por fatores internos, como a acidez do papel, que provoca a perda da força do papel por meio da hidrólise, o que pode causar a deterioração das fibras e dos materiais e a perda de sua resistência mecânica, bem como, ainda, o seu uso, e o acondicionamento de forma errada, entre outros fatores. Compreender as peculiaridades de envelhecimento e vulnerabilidade aos agentes de deterioração e de degradação, sejam eles, fatores externos e às tendências internas de deterioração, é fundamental aos profissionais que trabalham em museus, arquivos, bibliotecas quando manuseado este tipo de acervo.

Como aborda as autoras Vanilde R. Ghizoni e Lia C. Teixeira (2012, p. 13), o processo de degradação de um objeto é um processo natural como o seu envelhecimento e resultante de reações que ocorrem em sua estrutura e com o equilíbrio físico-químico com as relações do ambiente, onde estão armazenados. Mantendo o objeto em condições adequadas de armazenamento e de exposição, os processos de degradação são estabilizados. A necessidade de manutenção de ações preventivas de conservação seriam apenas higienização, controle de micro-organismos e insetos, embalagens de proteção, manuseio correto, entre outros.

A proposta de pesquisa deste trabalho é um estudo de caso sobre o acervo de livros da Coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira que é mantido pelo Memorial do Ministério Público de Santa Catarina. Tem como abordagem métodos de pesquisa qualitativo e também quantitativo. Para a realização do trabalho será realizada uma pesquisa documental que auxilie na formação de uma fonte de dados sobre o Memorial do MPSC, da própria instituição e também do próprio Dr. Ruy e sua coleção. Outro método utilizado no trabalho é a pesquisa bibliográfica sobre os temas abordados nos capítulos. Serão levantadas bibliográficas sobre

lugares de memória, sobre a história e a instituição do Ministério Público, sobre reservas técnicas em museus, documentação museológicas e uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada tomando como base autores que tenham contribuído para o campo da conservação preventiva em acervos museológicos, com a especificidades na conservação em acervos de suporte de papel. Na parte final do trabalho terá um enfoque em uma análise quantitativa dos dados que foram gerados com as ações de conservação preventiva realizadas do período em que foi realizado o estágio do Memorial do MPSC. Entre esses dados estão a análise do monitoramento de temperatura e umidade relativa e a confecção de laudos técnicos de uma amostragem do acervo de livros da coleção do Dr. Ruy Olympio de Oliveira. Essas metodologias de pesquisa tem como indagação a busca de responder questões sobre que métodos e procedimentos possíveis são necessários para a conservação desse acervo.

Para que os objetivos deste trabalho sejam alcançados, o trabalho será dividido em três capítulos: Lugares de Memória, o Memorial, O Ministério Público de Santa Catarina e o Dr. Ruy; Reservas Técnicas, conservação preventiva e acervos; e, conservação preventiva no acervo de livros da coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira do Memorial do MPSC.

No primeiro capítulo, serão abordadas as definições conceituais do que são espaços, centros, lugares de memória, utilizando de pressupostos teóricos, provocando uma reflexão sobre os espaços públicos onde há disputas de poder e, portanto, um olhar atento se faz necessário. Na sequência, se faz a apresentação do Setor do Memorial do MPSC, sua criação e quais são as suas atribuições para a preservação da memória da instituição. Ainda como complemento, mas não menos importante, um breve histórico do MPSC e as atribuições que remetem a este órgão público. Para finalizar o primeiro capítulo, vamos conhecer o criador dessa coleção, o Dr, Ruy Olympio de Oliveira, e sua paixão por livros e uma pessoa de muitas facetas.

No segundo capítulo, tratará sobre os fundamentos teóricos e os conceitos sobre reservas técnicas, e quais foram as mudanças sofridas no campo da conservação preventiva que fez com que ela se tornasse um dos pontos mais importantes dentro dos espaços museológicos. Também tem como propósito abordar o conceito de conservação preventiva na Museologia, e a particularidade em métodos e ações de conservação e preservação em acervos de suporte de papel. Apresentar uma breve abordagem histórica do uso do papel e da conservação em papel no Brasil.

Ainda como complemento, serão apresentados as reservas técnicas do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, e na sequência quais tipos de acervo compõem a

coleção do local. A seguir será apresentado o acervo de livros da coleção Ruy Olympio de Oliveira que integra o acervo do Memorial do MPSC.

No terceiro capítulo, e última parte, irá focar nos processo de conversação preventiva que foram realizados nos livros, a elaboração de laudos técnicos de alguns livros e que medidas de conservação preventiva são necessárias para um melhor acondicionamento do acervo de livros da coleção Dr. Ruy na reserva técnica do Memorial do MPSC.

2 LUGARES DE MEMÓRIA, O MEMORIAL, O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA E O DR. RUY.

Neste primeiro capítulo, aborda inicialmente sobre as definições de conceito do que são “lugares de memória” e, conseqüentemente, o que pode ser entendido sobre “o que é um memorial?”. Na sequência, será descrita uma trajetória de como se originou o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, seguindo de um breve histórico desta instituição, MPSC, e, finalmente, quem constitui o acervo a ser analisado para este trabalho.

2.1 CENTROS, ESPAÇOS, LUGARES DE MEMÓRIA, “MEMORIAL”, AFINAL, O QUE SÃO?

A proposta de início, desse trabalho, em abordar as questões da sedução dos espaços que remetem a memória, e, que é uma emergência que surgiu como muita força no mundo ocidental do pós-guerra, sendo que hoje em dia, são inúmeros os espaços atribuídos para este fim. Como menciona Jacques Le Goff, “[...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 1990, pg. 410). Por isso, nesse sentido, a memória durante o século XX, sobretudo para as ciências sociais, passou a ter uma dimensão social.

Para o autor, Michael Pollak, a memória é uma operação coletiva na integração dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, essas tentativas têm a conscientização de reforçar os sentidos de pertencimento e as fronteiras sociais entre os coletivos, seja em diferentes grupos, como, partidos, sindicatos, igrejas, regiões, clãs, famílias, nações, etc. Esta referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições, sendo responsável por evocar e provocar o senso de pertencimento e a partilha de significados entre os sujeitos e a instituição, e, na mesma medida, entre a comunidade e as recordações do indivíduo (1989, pg.9).

Outro aspecto importante quando abordamos as questões da memória são as disputas de poder. “Onde há poder há memória”, na perspectiva de Mário Chagas, poeta e museólogo, “(...) onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção de memória. Memória e poder exigem-se. O exercício do poder constitui “lugares de memória” que, por sua vez, são dotados de poder” (Chagas, 2009b, pg. 69).

O conceito “lugares de memória” que remete ao tema é o desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora, associado à Nova História e referência no estudo da memória e da identidade francesa. É que a partir dos anos 1980, o conceito tornou mais próxima dos historiadores – ou, ainda, dos debates historiográficos – a questão do patrimônio cultural.

No texto de Nora, *“Entre memória e história: a problemática dos lugares”*, cujas primeiras partes estão dedicadas a delinear o diagnóstico histórico e que dá conta de um tempo presente obcecado pela memória e pelo dever de memória e que justifica a necessidade de um estudo dos “lugares de memória” que incorporam uma memória nacional e seus símbolos. Neste sentido, o objeto de pesquisa do historiador é encruzilhado com dois movimentos. O primeiro é um movimento histórico, que aponta o final de uma tradição de “memória” e o segundo seria um movimento historiográfico, um momento de retorno reflexivo sobre a história feita pela história. Nora define os “Lugares de Memória” como sendo:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, pg. 12-13).

A caracterização mais sistemática da noção, os “lugares de memória” são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, nisso diferindo somente quanto ao grau os três aspectos coexistem sempre. Pierre Nora interpreta que o mundo inteiro entrou numa dança de mudanças grandiosas, como a aceleração do ritmo das transformações dos processos históricos, a mundialização, a midiaticização. Também o receio da perda da memória que originou a necessidade de suportes e formas de preservação da memória que formou os museus, arquivos, bibliotecas, seria a institucionalização da memória em papel. Para Nora essas mudanças acabaram com as sociedades de memórias, as tradicionais ligadas à oralidade. A memória é a vida, transportada por grupos vivos, abertos à dialética da lembrança e do esquecimento e enraizada no “concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Se habitássemos ainda a memória não haveria necessidade de consagrar

“lugares”, por que não haveria memória transmitida pela história. A partir do momento que a memória deixa de ser “memória” ela se torna história criando a necessidade de suporte para a memória, neste sentido eles se tornam lugares de memória. Nora enfatiza que os lugares são antes de tudo “resto” de uma sociedade que esqueceu a memória espontânea e que precisa de arquivos, de monumentos, de aniversários e celebrações como suportes de memória.

A passagem da memória para a história obrigou a sociedade a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. A memória se apresenta com o dever de guardar, de preservar o que não pode ser perdido, neste sentido os lugares de memória. “Só será lugar de memória aquilo que for investido de vontade de memória” (Nora, 1993, pg. 22). Assim sendo, a história tem o papel de lembrar os homens de que é preciso lembrar, na tentativa de superar a questão do esquecimento.

O importante aqui em compreender os conceitos de memória e lugares de memória é que possamos entender em que ponto desta teia pode ser visto o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina como espaço de memória. Segundo Fernanda Moretto de Castro, Museóloga, que também estagiou no Memorial do MPSC, “A conceituação dos espaços denominados memoriais é, ainda, um caminho de terreno acidentado, visto que suas definições nem sempre refletem a realidade e nos deixam com percepções pouco elaboradas acerca do que, afinal, é um Memorial” (Castro, 2021, pg. 22).

Para o historiador Jorge Barcellos que recuperou a etimologia da palavra e realça o caráter ambíguo do conceito, fica no meio de campo entre museu e centro cultural:

[...] é uma escritura, uma memória institucional, formal, burocrática [...] lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais [...]. O eixo sobre o qual o trabalho de um memorial deve centrar sua organização é a memória do Estado ou da instituição a que se refere [...](Barcellos, 1999, pg. 7-8).

Entender esses espaços, cujas denominações remetem a personalidades que importam para a construção de uma memória institucional, como o Memorial do MPSC, reforça a ideia de constituição de lugares de memória. Para a autora Andrea Arruda Barbosa, a questão da memória institucional pode ser abrangida de uma forma mais prática como:

A Memória institucional consiste em uma (re)construção de fatos e acontecimentos significativos da trajetória e das experiências da organização, selecionados e (re)organizados com o objetivo de estimular o processo de (re)construção de uma identidade comum entre esta e seus públicos de interesse (Barbosa, 2010, pg. 11).

Em 2021, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ elaborou um “Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário”, que poderá servir de base para os órgãos do Poder Judiciário, como o Memorial do MPSC. Seguindo uma própria resolução do CNJ, os órgãos do Poder Judiciário deverão instituir espaço físico e virtual de preservação e divulgação de informações relativas à memória, que pode ocorrer por meio de Museu, Memorial ou Centro de Memória.

Como forma de entender esses espaços de memória, é necessário uma prévia distinção terminológica entre eles, sendo que somente o Museu tem uma definição legal.

- **Museu:** é definido pelo artigo 1º, do Estatuto dos Museus da seguinte forma:

[...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

- **Memorial:** é um espaço de memória misto, podendo ser uma instituição de homenagem a personalidades, fatos ou atividades, que tem seu funcionamento voltado para o objeto da homenagem. Por seu caráter híbrido, pode conter acervos do gênero arquivístico, museológico e bibliográfico. O termo também pode estar associado a monumentos ou outros itens que intencionalmente reverenciam a memória de personalidades ou fatos considerados históricos.

- **Centro de Memória:** segundo a autora Márcia Pazin define como sendo:

Um centro de memória é uma área, setor ou unidade – dentro de cada instituição – que tem como objetivo reunir, organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, presente tanto na documentação histórica da organização quanto na memória de seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional. (Pazin, 2015)

Para Ana Maria Camargo e Silvana Goulart não há consenso conceitual na literatura e são observados Centros de Memória de formatos variados. Segundo as autoras:

A ideia de que os centros de memória são um misto de arquivo, biblioteca e museu — e que extraem dessa mistura novas funcionalidades — não se esgota no inventário de suas afinidades e diferenças. É preciso verificar até que ponto constituem um espaço institucional realmente novo, o que implica verificar também em que medida seu aparecimento, no âmbito das organizações, reflete as profundas alterações ocorridas no mundo contemporâneo. (Camargo & Goulart, 2015, pg. 29)

O importante em analisar quais são as nomenclaturas atribuídas aos lugares de memória do Poder Judiciário (Museu, Memorial ou Centro de Memória) é a compreensão usado pelo CNJ, que esses espaços são “Unidade de Memória”. Como Unidade de Memória cabe a cada órgão do Poder Judiciário ter como objetivos a construção, preservação, valorização e difusão da memória institucional. Pela resolução do CNJ as atribuições das “Unidades de Memória” seriam as seguintes:

Unidades de Memória: custódia e preservação do acervo museológico; realização de atividades culturais; desenvolvimento de pesquisa; realização de programa de história oral; produção de exposições temporárias físicas e virtuais; atendimento ao público; desenvolvimento de ações socioeducativas para o público externo com o escopo de divulgar a história do Poder Judiciário e suas funções; promoção da cidadania por meio do pleno acesso ao Patrimônio arquivístico, bibliográfico, museográfico, histórico e cultural gerido e custodiado pelo Poder Judiciário (CNJ, 2021, pg. 62).

Os memoriais públicos, e isso inclui o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, não são meros espectadores dessa realidade e, portanto, precisam estar atentos à gestão da memória e do lugar de Memória. Por trabalharem, direta e indiretamente, com memórias coletivas e, conseqüentemente, com identidades e como também, por preservarem, muitas vezes, um acervo museológico, arquivístico e bibliográfico são guardiões da memória institucional. Cabe aqui, neste trabalho, tratar o Memorial do MPSC, como uma instituição de cunho museológico, pois, de acordo como Mário Chagas “Um lugar, coisas que ancoram poder e memória e um ente (individual ou coletivo) possuído e possuidor de imaginação criadora são os elementos indispensáveis para a constituição do museu” (Chagas, 2009a, pg. 57), e, com isso, estar a serviço da sociedade pelo reconhecimento e da divulgação da importância da memória institucional do Ministério Público de Santa Catarina.

2.2 O MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

A criação do Memorial para o Ministério Público de Santa Catarina - MPSC já estava previsto desde o ano de 2001. Mas foi somente em julho de 2010, quando o Projeto Memória iniciou suas atividades, que se obteve a base para o que é hoje o Setor de Memorial do MPSC. No termo de abertura do Projeto Memória, em maio de 2010, justifica que a história do Ministério Pública de Santa Catarina é parte da Memória da Cultura Jurídica Catarinense, sendo de fundamental importância o “resgate” da história para o

desenvolvimento de uma identidade coletiva daqueles que fazem ou fizeram parte da instituição, sendo também de importância para a sociedade catarinense, seja no presente, ou para as gerações futuras. Seu objetivo geral era a implantação do Memorial do MPSC.

O Projeto Memória foi estruturado e implementado por meio de uma consultoria do historiador, Gunter Axt¹, que definiu um Plano de Gestão Estratégica² onde foram apresentados os objetivos e as estratégias de ação prioritárias e as metas e avaliações periódicas para a implantação do Memorial do MPSC.

Segundo Gunter Axt, em entrevista concedida ao Programa Alcance do MPSC³, em 2011, o Memorial é uma ferramenta que possui três vetores básicos, sendo: primeiramente um espaço que permite a criação de fóruns para debates sobre diversos temas e escolhas feitas pela instituição durante sua trajetória, seguindo da possibilidade de comunicação com a sociedade e seu entorno, e finalmente o último eixo e não menos importante, que é o zelo pelo patrimônio histórico. Esses três vetores estão descritos da seguinte forma no Plano de Gestão Estratégica: Em primeiro lugar a sistematização de uma narrativa institucional, seguidos de uma organização e visibilidade para o acervo documental e de um diálogo com o entorno comunitário. Apresenta ainda um 4º vetor, que de certa forma está incorporado ao 3º vetor, que seria um diálogo com os setores específicos formadores de opinião. No site da instituição estão descritos os objetivos do Plano de Gestão Estratégica do Memorial:

- Contribuir na preservação e na gestão do acervo documental e histórico do Ministério Público.
- Propor e executar políticas de memória institucional e de atividades culturais.
- Contribuir para o debate sobre a identidade e o papel do Ministério Público na moderna sociedade democrática.
- Contribuir para aproximar o Ministério Público da sociedade, exercendo papel didático quanto à função da instituição ministerial e à divulgação dos

¹ Gunter Axt é historiador. Bacharelou-se em História pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1992 e defendeu mestrado na mesma universidade em 1995. Doutorou-se em História Social pela USP - Universidade de São Paulo, em 2001. Desenvolveu pós-doutorado junto ao CPDOC da FGV - Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, entre 2005 e 2006. Atuou como pesquisador e gestor cultural com foco na área da memória e do patrimônio histórico, contribuindo na concepção ou execução de diversos projetos de memória institucional, dentre os quais os da Assembleia Legislativa do RS, do Poder Judiciário do RS, do Ministério Público do RS, do Tribunal Militar do RS, da Ajuris (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul), da Escola Superior da Magistratura do RS, do Tribunal Federal da 4ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina), do Ministério Público de Santa Catarina, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, do Conselho da Justiça Federal, do Ministério Público Militar da União e do Conselho Nacional do Ministério Público. Entre janeiro de 2021 e janeiro de 2023, foi Secretário Municipal de Cultura de Porto Alegre. Para mais informações acessar: <http://lattes.cnpq.br/0528981935854177>.

² Plano de Gestão Estratégica disponível em:

<https://www.mpsc.mp.br/memorial-do-ministerio-publico/plano-de-gestao-estrategica>.

³ Entrevista Programa Alcance do MPSC - Disponível no canal do youtube da instituição:

https://www.youtube.com/watch?v=YzKtVtq_FWI&t=321s.

- direitos da cidadania.
- Facilitar a criação de entornos criativos e interativos de participação social e comunitária.

Entretanto, a criação do Memorial do MPSC somente ocorreu em, 6 de junho de 2012, por meio do ATO n. 0228/2012/PGJ, publicado do Diário Oficial Eletrônico, n. 807 – DOE-MPSC, em 8 de junho de 2012⁴, pelo então Procurador Geral de Justiça Antenor Chinato Ribeiro, juntamente com a nomeação do seu Conselho Consultivo. Neste documento é possível perceber o objetivo da instituição no descritivo do Art. 2º que diz:

O Memorial do Ministério Público do Estado de Santa Catarina tem como finalidade resgatar, conservar e divulgar a trajetória histórica da Instituição e, bem assim, contribuir para o aperfeiçoamento das atividades institucionais e para a discussão em torno do papel do Ministério Público, dentro de sua perspectiva histórica e também como instrumento de valorização do patrimônio cultural catarinense.
Parágrafo único. O Memorial poderá desenvolver ações junto à comunidade, mediante o implemento de programas e projetos de gestão cultural, promovendo pesquisas, exposições, seminários e publicações pertinentes à identidade institucional e cultural do Estado.

Desse período inicial do Memorial foi desenvolvido o Programa de História Oral, que desde 2010 coletando-se entrevistas com os(as) membros(as) mais antigos(as) do MPSC, a fim de construir uma memória institucional. Foram realizadas 56 entrevistas, que resultaram na publicação dos livros⁵ de “*Histórias de Vida: Os Procuradores-Gerais Volume I*”; “*Histórias de Vida Volume II*”; “*Histórias de Vida Volume III, Mulheres do Direito, Mulheres no Ministério Público*”. Também foi realizado um levantamento documental da instituição e a catalogação de mais de 1000 fotografias, que fazem parte do acervo do Memorial.

A partir de 2014 através do ATO n. 0747/2014/PGJ, e publicado no DOE-MPSC n. 1377⁶ de 15 de outubro de 2014, pelo então Procurador Geral de Justiça, Lio Marcos Marin, designa a criação do Setor do Memorial, sendo o Memorial subordinado ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF. No documento descreve mais as atribuições do Setor do Memorial, descritas no Art. 4.2-B:

- I - a realização de pesquisas consistentes em ações investigativas direcionadas para o campo da História do Direito e do Ministério Público, com vistas à produção de conteúdo para exposições, publicações e bancos de dados;
- II - a gestão do arquivo histórico institucional, objetivando reunir e sistematizar o

⁴ Disponível em: https://documentos.mpsc.mp.br/portal/Conteudo/publicacoes/do_mpsc_2012-06-08.pdf

⁵ No site do Memorial você encontra outras publicações de livros realizados pelo Memorial.
<https://www.mpsc.mp.br/memorial-do-ministerio-publico/livros-e-publicacoes>.

⁶ Disponível em: https://documentos.mpsc.mp.br/portal/Conteudo/publicacoes/do_mpsc_2014-10-15.pdf

acervo histórico, documental, imagético e audiovisual, coletado pelos pesquisadores;
III - o desenvolvimento de ações para resgate da história oral, mediante a coleta de depoimentos orais de pessoas cuja trajetória de vida se vinculou ao Ministério Público, por meio dos quais é possível constituir uma narrativa mnemônica e afetiva da Instituição e do Estado de Santa Catarina;

IV - o desenvolvimento de ações junto à comunidade mediante a realização de programas e projetos de gestão cultural, promovendo pesquisas, exposições, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e exposições históricas pertinentes à identidade institucional e cultural

V - prestar apoio e orientar os órgãos do Ministério Público no desenvolvimento e realização de pesquisas históricas e nos eventos internos e externos, cujo conteúdo seja relacionado com as funções do Memorial;

VI - alimentar e gerir o sistema do Banco de Imagens e de Dados dos Membros do MPSC;

VII - desenvolver estratégias de ação e diretrizes técnicas para a política cultural relacionada à trajetória histórica da Instituição, especialmente para as áreas da pesquisa histórica e publicações;

VIII - estabelecer parcerias com outras instituições afetas à missão e às atividades do Memorial;

IX- zelar pelo patrimônio histórico institucional, bem como auxiliar na conservação, controle e guarda dos materiais e espaços institucionais de valor histórico e arquivístico;

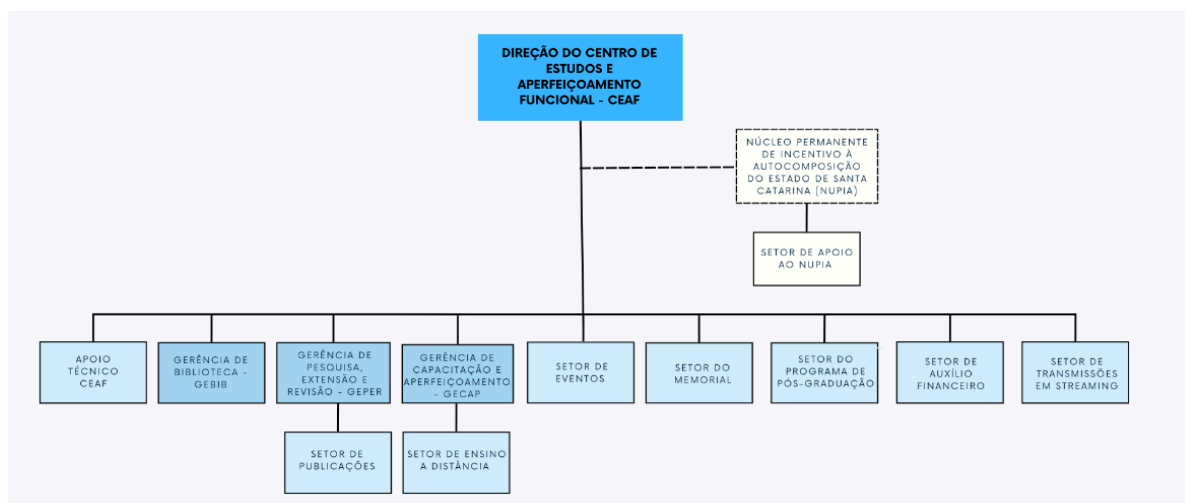
X - assessorar a Gerência de Arquivos e Documentos nas atividades relacionadas à gestão documental do acervo de interesse histórico;

XI - atender aos membros, aos servidores e ao público em geral, quando solicitado a manifestar-se acerca de questões relacionadas à história da Instituição, bem como dar suporte com pesquisas e fornecimento de registros existentes nos Bancos de Dados e Imagens; e

XII - desempenhar outras atribuições compatíveis que lhe forem determinadas pela Direção do CEAF.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é um órgão auxiliar na estrutura do MPSC, e tem como finalidade realizar ou patrocinar atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da Instituição, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais. Credenciado pelo Conselho Estadual de Educação, o CEAF é a Escola de Governo do MPSC desde o final do ano de 2014, podendo, portanto, oferecer cursos de pós-graduação e aprimorar o aperfeiçoamento e a capacitação. Para isso realiza cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações.

Figura 1: Organograma da Estrutura do CEAF

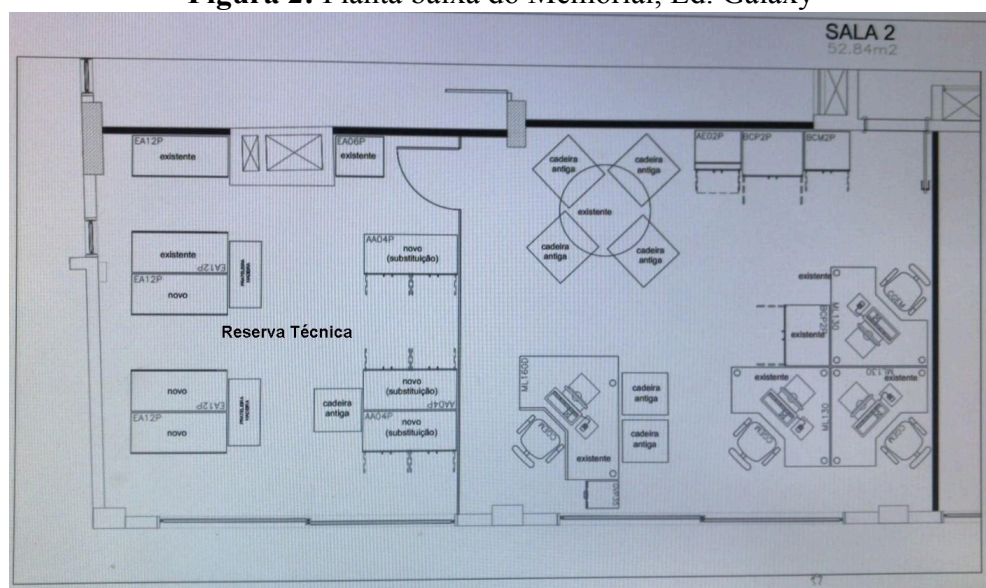


Fonte: MPSC - CEAF - Estrutura e funcionamento⁷

O Setor do Memorial em âmbito nacional segue as diretrizes gerais para a preservação, promoção e difusão da memória do Ministério Público Brasileiro. Através da resolução n.138 de 15 de março de 2016 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP⁸.

O Setor do Memorial do MPSC está instalado fisicamente atualmente do Edifício Galaxy, na Rua Conselheiro Mafra, 784, segundo andar, no centro de Florianópolis.

Figura 2: Planta baixa do Memorial, Ed. Galaxy



Fonte: Memorial MPSC.

⁷ Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/centro-de-estudo-e-aperfeiçoamento/estrutura-e-funcionamento>

⁸ Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-138.pdf>

Durante esses quatorzes anos, este é o quarto espaço na instituição que o Memorial acaba ocupado, o que dificulta as suas atividades e a conservação do seu acervo. Em 2010, o Memorial estava instalado no primeiro andar do Paço Bocaiuva, que é uma das torres do Centro Executivo Casa do Barão, na Av. Prof. Othon Gama D'Éça. No final do ano de 2018, com a inauguração do edifício sede da instituição do MPSC, na Rua Bocaiuva, 1792, o Setor do Memorial estava localizado no quarto andar, sala 404.

No terreno que foi adquirido pelo MPSC, para a construção do edifício sede, existe uma construção tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal⁹ – a Casa Bocaiuva - e que está sob-responsabilidade do MPSC. A casa foi restaurada dentro dos padrões legais estabelecidos pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional – IPHAN, e seguindo as diretrizes das Cartas Patrimoniais de Restauro.

No primeiro momento, a Casa Bocaiuva tinha o objetivo de ser lugar para o *Espaço Sociocultural do MPSC* que pretende estabelecer um diálogo com a sociedade civil através deste equipamento cultural¹⁰. O projeto prevê que o local abriga exposições temporárias, oficinas, cursos e palestras que estejam alinhados com a atuação do órgão e que permitam maior comunicação com seu entorno. Também fazia parte do projeto a inclusão do *Centro de Memória* a fim de possibilitar acesso à informação como buscas no Banco de Dados da instituição, acesso aos livros e ao acervo do Memorial, que seria o setor gestor do espaço¹¹. Entretanto, muito do que estava no projeto não foi realizado.

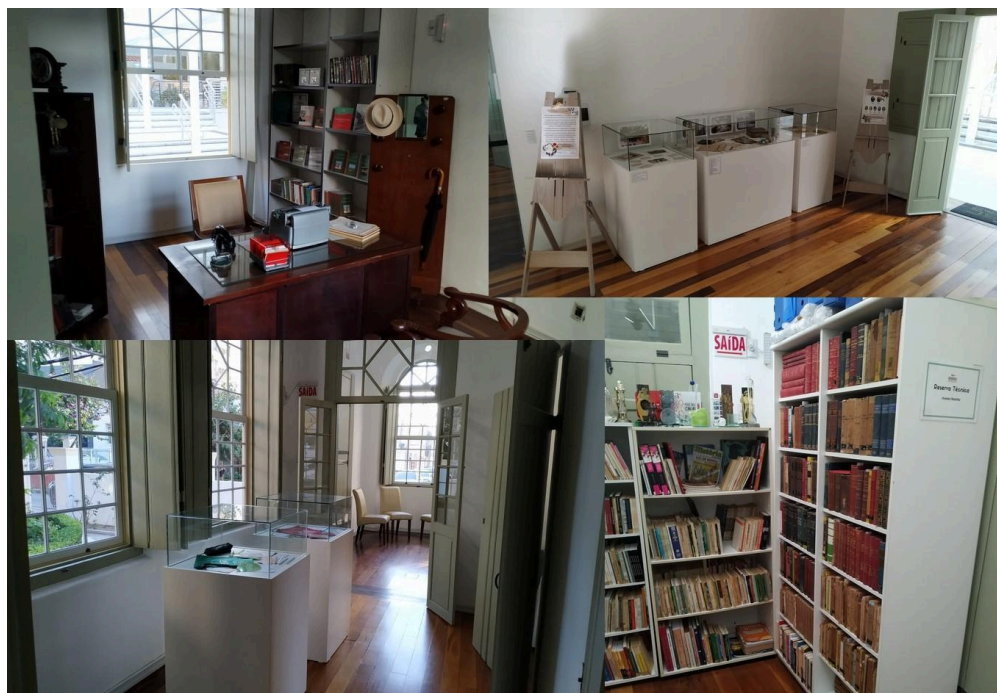
No mês de junho de 2022, devido à mudança internas o edifício sede do MPSC, o Setor do Memorial, muda novamente de espaço físico, ocupa o espaço da Casa Bocaiuva, transferido para a casa, o setor administrativo, reserva técnica, acervos e livros do Memorial, como também usando os espaços da casa para a realização de exposições.

⁹ A construção foi tombada pelo município de Florianópolis no ano de 1986, pelo decreto n. 270/86, junto a um conjunto de prédios existentes na área urbana central de Florianópolis, sendo a edificação classificada pela categoria P2. O tombamento foi realizado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal - SEPHAM, órgão vinculado ao IPUF- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis.

¹⁰ Conheça o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina - <https://www.youtube.com/watch?v=frOvX2unWIM&t=1s>

¹¹ Disponível em: <https://mpsc.mp.br/espaco-sociocultural/casa-bocaiuva>

Figura 3: Espaço da Casa Bocaiuva



Fonte: Fotografias do próprio autor

No final do ano de 2023, devido à reforma do Edifício Paço Bocaiuva e de mudanças internas dos setores do MPSC, o Memorial muda-se para o espaço atual no Edifício Galaxy, a princípio, depois de concluídas a reforma do edifício o Setor do Memorial retornaria para a casa. Atualmente a Casa Bocaiuva está sendo ocupada pela Casa Militar do MPSC.

2.3 O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA – BREVE HISTÓRICO

A história da Justiça e do Ministério Público de Santa Catarina remete ao século XVIII. Em 1724, instalou-se a Ouvidoria de Paranaguá, com jurisdição sobre todo o sul da colônia portuguesa nas Américas. Foi o início da organização judiciária no hoje Estado de Santa Catarina. Em 1738, foi criada a Capitania da Ilha de Santa Catarina. Em 1749, criou-se a Ouvidoria de Santa Catarina, que garantiu autonomia à Comarca. Em 1752, a Comarca passou a ser jurisdicionado pelo recém-instalado Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.

O primeiro Juiz de Fora chegou ao Desterro, hoje Florianópolis, em 1812. Nesse mesmo ano, a Ouvidoria de Santa Catarina foi extinta e absorvida pela de Porto Alegre, elevada à condição de cabeça da Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina. A Comarca foi novamente subdividida em 1821, quando Santa Catarina ganhou o seu primeiro

Promotor. No ano seguinte, em 1822, com a independência do Brasil, foi eleito o primeiro Procurador-Geral da Província de Santa Catarina, escolhido pelo governador da província e o Brasil estava repartido em 33 comarcas. Apesar da relevância do cargo, é importante ressaltar que na ocasião não existia um corpo de promotores, nem mesmo um em cada comarca. O que designava a lei era que em cada Relação deveria existir um promotor. Naquela época ainda não se aplicava no Brasil o sistema acusatório da forma que conhecemos hoje, sendo então de atividade mínima a atuação processual dos promotores públicos fosse à área criminal ou na área cível.

Segundo o Procurador de Justiça Catarinense Raulino Jacó Bruning, autor do livro *História do Ministério Público Catarinense*, é somente em 1847 que a expressão “Ministério Público” foi usada pela primeira vez num texto legal, - art. 18 do Regimento das relações do Império, de 02 de maio de 1847 – oriunda de países europeus, principalmente da França, onde, em 1730, já era conhecida com o nome de “Ministère Public” (Bruning, 2001, pg. 38). No entanto, até o final do período imperial, a legislação brasileira ignorou o Ministério Público como instituição, tendo citado somente seus agentes, os promotores públicos.

Segundo o historiador Gunter Axt, em entrevista concedida ao Programa Alcance do MPSC¹², em 2011, comenta que no século XIX, já existiam as funções ministeriais aqui sendo executadas. Sendo que, em 1867, foi a primeira vez que todas as promotorias das comarcas tiveram seus cargos preenchidos, fato muito recorrente da época, pela dificuldade de encontrar gente capacitada. E apenas, em 1868 pela primeira vez teve um promotor formado em direito, ou seja, Bacharel em Direito, que exerceu a função na comarca da capital. Segundo Gunter o reconhecimento do Ministério Público em Santa Catarina, como instituição, somente ocorreu com a Proclamação da República, em 1889. Neste momento também surgiu o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, até então o estado era jurisdicionado em relação ao tribunal de Porto Alegre. A partir da Proclamação da República, em 1889, se instalou no Brasil a ideia de dupla jurisdição, ou seja, passaram a existir a justiça da União e a justiça dos estados.

Com o período da Revolução Federalista (1893 – 1895), guerra civil que marcou o início da República no Brasil, Santa Catarina sediou um governo provisório e revolucionário (entre 4 de outubro de 1893 e 16 de abril de 1894), quando o Tribunal foi dissolvido e novamente organizado. Depois desse período, com a Constituição Estadual de 1895, a

¹²Memorial do MPSC é o tema do Alcance de setembro - bloco 2
<https://www.youtube.com/watch?v=9E2I7uVKeb8&t=59s>

composição do Tribunal foi elevada para seis Desembargadores e pela primeira vez se empregou a designação Procurador-Geral do Estado, mantida até 1982. Os Membros do Ministério Público eram explicitamente considerados auxiliares das autoridades judiciárias.

A partir de 1934, o Procurador-Geral do Estado passou a ser cargo comissionado de livre escolha do Governador do Estado, mas agora com assento junto aos Secretários de Governo. A Lei Orgânica de 1971 estabeleceu a exigência de que o cargo fosse preenchido por membro da carreira, organizada efetivamente em 1946. Até 1961, quando se realizou o primeiro concurso público de ingresso na carreira.

Até o ano de 1982, o Ministério Público de Santa Catarina acumulou as atribuições de defesa da sociedade e do Estado. A partir dessa data o MP tornou-se órgão independente e surgiu a designação Procuradoria-Geral de Justiça. O primeiro Procurador-Geral nomeado pelo Governador com base em lista tríplice eleita pela classe tomou posse no cargo em 1991.

Outras datas importantes na história do MPSC. A primeira Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina data de 1952. A Associação de classe foi organizada em 1959. O Conselho Superior foi instituído pela Lei Orgânica de 1961. A Corregedoria-Geral foi instalada em 29 de janeiro de 1972, por força da Lei Orgânica de 1971. O Colégio de Procuradores foi criado em 1982. A Escola Superior do Ministério Público foi instalada em 1988. O primeiro concurso para servidores foi realizado em 1990. Atualmente, empregam-se no Ministério Público 503 membros, 545 servidores efetivos, 1070 servidores comissionados, 1159 estagiários e 3 aprendizes¹³.

A história do Ministério Público Catarinense é complexa e cheia de detalhes que não serão descritos neste trabalho e, por este motivo, se optou em apenas perpassar apenas um breve histórico a fim de contextualizar a instituição. Seguimos agora para um breve entendimento de quais são as atividades atribuídas ao Ministério Público na atualidade, com o objetivo de situar o leitor um melhor entendimento sobre a instituição.

O Ministério Público defende o interesse público, não o privado; portanto, defende os interesses da sociedade civil. Zela pelos direitos intransponíveis como a vida, a liberdade e a saúde, e atua na defesa da ordem jurídica e do regime democrático. É uma instituição pública independente, que não pertence ao Poder Judiciário nem aos Poderes Executivo, Legislativo ou ao Tribunal de Contas. O MP tem como *missão* a promoção efetiva dos direitos da sociedade, visando a fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento

¹³Dados de 2022, disponível em: <https://www.mp.sc.br/home/relatorio-de-gestao-institucional>. Acesso em 25 abr. 2024.

sustentável. Tendo como *visão* ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

Dentro da instituição estão divididas as funções em Órgãos de Execução - Promotores(as) e Procuradores(as) de Justiça e pelos Órgãos Administrativos, que fiscalizam o cumprimento das leis. O Ministério Público age no amparo aos direitos que dizem respeito a todos, como a proteção do meio ambiente, do consumidor e do patrimônio público. São os chamados direitos difusos e coletivos. Também age, coletivamente, na proteção dos direitos daqueles que não têm condições de se defender, como as crianças, os idosos e os adultos incapazes. Para atuar na defesa dos direitos coletivos a atuação do MP pode ser dividida pelas seguintes áreas: Saúde; Direitos Humanos; Consumidor; Meio Ambiente; Moralidade Administrativa; Controle da Constitucionalidade; Ordem Tributária; Processo Eleitoral; Criminal; Falência; Família; Terceiro Setor; Idoso; Pessoa Com Deficiência; Patrimônio Histórico e Registros Públicos.

Como determina a Constituição Federal é garantido que a saúde é direito de todo cidadão e dever do Estado. Nesta área, o MP atua para garantir a qualidade dos serviços prestados e fiscalizar o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS. A falta de tratamento médico adequado, o não fornecimento de medicamentos ou a cobrança irregular, no atendimento, na rede pública de saúde, são alguns exemplos de casos em que ocorre a intervenção do Ministério Público em defesa do cidadão. Na Educação, o MP promove o direito à educação, fiscaliza as políticas públicas da área educacional e a correta aplicação dos recursos, além de adotar medidas contra a evasão escolar.

No Meio Ambiente, o MP apura o uso indevido dos recursos hídricos, dos agrotóxicos e de produtos controlados, promovendo medidas de proteção da flora, fauna e de áreas protegidas por lei. Ainda dentro da área ambiental, o MP tem a incumbência de zelar pela preservação do patrimônio histórico, sendo ele material ou imaterial, artístico, cultural em qualquer ambiente natural ou artificial. O patrimônio histórico e artístico de um povo faz parte do meio ambiente cultural, e, é função do MP cuidar para que ele seja preservado, atuando no desenvolvimento da conscientização social da importância da proteção e incentivando a implantação de políticas públicas voltadas para preservação do patrimônio histórico-cultural dos Municípios, assegurando sua transmissão às gerações futuras. No que concerne à defesa das Pessoas Com Deficiência, seja de natureza física ou mental, o MP cuida dos direitos específicos definidos em lei sejam cumpridos. Cabe como exemplos a

intervenção do MP, em casos da falta de acessibilidade em prédios públicos ou privados de uso coletivo e a não previsão de vagas em concursos públicos.

A atuação do MP se dá por meio de instrumentos como ações civis públicas, recomendações e acordos, ou ainda denúncias de casos ao Poder Judiciário. À frente de todos esses processos estão os Promotores e os Procuradores de Justiça. Os Promotores de Justiça trabalham nos processos de tramitação nos fóruns de todas as comarcas do estado, ou seja, na justiça de primeira instância. Já os Procuradores de Justiça atuam na segunda instância, representando o MP perante o Tribunal de Justiça e quando necessário podem recorrer ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, e ao Superior Tribunal Federal - STF.

É na atuação extrajudicial que a sociedade ganha agilidade junto à atuação do MP. Um exemplo é o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, utilizado, por exemplo, quando ocorrem danos ao meio ambiente ou do direito do consumidor. Em uma negociação com o MP o responsável assume o compromisso de se adequar aos princípios legais e, caso não cumpra, sofre sanções evitando que o caso vá para a justiça. Se isso ocorrer, a instituição concerne uma ação penal pública, que é quando o promotor está certo da ocorrência do crime e então entrega a denúncia para a justiça¹⁴.

O MP possui como chefe o Procurador-Geral de Justiça que é escolhido pelo governador a partir de uma lista tríplice, elaborada pelos membros da instituição por meio de votação e que tem duração de 2 anos de mandato, podendo ser reconduzido por mais 2 anos. O Procurador-Geral de Justiça em atuação, atualmente, é Fábio de Souza Trajano.

Entendido sobre o que é o Memorial do MPSC e a própria atuação do Ministério Público passaremos agora, para conhecer quem foi o Dr. Ruy Olympio de Oliveira, que leva para objeto central deste estudo: quais os métodos e meios de conservação preventiva possíveis para a preservação e manutenção do acervo de livros da coleção, Dr. Ruy Olympio de Oliveira que pertence ao acervo do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina.

2.4 DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA SUA BIBLIOTECA E TRAJETÓRIA.

Estou desempacotando minha biblioteca. Sim, estou. Os livros, portanto, ainda não estão nas estantes; o suave tédio da ordem ainda não os envolve. Tampouco posso passar ao longo de suas fileiras para, na presença de ouvintes amigos, revistá-los. Nada disso vocês têm de temer. Ao contrário, devo pedir-lhes que se transfiram comigo para a desordem de caixotes abertos à força, para o ar cheio de pó de

¹⁴Conheça o Ministério Público. Disponível em:

<https://www.mpsc.mp.br/o-ministerio-publico/o-ministerio-publico>. Acesso em: 22 abr. 2024

madeira, para o chão coberto de papéis rasgados, por entre as pilhas de volumes trazidos de novo à luz do dia após uma escuridão de dois anos justamente, a fim de, desde o início, compartilhar comigo um pouco da disposição de espírito (Benjamin, 1987, pg. 227).

Figura 4: Ruy Olympio de Oliveira organizando sua biblioteca



Fonte: Roberto Blasi Olympio de Oliveira

No ensaio “Desempacotando minha biblioteca” Walter Benjamin¹⁵ relata um dos mais belos depoimentos sobre o amor aos livros. No processo de passar o dia organizando seus livros na biblioteca, ele descreve a relação autêntica que os livros despertam no colecionador, pois quem fala é um deles, em outro sentido ele está falando sobre si. “Tenho a intenção de dar uma ideia sobre o relacionamento de um colecionador com os seus pertences, uma ideia sobre a arte de colecionar mais do que sobre a coleção em si” (Benjamin, 1987, pg. 227).

O sentido de amor do colecionador com seus livros, relatado por Benjamin, também pode ser evidenciado na relação de cumplicidade que Ruy Olympio de Oliveira tinha com a sua biblioteca. Ruy sempre teve a presença dos livros em sua vida. Começou a colecionar livros desde a infância, acabando formando um grande acervo. No relato biográfico¹⁶, escrito

¹⁵O texto “Desempacotando minha biblioteca” foi provavelmente escrito em 1936, na casa do amigo Bertolt Brecht, exilado na Dinamarca, onde Benjamin se hospedou, quando ambos fugiam da perseguição nazista. Um de seus maiores estudiosos brasileiros, Flávio Kothe, no entanto, afirma que o texto é de 1931.

¹⁶Biografia Ruy Olympio de Oliveira. Disponível em:

http://lojauniaobrasileira.com.br/telas/fotos/adm_Roger_18_19/Biografia_Ruy_Olympio_de_Oliveira.pdf

por Roberto Blasi Olympio de oliveira (Filho de Ruy), evidencia essa relação:

“Os livros sempre estiveram presentes em sua vida. Quando criança seu pai trazia exemplares da revista National Geographic, ora em espanhol, ora em inglês e mais tarde em português, gerando assim uma paixão que o acompanhou até seus últimos dias. Acabou formando um grande acervo, que atingiu cerca de 4500 livros”.

Nessa criação da sua biblioteca particular ao longo da vida, pode-se perceber a relação que o Ruy tinha com seus livros. Nas páginas dos livros encontramos anotações pessoais sobre seu trabalho profissional, recortes de jornais, cartas, notas fiscais dos livros, cartões e desenhos a próprio punho feitos por ele. Para a historiadora, Maria Teresa Santos Cunha, que aborda a relação em guardar coisas, no texto "*Essa coisa de guardar... Homens de letras e Acervos pessoais*", destaca que todo este movimento nas pessoas no desejo de guardar objetos e de guardar-se em “papel” (fotos, diários, cadernetas, cartas, livros), evidencia a necessidade de salvaguardar-se do esquecimento, conservar o que, quase sempre se extravai do tempo, daí certa compulsão pelo que se chamou de *arquivamento do eu* (Cunha, 2008, pg. 112). Nesta ação do Dr. Ruy em formar sua coleção de livros e em guardar em suas páginas recortes, objetos, desenhos, podemos analisar uma prática de arquivamento do eu. Como analisa o autor Philippe Artières, essas práticas destacam uma intenção autobiográfica, isto é:

Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência – arquivar a própria vida é querer testemunhar, é querer destacar a exemplaridade de sua própria vida (1998, pg. 11)

Como destaca ainda a historiadora, Maria Teresa Santos Cunha (2008, pg.112), citando Roger Chartier, arquivar-se, guardar e guardar-se constitui uma prática bastante comum entre os chamados *homens de letras*, aqui caracterizados como indivíduos voltados para o estudo, a leitura e a vida em gabinetes.

Ruy Olympio de Oliveira nasceu em 15 de julho de 1928, em Joinville, Santa Catarina, era o mais velho de três irmãos (Ruy, Sérgio e Léa), nascidos do casamento de Plácido Olímpio de Oliveira – advogado e político catarinense¹⁷ – e Thereza Paula Schlemm de Oliveira. Casou-se com Ema Blasi de Oliveira – professora e diretora do Grupo Escolar

¹⁷Plácido Olímpio de Oliveira foi Deputado Federal pela UDN, de 1951 a 1955, durante o governo de Bornhausen (1951 - 1956). Disponível em:

https://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/809-Placido_Olimpio_de_Oliveira Acesso em 30 Abr. 2024.

Gustavo Richard, em Campos Novos (1957), quando era Promotor Público na cidade, e tiveram dois filhos (Roberto e Rute).

Ruy Olympio concluiu o Curso de Direito da Faculdade Nacional de Direito – Rio de Janeiro/RJ, em 1952. Como relata na entrevista cedida ao Memorial do MPSC, publicado no livro *Histórias de Vida Volume II*, em 2013:

Ruy Olympio de Oliveira - Meu pai era advogado. Mas eu me preparava para seguir carreira militar, na aeronáutica. Fui a Curitiba prestar exames e estava indo bem nas provas, mas no exame de vista, descobriu-se uma discromatopia, uma pequena divergência em cores, de modo que fui reprovado. A alternativa, então, pareceu-me seguir a carreira de meu pai, ou o Exército. Assim, sentei praça no Exército e me matriculei no Colégio Estadual, no Paraná, para fazer o pré-universitário. Trabalhei, também, na indústria. Surgiu, então, uma oportunidade de ir para o Rio de Janeiro. Fui de naviozinho, como marinheiro, trabalhando a bordo, o que me garantiu experiência necessária para posteriormente me graduar escoteiro do mar, algo que impulsionou minha trajetória no escotismo. No Rio, ingressei na Universidade. (2013, pg.44)

Segundo relatado da família no período que esteve no Rio de Janeiro, também concluiu o Curso de Técnica de Museus e Museologia pelo Museu Histórico Nacional¹⁸, em 1950. Seu objetivo em fazer o curso com a possibilidade de assumir um cargo no Museu Nacional de Imigração e Colonização, em Joinville. Museu que teve sua criação através do projeto de lei 3055/1953¹⁹, de autoria do então Deputado Federal Plácido Olímpio de Oliveira.

Depois de concluir o Curso de Direito do Rio de Janeiro, Ruy Olympio, retorna ao estado de Santa Catarina, onde foi nomeado Promotor Público Interino, em 1953, pelo governador do estado, para a Comarca de Orleans. Ruy relata sua preferência pela carreira jurídica no Ministério Público.

Ruy Olympio de Oliveira – Das diversas carreiras dentro do Direito me inclinava mais para a área do Ministério Público, e aí ocorreu uma feliz coincidência. Naquela época ainda eram relativamente poucos os bacharéis em direito em Santa Catarina e com vocação e disposição para atuarem no Ministério Público, sendo que ocorria o Estado ter que designar advogados para atuar. (2013, pg 44)

¹⁸O Curso Técnico de Museus foi criado em 1922, junto com a criação do MHN. Muito disso se deve à figura do advogado e jornalista Gustavo Barroso, primeiro diretor do Museu. Em 1932 o curso é transformado em Curso de Museu e em 1951 transformado em curso universitário. Entrei em contato, por email, com o setor de acervo arquivístico institucional do museu, para ver se haveria algum documento acadêmico do Dr. Ruy Olympio de Oliveira, mas não tive confirmação da existência. No livro *Curso de Museus - MHN, 1932 - 1978: alunos, graduandos e atuação profissional*, de autoria de Ivan Coelho de Sá e Graciele Karine Siqueira, de 2007, consta da página 108, que no ano de 1950, Ruy Olympio de Oliveira estava matriculado como ouvinte do curso de museus da MHN.

¹⁹Projeto Lei 3055/1953. Criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, em Joinville. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20922>. Acesso em 28 abr. 2024.

A continuidade na carreira foi garantida mediante concurso, em 1954; após a aprovação, seguiu para as Comarcas de Concórdia, em 1954, e Videira, em 1955. Em Videira, foi o responsável pela fundação da Comarca, sendo o primeiro promotor. A trajetória profissional continuou ainda no ano de 1955, quando foi nomeado para as Comarcas de São Joaquim e Campos Novos. Em 1959, assumiu em Indaial. Atuou, também, na Comarca de Porto União e, por merecimento, foi promovido para a Vara Criminal e a 2ª Vara Cível de Lages, em 1963. Em 1966, foi removido, a pedido, para a Comarca de Rio do Sul. Foi nesta Comarca, em 1970, que chegou sua nomeação para Procurador de Justiça. Sua carreira foi numa área eminentemente civilista.

Ruy Olympio teve também passagens administrativas importantes, como a responsabilidade de fundar e ser o primeiro a conduzir a Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina, no período entre 1972 e 1976. Aposentou-se em 1997, após 44 de serviços ao Ministério Público. Em 2003 recebeu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina a Medalha de Mérito Judiciário.

Faleceu em 25 de agosto de 2013. Postumamente, no mesmo ano, recebeu homenagem da MPSC através do ato n.572/2013/PGJ,²⁰ pelo amplo saber jurídico e dedicação aos livros, seu nome foi o escolhido para denominar a biblioteca do Ministério Público de Santa Catarina.

Para além dos livros e do Ministério Público Ruy Olympio de Oliveira teve sua vida dedicada à maçonaria, foi Mestre maçom na Grande Oriente do Brasil, entidade à qual está subordinada grande parte das lojas maçônicas nacionais. Assunto que não pretendo aprofundar nesse trabalho. Também tinham diversos outros interesses, dos quais podemos citar: Astronomia, Astronáutica, Estudos Bíblicos, Filosofia, Arquitetura, II Guerra Mundial e batalhas militares terrestres e navais, Filatelia, Simbolismo, Literatura, Egiptologia, Halterofilismo, Geologia, Oratória, Religiões, Esoterismo, Ocultismo, História.

No ano de 1958, Ruy Olympio licenciou-se em Geografia, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na capital. Atuou em diversas escolas no interior do Estado de Santa Catarina. Também, em Rio do Sul, foi um dos professores fundadores da FEDAVI.

Entusiasmado pelo Escotismo, fundou os Grupos Escoteiros Duque de Caxias em Campos Novos (em 1958, de curta existência), também Duque de Caxias em Indaial em 1959,

²⁰Denominação da biblioteca do Ministério Público de Santa Catarina de "Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira". Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/atos-e-normas/detalhe?id=1621>. Acesso em 28 abr. 2024.

atuante até hoje, e Concórdia, em Rio do Sul, em 1961. Dedicou-se ao estudo da Heráldica (estudo dos Brasões) e como isso o fez desenhar alguns brasões de cidades do estado, como por exemplo, Orleans, Ituporanga, dentre outros. Gosta de realizar atividades manuais, dedicando-se ao plastimodelismo, construindo em madeira ou compensando modelos em escalas de aviões, navios, entre outros modelos. Ruy Olympio colaborou e foi associado a diversas instituições, como APAE, Rotary Clubes e do Lions Clubes.

Neste capítulo inicial teve como proposta compreender o que são os lugares de memória, como espaços museais; conhecer o que é, e como surgir a instituição mantenedora do acervo a ser pesquisa, o Memorial e o MPSC; e por fim, apresentar a pessoa que formou esse acervo de livros e vivenciar um pouco da sua própria história, o Dr. Ruy Olympio de Oliveira.

No capítulo seguinte, será abordado, o que são reservas técnicas, entender a constituição e as características do acervo do Memorial, em especial o acervo do Dr. Ruy e debater o conceito de conservação preventiva em instituições museológicas, em específico a conservação em papel, e, como essas ações de conservação preventiva contribuem para os processo de salvaguarda e manutenção do acervo pesquisa no Setor do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina.

3 RESERVAS TÉCNICAS, CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ACERVOS

Este capítulo pretende discorrer sobre os fundamentos teóricos e os conceitos sobre reservas técnicas em espaços museológicos. Também tem como propósito abordar o conceito de conservação preventiva na Museologia, e a particularidade em métodos e ações de conservação e preservação em acervos de suporte de papel. Apresentar uma abordagem histórica do uso do papel e da conservação em papel no Brasil.

Como conclusão, serão apresentados as reservas técnicas do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, e na sequência quais tipos de acervo compõem a coleção do local. A seguir será apresentado a coleção de livros que serão analisados neste trabalho, o acervo de livros constitui pelo Dr. Ruy Olympio de Oliveira que integra o acervo do Memorial do MPSC.

3.1 AS RESERVAS TÉCNICAS: CONCEITOS E AS RESERVAS TÉCNICAS DO MEMORIAL DO MPSC

As reservas técnicas são espaços museais especialmente projetados para armazenar, conservar e proteger o acervo de objetos e obras de artes que não estão em exposição. Esses espaços são essenciais para a preservação e conservação preventiva do patrimônio cultural e histórico. Naturalmente, sabe-se que é impossível que os museus e outros espaços de memória, exponham todo seu acervo ao mesmo tempo, por várias razões, seja pela conservação e segurança do acervo, pelo espaço físico das salas expositivas, sejam por escolhas curatoriais, portando, como todo acervo não pode estar em exposição se faz necessário à existência das reservas técnicas nos museus.

Como apresenta a autora Andrea Lacerda Bachettini (2017, pg. 55), baseado em Gomes e Vieira (2013, pg. 132), com o advento do “*Musée Français*” conduziram à criação das reservas técnicas. Durante o período napoleônico, com a chegada do grande volume de obras vinda de todas as regiões francesas, assim como procedentes dos países conquistados, ficou impossível de expor todas as peças. Por esse motivo, foi articulado o sistema expositivo com o propósito de armazenar uma percentagem dos bens que não estavam expostos. Para as autoras a concepção destas reservas pretendia assegurar princípios de conservação, preservação e salvaguarda do patrimônio.

Os autores Desvalleés e Mairesse (2013, pg. 30) afirmam que as áreas de reserva

técnica surgiram “da necessidade se reduzir as coleções permanentes”, com isso, os museus tomam consciência da necessidade de adequar os espaços dos museus, sejam “sacrificando espaços de exposição, fosse utilizando espaços de subsolo, fosse pela construção de novos edifícios”, para salvaguarda dos objetos.

Inicialmente, e durante muito tempo, as áreas de reservas técnicas foram vistas apenas como depósitos de objetos que não estivessem sendo submetidos às pesquisas ou que não se encontrassem ao alcance do público em exposições. Nesta época, o conceito de Reserva Técnica efetivamente não existia, e o espaço de guarda dos acervos se fundia com os espaços para guarda de outros materiais não em uso, como embalagens, suportes e restos de outras exposições.

Após a Segunda Guerra Mundial houve a necessidade de reorganizar os espaços, e, os museus tiveram que deixar suas bases tradicionais e se adaptar a estratégias mais didáticas e sociais. Isto levou a necessidade de criação de espaços de guarda, as reservas técnicas, que passaram a receber um grande número de objetos e também foi nesse período que se estabeleceram normas para a existência e conservação das coleções.

Neste sentido, só na segunda metade do século XX, novas funções aparecem e conduzem a modificações arquiteturas:

Multiplicação das exposições temporárias, permitindo uma distribuição diferente das coleções entre os espaços de exposição de longa duração e os das reservas técnicas; desenvolvimento de estruturas de acolhimento, espaços de criação (ateliês pedagógicos) e áreas de descanso, o que se deu particularmente com a criação de espaços multiuso; e desenvolvimento de livrarias e restaurantes, além da criação de lojas para a venda de produtos derivados. Contudo, paralelamente, a descentralização por reagrupamento e por subcontratação de algumas funções dos museus demandou a construção ou a instalação de espaços especializados autônomos: primeiramente os ateliês de restauração e laboratórios, que podiam se especializar, colocando-se a serviço de vários museus, depois as reservas técnicas implantadas fora dos espaços de exposição (Desvallées; Mairesse, 2013, pg. 30)

No que se refere às reservas técnicas, Antônio Mirabile (2010, pg. 4) considera a reserva técnica particularmente importante para a preservação dos bens culturais, pois é dela, onde com muita frequência, cerca de 95% do patrimônio do museu é conservado. As reservas, assim como os espaços expositivos, são partes do museu e não devem ser consideradas como espaços secundários. Para o autor, “a reserva é museu”.

De acordo com o autor, as Reservas têm por função:

- (i) Responder às exigências da conservação, limitando e antecipando os riscos de

- degradação, substituindo-os por condições favoráveis da conservação.
- (ii) Facilitar o acesso às coleções, a fim de favorecer o estudo e a difusão dos bens culturais.
 - (iii) Permitir a movimentação das coleções, garantido a preservação e a segurança dos bens culturais (Mirabile, 2010, pg. 5)

Para a autora Yacy-Ara Froner (2008, pg. 9) a reserva técnica é um “espaço físico destinado ao armazenamento seguro do acervo, ficando este disponível à pesquisa ou às práticas museológicas quando requisitado”.

Segundo Froner para que a manutenção das coleções ocorra de fato, servindo aos demais propósitos institucionais, a segurança do acervo deve ser observada em três aspectos específicos:

- 1) Segurança contra acidentes, roubo e vandalismo;
- 2) Controle ambiental em relação aos elementos que promovem a degradação material das estruturas físico-químicas dos elementos que compõem os objetos das coleções: luz, temperatura, umidade, poluição e ataque biológico;
- 3) Armazenagem segura, envolvendo suportes e suplementos estáveis e inertes nos métodos de acondicionamento do acervo, além de mobiliário adequado (Froner, 2008, pg. 9).

Pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o “Estatuto dos Museus”, enfatiza a necessidade de garantir a conservação e segurança dos acervos, o que implica na organização e implementação de reservas técnicas pelas instituições museais, sendo colocadas como uma das prioridades da gestão museal.

De acordo com Froner (2008, pg. 4) é essencial nos projetos arquitetônicos dos museus, que a reserva técnica não seja prevista como uma área inferior, ou de menor importância em relação às áreas expositivas, de pesquisa ou administrativas. Seu valor é estratégico, e demandam de planejamento de segurança, controle ambiental e a armazenagem segura. Essas demandas também são mencionadas por Mirabile (2010), sendo critérios para um bom funcionamento de uma reserva: funcionalidade, acessibilidade, consulta, preservação e segurança.

Para o planejamento da segurança das reservas, é importante que esse espaço deva estar atento para seu isolamento em relação ao público e aos laboratórios de pesquisas, distante de áreas de passagem, como corredores. O acesso a essa área deve ser restrito a um número pequeno de pessoas, também com o objetivo de evitar roubos de objetos. Neste sentido é essencial a catalogação e os mapeados dos objetos em relação ao mobiliário. Em momentos de visitas técnicas, é importante a presença de uma pessoa responsável pela reserva.

Como a manipulação e o acesso aos objetos podem tornar-se um ameaça de riscos físicos às obras, a organização dos espaços no interior das reservas técnicas é fundamental, o espaço de circulação estar livre de obstáculos, e os objetos devem ser cuidadosa manipulados, bem como, os pisos e revestimentos deverão ser de fácil limpeza e não inflamáveis.

Os incêndios são um dos incidentes mais significativos em espaços museais, neste sentido, as reservas técnicas não podem guardar materiais inflamáveis, solventes ou materiais químicos de qualquer natureza. Devido a grande dificuldade de controle dos incêndios, os extintores devem ser colocados em locais estratégicos e as pessoas responsáveis treinadas para o uso. Além do fogo, a água sempre é um fator de riscos, por isso deve-se evitar a existência de pias, tanques ou banheiros no interior das reservas técnicas, evitando-se inclusive a localização de ambientes úmidos próximo às salas de guarda do acervo e da passagem de canos de água e de fios de alta tensão nas paredes da reserva.

A preservação e conservação de objetos nas reservas técnicas dependem, em grande parte, de um ambiente estável. A maioria dos problemas de degradação que atacam os objetos é decorrente de um ambiente inadequado. Para um melhor controle ambiental é necessário conhecer as causas e os fatores que deterioram os materiais, e desse modo propor medidas de controle. Segundo a Froner (2008, pg. 9) “os principais fatores e agentes de degradação dos acervos em um reserva técnica são: umidade relativa, temperatura, iluminação, poluente e controle biológico (pragas)”.

Antes de entrar na análise desses cinco fatores de degradação na reserva técnica, outro fator no âmbito geral é essencial na conservação dos acervos, o treinamento de pessoal envolvido na área de limpeza e manutenção das reservas é imprescindível. O pessoal da limpeza deve ser treinado para identificar vestígios de ataque biológicos, tendo por obrigação comunicar o responsável da reserva se encontrar esses indícios. Além de utilizarem materiais adequados para a limpeza da reserva técnica, evitando o uso de vassouras, pano de pó, de chão e o espanador, que também podem ser fatores de deterioração do acervo.

Sobre a compreensão dos significados do controle ambiental em relação à reserva técnica e os agentes de degradação é importante a noção de alguns pontos essenciais tratados a seguir.

A temperatura e a umidade relativa em índices inadequados são as principais causas de degradação de acervos, e combinadas podem trazer danos irreversíveis, contribuindo para desencadear ou acelerar o processo de degradação dos objetos (Teixeira; Guizoni, 2012, pg.17). Se ambas estiverem elevadas favorece o crescimento e desenvolvimento de fungos,

que vão degradar o suporte e desencadear o surgimento de substâncias ácidas, quando for em acervos de papel. E se ambas estiverem baixas, também ocasiona problemas como a perda de flexibilidade, contrações, torções e rachaduras e endurecimento de aglutinantes (Rocha, 2003, pg. 29).

Por isso, o ideal é manter uma temperatura e umidade relativa em um percentual estável nas reservas técnicas. O clima ideal para a maioria dos materiais tem sido descrito como uma temperatura de $20^{\circ} \pm 1$ e uma umidade relativa de $50\% \pm 5\%$. Na realidade, nem sempre se pode atender a essa especificação rígida, ainda mais em países que a várias climáticas são grandes de uma estação climática para outra. Como estimativa pode ser considerada um faixa de temperatura entre 19° a 22° , pois esses números são convencionais em termo de bem-estar humano e uma umidade relativa entre 45% e 65%, pois limite inferior a 45 pode ocorrer prejuízos aos materiais orgânicos e limite superior a 65, pode favorecer o crescimento de mofo em qualquer material orgânico (Craddock, 2001, pg. 69).

A climatização do ambiente é de fundamental importância para a reserva técnica, tendo em vista a necessidade de condições climáticas apropriadas para a conservação do acervo. Um princípio básico que é muito importante é o monitoramento e o registro das condições do ambiente. O monitoramento pode ser feito de forma periódica por equipamento de medição, como *dataloggers*, termohigrômetros e termohigrógrafos. Uma vez coletados, organizados e tratados esses dados, é então possível planejar um controle ambiental efetivo.

A iluminação é outro ponto importante a ser observado, seja ela natural ou artificial. Segundo Luiz Antônio Cruz Souza, para a Conservação Preventiva, a luz pode ser entendida de várias maneiras: “tanto como agente que permite ao observador apreciar uma obra de arte através de suas cores, textura e brilho, como também um dos mais importantes agentes de degradação” (2008, pg. 13), pois ambas as luzes emitem radiações eletromagnéticas que prejudicam o acervo, uma vez que seus efeitos são cumulativos e irreversíveis. Outro fator a pontuar é que a luz natural e artificial emite uma grande quantidade de radiação ultravioleta (UV) e infravermelho (IV), que são as mais prejudiciais aos acervos, principalmente em compostos orgânicos, como papel, têxteis, couros, tintas fazendo com que modifique a aparência dos materiais: amarelecimentos, fragmentação, desbotamento...

Para minimizar os danos da incidência de luzes nas reservas técnicas é recomendado possuir uma intensidade de 150 lux ou menos, e uma proporção de (UV) não superior a $75 \mu\text{W}/\text{lm}$. As luzes devem ficar apagadas quando a reserva não estiver em uso e as fontes naturais de iluminação controladas com cortinas, persianas ou venezianas. Acondicionar os

documentos e as obras, quando não expostos, em caixas e envelopes próprios. O aparelho Luxímetro é usado para medir a intensidade da luz em um ambiente, sendo utilizado como meio de monitoramento dos possíveis danos causados pela incidência de luz no ambiente.

A poluição do ambiente tem se tornado um problema para a conservação, e os danos causados pela liberação de gases poluentes nos últimos três séculos se tornaram cada vez mais evidentes. Os poluentes atmosféricos podem ser mais nocivos do que podemos ver. As partículas presentes no ar, como, o pó, a terra, a fuligem, o pólen e outros corpos podem ter suas estruturas internas modificadas, promovendo inclusive reações químicas que podem prejudicar os objetos. Essas partículas de impurezas podem aderir na superfície dos materiais provocando reações químicas e concentração de gases e a umidade do ambiente podendo acelerar a degradação química dos acervos. Por esta razão, é de suma importância manter as áreas da reserva técnica o mais limpas possível. Também, ao planejar uma área de reserva técnica nos museus é importante evitar que elas fiquem perto de estacionamento ou de avenidas de grande circulação de veículos. Cabe ainda colocar filtros a base de carvão ativado ou permanganato de potássio nos sistemas de ar-condicionado como forma de proteção para os níveis de poluição existentes do ambiente.

Outro fator de degradação das reservas técnicas são os ataques biológicos. Geralmente, os agentes biológicos são introduzidos nos espaços museais, como museus, arquivos e centros de memória, através do ambiente externo ou a partir do contato com outros materiais infestados adquiridos de outras instituições ou doações. Os agentes biológicos mais prejudiciais aos acervos de composto orgânico, são aqueles que causam danos a partir de suas atividades de alimentação, como os cupins e as brocas. Entretanto, excrementos, insetos mortos, casulos, teias também podem favorecer a degradação dos acervos. Os ataques podem ser classificados em três níveis: por fungos, insetos e animais maiores, como ratos, morcegos e pombos (Froner, 2008, pg. 12).

Como forma de prevenir esses acontecimentos, é importante colocar os objetos recém-adquiridos em quarentena. É recomendada a definição de um espaço de quarentena para avaliação e controle de objetos que deverão ser introduzidos nas áreas de guarda. O tempo de quarentena deve variar de acordo com o tipo de material, o grau de infestação e o volume do acervo. Também é importante que seja feito um plano de controle e monitoramento, através do “Plano de Controle Integrado de Pragas”, que deve ser implantado pela área responsável pela salvaguarda de qualquer tipologia de acervo. O documento tem função normativa, consultiva e avaliativa. Nele deverão constar ações de preservação aos

agentes biológicos, como, a vistoria permanente e a higienização tanto do acervo e dos mobiliários da reserva. E propostas de ações de descontaminação dos acervos, em casos de extrema urgência, sejam como produtos químicos ou de ações híbridas de congelamento e anóxia.

O terceiro aspecto específico é a armazenagem segura, que envolve os suportes para o acondicionamento do acervo, como o mobiliário adequado para a guarda, conservação e exposição do acervo. A escolha do mobiliário adequado para a reserva técnica tem uma função fundamental. “Ele permite, através de planejamento prévio fundamentado pelas diretrizes de Conservação Preventiva, a manutenção de um ambiente adequado às especificidades do acervo que abriga, promovendo, dessa forma, a preservação dos artefatos a longo prazo” (Rosado e Froner, 2008a, pg. 24), prevendo inclusive o tamanho e, também a localização estratégica das portas de acesso. Para Froner (2008, pg. 7) o planejamento do mobiliário deve ser uma operação conjunta com o arquiteto, o conservador, o documentalista e o curador, pensando sempre na segurança e na acessibilidade do acervo.

Os mobiliários escolhidos poderão variar de acordo com a tipologia do acervo da instituição. A partir do levantamento das características dimensionais e quantitativas dos acervos, é possível considerar o número de prateleiras, gavetas e estantes que serão necessários dependendo do volume e da tipologia do acervo. Também podem ser definidos quais os sistemas para arquivamento e armazenagem, sendo módulos metálicos, podem ser compostos de estantes com prateleiras ou gavetas, trainéis e plataformas móveis.

Analisando de um ponto de vista técnico, os aspectos específicos das reservas técnicas são essencialmente ligados à Conservação Preventiva. Conforme descreve Froner:

Os acervos de museus, arquivos, e demais tipos de instituições culturais passam a maior parte do tempo em áreas de reserva técnica. Por isso, é fundamental que esta área seja projetada, planejada, organizada, monitorada e mantida a partir de princípios, conceitos, modelos e paradigmas da Conservação Preventiva (Froner, 2008, pg. 3).

3.1.1 Reservas Técnicas do Memorial do MPSC

O Memorial do Ministério Público de Santa Catarina por um longo período da sua existência não teve uma reserva técnica. Somente recentemente que o Memorial iniciou o processo de planejamento e organização do seu acervo em uma reserva técnica. Um dos fatores que impossibilitou a constituição da reserva técnica do setor foram as mudanças de

espaços físicos do Memorial, sendo que a reserva já ocupava dois espaços físicos diferentes.

Em um primeiro momento a reserva técnica foi instalada na Casa Bocaiuva, já mencionada anteriormente.

Figura 5: Casa Bocaiuva



Fonte: ndmais²¹

A Casa Bocaiuva, que é tombada pelo município com patrimônio histórico da cidade, fica em frente ao prédio sede do MPSC. A casa está localizada em uma avenida de grande circulação de veículos, o que representa um fator de risco para a degradação dos acervos, se não tomadas medidas de controle ambiental²².

A reserva técnica (05) (*na imagem seguinte*) do Memorial do MPSC na Casa Bocaiuva era localizada em uma sala pequena da casa, que não comportava todo o acervo. Uma parte do acervo ficava, também, na sala Gabinete do Passado (12), na Sala Administração (11) e na Sala de Exposição (02). O mobiliário usado na reserva técnica do Memorial é um modelo padrão do MPSC, e que não é adequado para a conservação de acervos, pois são de madeiras compensadas, que pode ocasionar o surgimento de agentes biológicos no acervo. As salas da casa possuem um sistema de ar-condicionado (*falta manutenção*) para cada sala, um sistema de ventilação central na casa toda e um sistema de

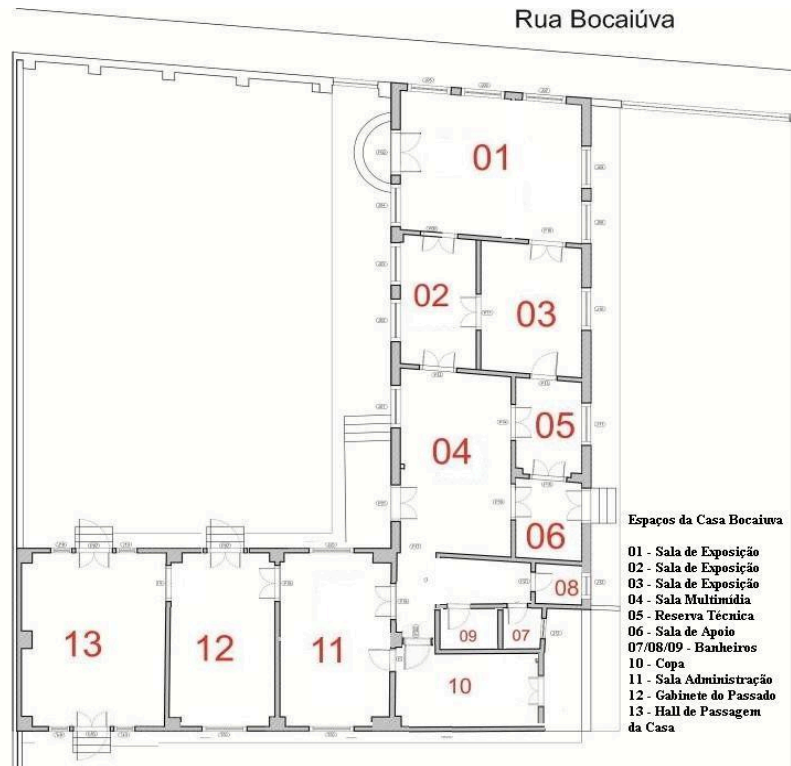
²¹Disponível em:

<https://ndmais.com.br/noticias/livro-resgata-historias-da-praia-de-fora-hoje-entorno-da-rua-bocaiuva/> Acesso em: 20 Mai. 2024.

²²Os outros aspectos específicos de Conservação Preventiva serão tratados no terceiro capítulo.

incêndio, com detectores de fumaça nas salas expositivas e na reserva técnica.

Figura 6: Planta baixa da Casa Bocaiuva



Fonte: próprio autor

Figura 7: Reserva Técnica Memorial – Casa Bocaiuva



Fonte: próprio autor

No começo do ano de 2024 o Setor do Memorial foi transferido para o Edifício Galaxy, na Rua Conselheiro Mafra, no segundo andar. A Sala em que está o Memorial do MPSC foi planejada e organizada em duas partes: Uma sala administrativa e a Reserva Técnica. Nesse novo espaço foi possível acondicionar todo o acervo do Memorial em um lugar de guarda. Na sala de reserva técnica possui um sistema de ar-condicionado e persianas nas janelas para proteção da luz natural.

Figura 8: Reserva Técnica do Memorial – Ed. Galaxy.



Fonte: Próprio autor

No mesmo espaço na reserva, também é usado como depósito, pois alguns materiais de expediente ficam de um armário da sala, a impressora, objetos de outras exposições e caixas organizadoras de material plástico. Esse é um problema até comum em várias reservas técnicas em diversas instituições no país. Pelo que foi exposto, percebe-se o quão complexa é a conservação dos objetos nos espaços museais, e quanto ainda tem que ser feito para qualificar esses espaços. Tanto em áreas de exposição quanto nas suas salas de guarda. Há a necessidade de investimentos para adequar os espaços, colocação de equipamentos, mobiliários, e ainda de profissionais especializados. O Memorial do MPSC, como uma

instituição que se propõe à preservação e conservação da história da instituição e do estado, tem a necessidade de investimentos específicos para área da reserva técnica por parte da instituição do MPSC.

Na segunda parte do capítulo, serão abordados conceitos e noções de Conservação Preventiva e da conversação em papel para depois apresentar o acervo de livros de Dr. Ruy Olympio de Oliveira do Setor do Memorial do MPSC.

3.2 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E MÉTODOS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS EM SUPORTE DE PAPEL

Como podemos definir o que é Conversação Preventiva? Responder essa pergunta é procurar entender a própria História da humanidade. Desde as civilizações mais antigas percebe-se meios para preservação de documentos, obras artísticas e culturais. Sempre houve a necessidade de cuidar, “de curare” e de se importar com os bens culturais que a humanidade produziu ao longo dos tempos. Entretanto, foi somente a partir do crescimento e o aumento do número de coleções museológicas e de bens culturais que se tomou consciência da fragilidade em manter o patrimônio cultural da humanidade. Neste sentido, somente no século XIX, a conservação floresceu como um campo acadêmico, com a aplicação de métodos científicos de conservação dos patrimônios culturais.

Já no século XIX, Adolphe Napoleón Didron escreveu: conservar o máximo possível, reparar o menos possível e não restaurar por preço algum, deixando entender que seria preciso intervir o menos possível sobre o objeto para assegurar a autenticidade de sua mensagem (Guichen, 1995, pg. 5 *apud* Froner & Rosado, 2008b, pg. 13)²³.

O que fundamenta a conservação preventiva pode ser definido pelas palavras-chave: prevenir, planejar, evitar. A definição do conceito de Conservação Preventiva pode ser compreendido como o conjunto de medidas e ações para evitar ou/e minimizar a deterioração futura e a perda. Essas medidas e ações podem ser desenvolvidas tanto a partir de intervenções conscientes e controladas no ambiente externo ao objeto/bem cultural, como também de intervenções diretas ao mesmo. “De acordo com Gäel de Guichen(2009, pg. 36)²⁴,

²³GUICHEN, Gael de. Scientists and the preservation of cultural heritage. **Boletim da UNESCO**. Paris: UNESCO, 1995.

²⁴GUICHEN, Gäel de. Entrevista. In: GÓMEZ, Marisas DE TAPOL, Benoit. Medio" Siglo de Conservación Preventive. Entrevista com Gäel de Guichen. In: Ge. conservación nº 00. Madrid:\$ GEIIC, 2009, p. 35.44.

a ideia de ‘conservação preventiva’ surge para ser um dos três pilares da conservação, com a conservação curativa e restauração. A união dessas duas palavras aparece em textos de 1975” (Bachettini, 2017, pg. 71). Para os autores Luiz Antônio Cruz Souza e Yacy-Ara Froner, conservar é:

Atuar de maneira consciente, evitando e controlando riscos, bem como propondo procedimentos e protocolos – como metas ou como procedimentos cotidianos – que de fato preservam as qualidades materiais, portanto documentais, das coleções. Aqui reside uma outra máxima: Conhecer para conservar! (Souza e Froner, 2008, p. 4)

Conhecer é uma das principais iniciativas em Conservação preventiva. Os procedimentos de conservação abrangem diversas preocupações e ações. Entre elas estão a realização de um diagnóstico dos acervos, o conhecimento dos agentes de deterioração, a compreensão das camadas que protegem os acervos, como o macroambiente, o ambiente médio e o microambiente do entorno do acervo. Também é de fundamental importância para a conservação preventiva a interdisciplinaridade.

Os objetos e bens culturais que estão em acervos e coleções museológicas são produzidos de diversos tipos materiais e suportes, sendo necessários meios diversos para a conservação. Essa é uma questão central no contexto da Conservação Preventiva, tendo a necessidade em procedimentos técnicos de conservação com o auxílio de outras áreas do conhecimento, como a química, física e biologia. Até mesmo, porque, a falta de conhecimento pode ser um risco para a preservação dos acervos. Sendo o autor Jayme Spinelli Júnior a interdisciplinaridade é apontada:

Como premissa essencial da matéria “conservação” traz em si, a convergência de trabalho de profissionais de diversas áreas, não somente para pesquisa e implementação de soluções, mas, sobretudo para a fixação de política integrada sob a regência do ideal de conservação associada ao trabalho sistemático. (Spinelli Júnior, 1997. pg. 12)

Outro fator adotado em Conservação Preventiva é a realização de diagnóstico da condição dos acervos, neste sentido é fundamental identificar os agentes cuja deterioração pode comprometer os acervos. Segundo como aborda as autoras Lia C. Teixeira e Vanilde R. Ghizoni (2012, p. 13), o processo de degradação de “um objeto é um processo natural como o seu envelhecimento e resultante de reações que ocorrem em sua estrutura e com o equilíbrio físico-químico com as relações do ambiente”, onde estão armazenados. Mantendo o objeto em condições adequadas de armazenamento e de exposição, os processos de degradação são

estabilizados. Entretanto é de fundamental importância conhecer os agentes de riscos para a tomada de medidas de tratamento e ações de respostas à emergência na conservação dos acervos. Na cartilha - Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro de 2017 do IBRAM(Instituto Brasileiro de Museus) identifica quais são os 10 principais agentes de riscos em museus, como também ensina a identificar qual é a proporção de riscos dos acervos através de uma escala de cores de magnitude de riscos, e também, como agir diante de uma emergência.

Figura 9: 10 Principais agentes de risco em museus

Quais os agentes de risco que ameaçam os museus?



Fonte: Cartilha Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro de 2017 do IBRAM.

A importância da Conservação preventiva, não está somente preocupada com a materialidade dos bens culturais, mas também da compreensão de quais são condições ambientais e físico-químicas que protegem os acervos. É de fundamental importância considerar as questões do marco ambiente (região, clima, instalações), médio ambiente (sala de guarda ou exposição) e o microambiente (mobiliário, embalagens, invólucros e materiais de suporte). Essas medidas são necessárias para avaliar quais são os agentes de degradação e deterioração que o acervo pode estar exposto. Seja esses agentes fatores externos, como

temperatura, umidade e agentes poluentes, como também internos como, sistema de iluminação, poeira, riscos de impactos físicos e esforço mecânicos. Essa análise dos ambientes macro, médio e micro é fundamental para as medidas para introdução de equipamento e estabelecimento de programas de monitoramento e controle do ambiente.

Figura 10: 6 Camadas de envoltórios de um bem cultural



Fonte: Guia de gestão de riscos para o Patrimônio Museológico - ICCROM²⁵

A conservação desempenha um papel fundamental das instituições de guarda dos acervos, pois nestas instituições são armazenados objetos que representam a cultura de um determinado povo. Conservar, neste sentido, não é apenas questões técnicas, mas também uma questão de representatividade da diversidade e a riqueza da herança do nosso patrimônio cultural. “Os bens culturais e os objetos artísticos são constituídos de matérias suscetíveis a deterioração ou degradação, por isso é importante sua conservação para preservação para gerações futuras” (Bachettini, 2017, pg. 67).

O uso dos conceitos de deterioração e degradação é feito muitas vezes de forma

²⁵Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf Acesso em 25 Mai. 2024.

indiscriminada. Entretanto, de acordo com Silvana de Fátima Bojanoski²⁶, não têm o mesmo significado. Processo de deterioração seria os processos que ocasionam alterações e destruição dos bens culturais, afetando o estado físico, estrutural e funcional dos objetos, a partir de uma ou múltiplas causas físicas. Já o processo de degradação, consiste nos processos que ocasionam alterações e destruição dos bens culturais, afetando a natureza dos seus materiais constituintes, relacionados a fatores químicos, biológicos, térmicos etc., a partir de uma ou múltiplas causas. Conforme as considerações de Fabiana Lontra e Patrícia Reuillard (2018):

Embora exista uma distinção conceitual entre os termos processo de degradação e processo de deterioração, não parece haver, na prática, essa distinção nos textos especializados. É importante levar em consideração que a área está em pleno desenvolvimento, e isso pode ser um fator relevante para tal variação.²⁷

3.2.1 O Papel – Abordagem Histórica e Conservação de Acervos em Papel no Brasil.

O uso do papel tornou-se tão comum em nossas vidas que raramente refletimos sobre o fato, de que esse material comumente usado tanto como suporte para escrita, e a impressão de livros, periódicos e etc, com também para incontáveis e diversos usos, protagonize um processo histórico de cerca de 2000 anos (Spinelli Júnior, 1997, pg. 13). Assim sendo, o papel significou uma autêntica revolução para o desenvolvimento e a expansão do conhecimento, pois facilitou o acúmulo e a comunicação do saber.

Inventado na China no ano de 105 D.C., por T'sai Lun, teve sua rota de expansão seguida através da Ásia até o Ocidente pelos mesmos caminhos seguidos anteriormente pela rota da seda e, sua expansão chegou a Europa, graças à cultura islâmica. A palavra “papel” vem do latim *papyrus* e faz referência ao papiro, planta que cresce no Egito, da qual se extraía fibras para a fabricação de cordas, braços e as folhas feitas de papiro para a escrita (Santos; Ummel, 2020, pg. 9). Como toda grande invenção seu princípio era simples: a partir da maceração de restos de tecidos de algodão utilizados para diversos fins, até que ficassem reduzidos a uma massa de fibras, misturada à água e em seguida despejada sobre uma malha

²⁶ BOJANOSKI, S. F. Terminologia em Conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação. 292 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2018.

²⁷ Disponível em: LONTRA, F; REUILLARD, P. Análise dos termos processo de deterioração/processo de degradação e seus equivalentes em francês na terminologia da conservação do papel. In: SIC - Salão de Iniciação Científica XXX. Poster.UFGRS, 2018.

https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/192169/Poster_57736.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em 30 jun. 2024.

feita de bambu. Ao drenar a água fica sobre a superfície desta malha uma fina camada de fibras entrelaçadas. Também, outros tipos de fibras poderiam servir para fazer o papel, como bambu, cânhamo e a amoreira.

Foi no século XII que o papel começou a ser difundido na Europa, trazido pelos mercadores que tinham relações com os árabes. Foi na Itália, que ao longo dos anos se constituiu um dos centros de fabricação de papel, os papelheiros. De acordo com Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, dois fatos facilitaram a difusão da indústria papelreira em toda a Europa Ocidental:

O primeiro de ordem técnica: desde o século XI, e talvez antes, tivera-se a ideia de adaptar aos moinhos “lâminas” que transformaram o movimento circular em movimento alternativo. (...) O segundo era a extensão da cultura do cânhamo e do linho na última parte da Idade Média e a substituição da lã pelo pano para a roupa interior, que irá tornar o velho farrapo menos caro e mais abundante numa época em que seu uso se generalizava (2019, pg. 77).

A partir dessa época o papel começa, por toda parte, a substituir o pergaminho e ser utilizado para registros de documentos. No século XIV seu uso começava a generalizar-se para a cópia dos manuscritos. Uma das condições indispensáveis para a difusão do livro impresso estava realizada, e que ocorreu com a invenção da imprensa por Gutenberg, no século XV. Para Febvre e Martin, a relação entre a indústria do papel e a indústria do livro se tornou muito próxima, a prosperidade de uma dependia da prosperidade da outra.

Isso fica claro se compararmos os donos das empresas de papel e dos ateliês tipográficos na Europa Ocidental, em diferentes períodos de sua história. Não surpreende, assim, que entre 1475 e 1560, época em que a imprensa conquista o Ocidente, a Europa se cubra de papelarias (2019, pg. 92).

Segundo o autor Aloisio Arnaldo Nunes de Castro, nas primeiras décadas do século XIX foi marcado pelo início de uma nova era na história da química. Neste cenário de descobertas científicas, os estudos químicos possibilitaram o aprofundamento acerca da constituição material dos objetos, para a restauração, como o clareamento de papel por produtos clorados (Castro, 2012, pg. 77). Neste período, os fabricantes passaram a lutar para equilibrar o ritmo de produção e a demanda, resultando em dois problemas recorrentes: o custo da mão de obra e a escassez da matéria-prima (linho e algodão). Isso provocou o surgimento de pesquisas de outros elementos para substituir e ampliar a viabilidade da fabricação de papel.

A partir de 1850, o papel passa a ser fabricado a partir de fibras de celulose oriundas da madeira, surgindo, assim, o “papel-madeira”. Esse fato trouxe novo alento aos produtores de papel, entretanto as fibras de celulose são muito curtas e entrelaçam-se com dificuldade, produzindo um papel extremamente ácido, e conseqüentemente de baixa resistência e durabilidade (Castro, 2012, pg. 85). Este tipo de papel geralmente era destinado à produção de jornais, revistas e outras funções. Neste sentido, inicia-se o período da “era do mau papel”, justificado pela qualidade ruim da fibra de madeira.

De acordo com Jayme Spinelli Júnior (1997, pg. 18), por mais de um século tem-se fabricado papel destinado à impressão de livro com alto teor de acidez²⁸. É de compreensão de todos, que a acidez é uma das maiores causas da degradação dos papéis. Da mesma maneira, o acondicionamento de obras em ambientes quente e úmido gera efeitos danosos, tais como: reações que se processam a nível químico e que geralmente enfraquecem as cadeias moleculares de celulose, fragilizando o papel.

De acordo com autor Aloisio Arnaldo Nunes de Castro:

A acidez provoca a perda de força do papel por meio da hidrólise, ou seja, a decomposição da celulose pela ação da água nas moléculas da celulose. Portanto, as cadeias de celulose rompem-se, o papel torna-se débil, frágil e quebradiço. A constatação da deterioração dos acervos em papel desperta, nessa época, a conscientização dos conservadores de arquivos para a necessidade de se estabelecerem meios que permitam conservar e restaurar papéis fragilizados e deteriorados. (2012, pg. 85)

Aloisio A. N. de Castro, em seu livro “A Trajetória Histórica da Conservação-Restauração de Acervos em Papel no Brasil”, faz uma análise e levantamento dos processos de conservação do papel no País, desde a primeira década do século XX até mais recentemente. De acordo com o autor, as primeiras referências sobre a problemática de preservação de acervos em papel do Brasil – percebidas no final do século XIX e início do XX – mostram-se vinculadas à ação destruidora dos insetos bibliófagos. Isto devido, às condições climáticas dos países localizados na zona tropical indicam elevadas taxas de temperatura e umidade relativa, favorecendo, sobremaneira, a atuação danosa desses insetos no patrimônio bibliográfico e documental. Aloisio destaca as publicações sobre os métodos de

²⁸O ph é o valor que se usa para indicar o grau de acidez ou alcalinidade de uma substância, que é determinado pelo cálculo de íons de hidrogênio presente nela. Mede-se numa escala de 0 a 14, sendo o meio 7 a neutralidade. Os valores de 0 a 6.9 indicam grau de acidez. A partir do 7.1 até o 14 o grau de alcalinidade. Os valores do ph podem variar com a temperatura. Um tratamento passa pelo processo de desacidificação do papel. (Spinelli; Brandão; França, 2011. p.8).

combater as ações dos insetos bibliófagos, nesse período, quase sempre com o uso de produtos químicos. Até que, na década de 1970, verificam-se os efeitos nocivos causados na saúde humana, devido à elevada toxicidade desses produtos, tanto ao aplicador do produto químico, bem como ao público consulente dos livros e documentos tratados com tais produtos.

Uma obra citada por Aloísio, é o Livro do Monsenhor Joaquim Nabuco, uma reedição em 1959, com o título: “Em defesa do livro: a conservação das nossas bibliotecas e arquivos”. Num capítulo do livro, Nabuco refere-se à “medicina preventiva dos livros”, no qual descreve, detalhadamente, os elementos constituintes do livro, suas respectivas patologias e modo de evitá-las. Ao propor a referida metáfora, verifica-se que Nabuco narra, já na primeira metade do século XX conceitos e procedimentos de trabalhos que posteriormente seriam divulgados, na década de 1980, sob a denominação de conservação preventiva (Castro, 2012, pg. 114).

Atualmente os insetos bibliófagos ainda é um problema recorrente, entretanto, existem outros métodos de combatê-los, como congelamento e anoxia. Na sequência veremos alguns agentes de degradação e deterioração em papel.

3.2.2 Agentes de Degradação e Deterioração do Papel

O papel, como qualquer outro suporte de escrita e impressão, é vulnerável a diversos agentes de degradação. Nos acervos nos museus, em arquivos que têm o papel como suporte e matéria-prima bastante amplo e diversificado, tais como os documentos, livros, obras de arte, cartas, mapas etc. Os processos de degradação podem ser devidos à própria fabricação do papel, tanto como ao meio ambiente em que está o acervo documental, isso devido, principalmente pela composição orgânica que caracteriza a sua fragilidade. Reconhece-se que os principais fatores de degradação do papel são de dois grupos: intrínsecas e extrínsecas.

Os **fatores intrínsecos** estão ligados à própria composição do papel e como foi produzido (resíduos químicos, com a lignina e cargas, partículas metálicas, na colagem com resina, a acidez inerente ao papel etc.). A acidez, como já mencionado, é a causa intrínseca mais grave da degradação do papel. As reações químicas ácidas reagem e estimulam o rompimento das cadeias moleculares de celulose, ocasionando uma significativa redução da resistência do papel para seu manuseio. Além disso, as tintas aplicadas sobre o papel, justamente para dar sentido à existência deste suporte, podem ser em alguns casos, a própria

causa de degradação do papel.

Os **fatores extrínsecos** têm relação com os agentes que representam o meio ambiente, que exercem algum tipo de deterioração sobre o papel. Segundo Spinelli Júnior (1997, pg. 18) a deterioração de documentos e livros “estão diretamente relacionados com as condições ambientais em que esses materiais são acondicionados”. Também, é compreensivo que ações humanas e até desastres como enchentes e incêndios são agentes de degradação e deterioração do papel.

Esses agentes podem ser classificados da seguinte forma: 1- Agentes físicos (a luz, a temperatura (T) e umidade relativa (UR)); 2 – Agentes químicos (poluição ambiental e poeira); 3 – Agentes biológicos (microrganismos (bactérias e fungos), insetos (traças, baratas, cupins, brocas etc.) e roedores); 4 – Agentes Antrópicos (Manuseio e acondicionamento inadequado); 5 – Catástrofes (Enchentes e incêndios).

1- Agentes físicos (a luz, a temperatura (T) e umidade relativa (UR)).

A luz, natural ou artificial, é um tipo de radiação eletromagnética capaz de fragilizar os materiais constitutivos dos documentos, induzindo um processo de envelhecimento acelerado (Spinelli Júnior, 1997, pg. 30). A ação da radiação ultravioleta sobre o papel é irreversível e prolonga-se mesmo terminando o período de irradiação, contribuindo para a oxidação da celulose (Costa, 2003, pg. 4).

O desequilíbrio da temperatura (T) e da umidade relativa (UR) provoca no acervo uma dinâmica de contração e alongamento dos elementos que compõem o papel, além de favorecer a proliferação de agentes biológicos, tais como: fungos, bactérias, insetos e roedores. Quanto mais baixa for a temperatura, maior será a permanência e durabilidade do papel. A umidade também afeta seriamente o papel: se muito elevada, apressa a degradação ácida e se for muito baixa, facilita o ataque de agentes biológicos (Costa, 2003, pg. 4).

2- Agentes químicos (poluição ambiental e poeira)

Poluição Ambiental - A atmosfera pode ser considerada um grande recipiente onde permanentemente, são lançados sólidos, líquidos e gases capazes de comprometer a integridade dos acervos documentais. Dentre os poluentes mais agressivos às obras, destacam-se a poeira e os gases ácidos devido à queima de combustíveis. A deposição contínua da poeira sobre os documentos prejudica a estética das peças, favorece o desenvolvimento de microrganismos e pode acelerar a deterioração do material documental

devido aos ácidos contidos. Por outro lado, os gases ácidos agredem mais rapidamente a estrutura química dos materiais constitutivos das peças do acervo (Spinelli Júnior, 1997, pg. 29)

Poeira - O pó não modifica apenas a estética dos documentos. Quando observamos a sujeira retida nos papéis, como os excrementos dos insetos, colas e poluentes atmosféricos, observamos a ação destrutiva. As pequenas partículas possuem ação cortante e abrasiva. A aderência do pó não é apenas superficial, mas também no interior da fibra, que é absorvida por meio de ligações químicas (Costa, 2003, pg. 5).

3- Agentes biológicos (microrganismos (bactérias e fungos), insetos (traças, baratas, cupins, brocas etc.) e roedores).

Dentre os agentes de degradação de acervos documentais, os agentes biológicos, notadamente insetos, microrganismos e roedores, constituem certamente ameaças sérias devido aos danos que podem gerar por vezes irreparáveis (Spinelli Júnior, 1997, pg. 28).

Microrganismos - Provocam degradação enzimática de celulose e proteínas. Deixam o material extremamente fragilizado. Normalmente são notados por alterações de cor, erosões superficiais, deixando o suporte fraco e absorvente. Às vezes apresenta aspecto pulverulento. Em condições propícias de umidade e calor, os fungos e as bactérias encontram excelentes condições de desenvolvimento. As enzimas e os ácidos, produzidas como resultado do metabolismo de diferentes espécies de fungos e bactérias podem acelerar o processo de degradação da celulose e de colas, por hidrólise;

Insetos - Provocam a destruição física do material e a destruição enzimática por excrementos, contribuindo para o aumento da acidez. O ataque, ativo ou não, é denunciado pela presença de perfurações, erosões superficiais, galerias e manchas;

Roedores - Provocam a destruição física de materiais e a oxidação por excrementos. Denunciados pela presença de manchas e perdas de suporte. Além de atacarem os materiais documentais, tendem a atacar também o revestimento isolante dos condutores elétricos, favorecendo a instalação de sinistros (Santos; Ummel, 2020, pg. 13e14).

4- Agentes Antrópicos (Manuseio e acondicionamento inadequado)

O manuseio inadequado dos documentos é um fator de degradação muito frequente em qualquer tipo de acervo. O manuseio abrange todas as ações de tocar no documento, sejam elas durante a higienização pelos funcionários da instituição, na remoção das estantes ou

arquivos para uso do pesquisador, nas foto-reprodução, na pesquisa pelo usuário etc. (Casseres, 2000, pg. 22).

5- Catástrofes (Enchentes e incêndios)

Desastres como incêndios, terremotos, inundações, cujos mecanismos de alteração são a combustão do material por calor, mudanças físicas, condições favoráveis para ação biológica. Também acelera processos de oxidação e hidrólises. Normalmente corre-se o risco de perder todo o acervo (Santos; Ummel, 2020, pg. 13).

Na sequência, observam-se técnicas e métodos de conservação preventiva em acervos de suporte de papel.

3.2.3 Métodos e ações de Conservação Preventiva em Acervos de Suporte de Papel

Os acervos em papéis (livros ou documentos) que sofrem algum tipo de dano apresentam um processo de deterioração que progressivamente vai levá-los a um estado de perda total. Para prevenir este desfecho, evita-se o processo através de métodos e ações de conservação que levam à estabilização do acervo. De acordo com Jayme Spinelli Júnior (1997, pg. 39) “um método de conservação se constitui do reconhecimento e execução de tratamento em uma obra, considerando-se sua estrutura, composição física e seus aspectos estéticos e históricos, visando o prolongamento de sua vida útil o máximo possível”.

Estabilizar um livro ou documento é, portanto, impedir um processo que esteja deteriorando o suporte e/ou seus agregados, através de procedimentos mínimos de intervenção. Como métodos e ações de conservação preventiva em acervos de suporte de papel podem ser citados esses procedimentos: Higienização, Monitoramento de ambiente, acondicionamento, armazenamento, etc.

A Higienização consiste em manter os acervos de papel limpos. Isto aumenta sensivelmente sua vida útil. Remove-se o pó das lombadas e partes externas dos livros com aspirador de pó com baixa potência, com proteção na sucção e para a limpeza das folhas utilizando trinchas, escovas macias e flanelas de algodão. De acordo com Spinelli Júnior:

Este tratamento é de fundamental importância para um acervo bibliográfico e documental. Dentre todas as vantagens que apresenta, há uma, ou seja, a eliminação do máximo possível de todas as sujidades extrínsecas às obras, que é inerente ao seu

próprio desenvolvimento e tem um caráter de destaque, na medida em que compõe uma sistemática de limpeza de volumes e estanterias. Além disso, estabelece uma frequência na identificação de qualquer tipo de ataque de microrganismos ao acervo, através de uma simples ação que podemos chamar de monitoramento (1997, pg. 40).

O Monitoramento de ambiente é o controle da temperatura e da umidade relativa do ar é de fundamental importância na preservação dos acervos de bibliotecas e de arquivos, pois níveis inaceitáveis destes fatores contribuem sensivelmente para a desintegração dos materiais (Costa, 2003, pg.11). Para uma boa conservação do papel, do ponto de vista químico e físico, aconselha-se manter a temperatura entre 18° e 22°C e a umidade relativa entre 50 e 60%. A medição desses índices é feita através da utilização de aparelhos termo higrômetros e deve ser realizada diariamente (Santos; Ummel, 2020, pg. 13). Também é de suma importância para o monitoramento de ambiente, que a iluminação deverá ser sempre indireta, nunca permitir que o sol ou lâmpadas atuem diretamente sobre o papel. É importante, também, que o ambiente seja ventilado para evitar a proliferação de microrganismos. Usar ventiladores e as janelas abertas quando possuem barreira mecânica para filtragem do ar (Teixeira; Ghizoni, 2012, pg.41).

O Acondicionamento tem por objetivo a proteção dos documentos que não se encontram em boas condições ou a proteção daqueles já tratados e recuperados, armazenando-os de forma segura. Para cumprir sua função, que é a de proteger contra danos, o acondicionamento deve ser confeccionado com material de qualidade arquivística e necessita ser projetado apropriadamente para o fim a que se destina (Casseres, 2000, pg.35). Esse método forma uma barreira contra os poluentes, a luz, a temperatura, a umidade relativa, o ataque biológico, e o manuseio.

O armazenamento é o sistema que recebe o documento ou livro, acondicionado ou não, para ser guardado. Consiste no mobiliário das salas destinadas à guarda do acervo: estantes, arquivos e armários. Móveis impróprios para o armazenamento são amplamente encontrados nos arquivos e bibliotecas: armários, estantes, mapotecas e arquivos confeccionados em madeira, fórmica ou metal sem tratamento. Os móveis mais adequados são os de metal esmaltado. A madeira não revestida ou de fórmica não é recomendada, pois em ambos os casos há emissão de produtos voláteis ácidos. O mesmo tratamento se aplica aos móveis de madeira ou ferro (Cassares, 2000, pg. 36).

Alguns outros métodos e ações de conservação preventiva no acervo em suporte de papel que podem ser seguidos: Não comer, beber ou fumar perto de livros, documentos evita o perigo de manchas, queimaduras, além de serem atrativos para insetos; manter as mãos

limpas, protegidas por luvas de algodão ou cirúrgicas, usar máscara de proteção e EPI durante o manuseio; evitar fazer anotações em papéis avulsos colocadas sobre documentos ou livros, pois podem deixar marcas nos mesmos; evitar colocar no papel, cliques, grampos, elásticos, fitas adesivas, etiquetas autocolantes, para não causar reações oxidantes, causando manchas ao papel; nunca manusear das páginas dos livros e documentos umedecendo os dedos com a saliva para virar páginas, pois pode causar manchas, muitas vezes irreversíveis, devendo a página ser virada pela parte superior da folha (Teixeira; Ghizoni, 2012, pg. 42).

A seguir, será apresentado os acervos do Memorial do MPSC, em específico, o acervo de livros do Dr. Ruy Olympio de Oliveira, que é o material a ser analisado neste trabalho.

3.3 OS ACERVOS DO MEMORIAL MPSC E O ACERVO DE LIVROS DO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA

Desde o processo de criação do Projeto Memória, em 2010, desenvolvido pelo consultor historiador Gunter Axt, o Memorial vem realizando pesquisas no campo da história do Direito, da história do estado e da história da própria instituição, MPSC. A partir das pesquisas se sistematizou um acervo histórico, documental, imagético, bibliográfico e audiovisual. Por meio do material gerado, o Memorial produz conteúdos para exposições, publicações e bancos de dados de membros inativos e banco de imagens, transformados em um acervo documental diversificado em diferentes suportes. Essa iniciativa tem como objetivo reunir esses documentos, a fim de compor o acervo do centro de memória do Ministério Público, localizado na Casa Bocaiuva, sendo gerido pelo Memorial.

Segundo os estudos da historiadora Janice Gonçalves, a palavra acervo poder ser definido como:

Um conjunto de bens e, neste sentido, está próxima do sentido geral da palavra "patrimônio". Acervo costuma designar um conjunto de documentos, peças ou obras reunidas e abrigadas (custodiadas) por instituições como museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação, ou ainda existentes em coleções particulares (2006 *apud* Cunha, 2012, pg. 113)²⁹.

Uma das atividades realizada durante o projeto foi o Programa de História Oral, que

²⁹GONÇALVES, J. **Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. São Paulo. 2006. 444p. Tese. (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012007-110719/>

produziu mais de 56 entrevistas com os membros mais antigos, a fim de produzir registros de uma memória institucional. Os produtos deste programa foram três publicações de livros denominados Histórias de Vida, divididos em volumes I, II e III. Para a produção dos livros, foram realizadas entrevistas orais que estão disponíveis como documentos de áudio e de texto, contendo as gravações, além de vídeos das entrevistas armazenados em fitas de (VHS), transformados em documentos audiovisuais. Este projeto gerou o primeiro acervo do Memorial do MPSC.

A partir de 2015, com a criação do Memorial do MPSC iniciou a constituição de seu acervo bi e tridimensional, foi solicitado as Comarcas do estado que enviassem ao Memorial, documentos e/ou objetos que teria valor histórico para a instituição, também, foi recebido doações de membros inativos do MPSC, para o acervo. Entre os objetivos recebidos para compor esta coleção estão: livros, máquina de escrever, vestes talares, fotografias, mesa, troféus, cartões postais e correspondências, ou seja, uma miscelânea de materiais. E como ações museais, estes objetos precisam ser catalogados, higienizados, armazenados e organizados para, enfim, serem colocados à disposição da sociedade. Segundo a notícia publicada no ano de 2020, no site do MPSC, o memorial iniciou no ano de 2016 as ações de conservação do acervo do Memorial.

Em 2016, o Memorial do MPSC iniciou as atividades de conservação e acondicionamento de documentos doados por membros da Instituição e da sociedade para compor o Centro de Memória na Casa Bocaiúva, a partir de campanha iniciada em 2015. Hoje, integram o acervo permanente da Instituição os primeiros boletins informativos feitos no MPSC, convite para a primeira reunião da Instituição, fotos de membros e reuniões nas décadas de 60, 70 e 80, troféus, placas de homenagens, fotografias e diversos outros itens que narram a trajetória do MPSC³⁰.

Ainda durante os anos seguintes o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina vem recebendo doações que acabam fazendo parte do seu acervo. No ano de 2017, o Memorial recebeu uma doação de livros da Fundação Catarinense de Cultura (FCC)³¹, foram aproximadamente 500 livros, com temas relacionados à história e a literatura catarinense.

³⁰MPSC. Memorial do MPSC recebe do Procurador de Justiça aposentado Everton Jorge da Luz itens de mais de 30 anos que valorizam história institucional, dentre eles o documento de fundação do FRBL. Florianópolis, 19/06/2020. Disponível em: <https://www.mp.sc.br/noticias/memorial-do-mpsc-recebe-do-procurador-de-justica-aposentado-everton-jorge-da-luz-itens-de-mais-de-30-anos-que-valorizam-historia-institucional-dentre-eles-o-documento-de-fundacao-do-frbl>. Acesso em 20 Mai. 2024.

³¹MPSC. O MPSC recebe doações de materiais relacionados à história e à literatura catarinenses. Florianópolis, 07/07/2017. Disponível em: <https://www.mp.sc.br/noticias/mpsc-recebe-doacoes-de-materiais-relacionados-a-historia-e-a-literatura-catarinenses>. Acesso em: 20 Mai. 2024.

Parte dessa doação ficou no acervo do Memorial e parte foi destinada ao Projeto Leitura Livre³², onde os livros ficam expostos no hall de entrada da Casa Bocaiuva, onde se pode doar ou retirar os livros para a leitura.

No ano de 2022, depois do período de distanciamento social, devido a pandemia de Covid-19, foram organizados os acervos do Memorial que estavam na Casa Bocaiuva, entre os objetos foram encontrados três caixa de arquivos, como objetos e documentos que estavam na casa quando foi realizado o processo de restauração da resistência, em 2018. Estes objetos e documentos pertenciam aos antigos moradores da casa, a família Souza. Depois de serem catalogados, higienizados, organizados e acondicionados os objetos e documentos foram expostos na exposição “Perdidos e Achados” realizada pelo Memorial³³.

No ano seguinte, em 2023, foram doados ao Memorial, da Gerência de Patrimônio do MPSC, equipamentos eletrônicos antigos, que não estão mais em uso na instituição. Entre os equipamentos estão: máquinas de escrever eletrônica, aparelho de fax, central telefônica, laptop etc.

Na tabela a seguir (Tabela 1) contém as tipologias dos objetos que compõem atualmente o acervo do Memorial e as suas características.

Tabela 1 – Tipos de documentos identificados no acervo do Memorial MPSC

TIPOLOGIA	CONTEÚDO / CARACTERÍSTICA
Documentos audiovisuais	Mídia magnética, analógica e digital, que registram algumas entrevistas e solenidades como eventos, palestras, encontros, além de materiais produzidos para o Memorial. Fitas k7 e CDs contendo entrevistas orais do Projeto Memória.
Documentos textuais	Artigos produzidos, livros de registro, degravações de entrevistas, ofícios em geral. Cartões, revistas, cadernetas, documentos da família Souza.

³²MPSC. Projeto Leitura Livre promove a circulação de livros no MPSC. Florianópolis, 24/08/2023. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/projeto-leitura-livre-promove-a-circulacao-de-livros-no-mpsc>. Acesso em: 20 Mai. 2024.

³³MPSC. Exposição na Casa Bocaiúva exhibe itens recuperados durante restauro da residência. Florianópolis, 04/11/2022. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/exposicao-na-casa-bocaiuva-exibe-itens-recuperados-durante-restauro-da-residencia>. Acesso em: 21 Mai. 2024.

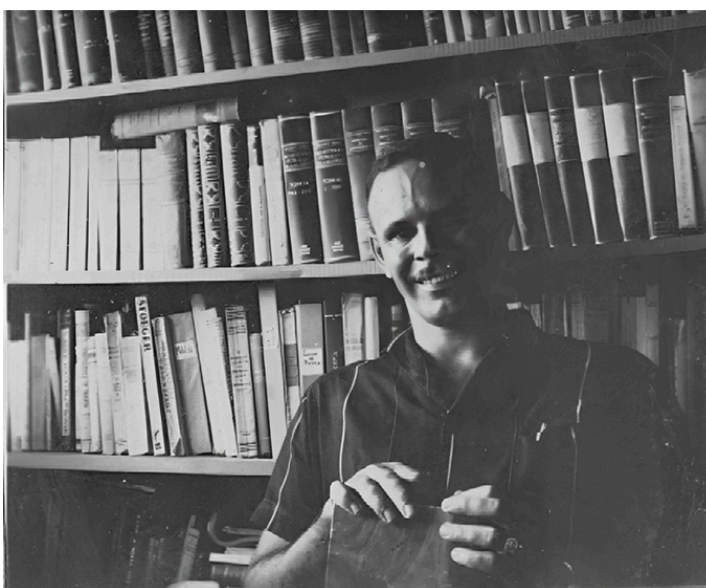
Documentos bibliográficos	Jornais, revistas, livros de direito, história de Santa Catarina, arte, literatura, ilustrações e livros publicados pelo MPSC e de outros MP no País.
Material iconográfico	Negativos e positivos fotográficos, fotografias contendo imagens de membros e servidores em eventos, tais como posses, nomeações, palestras, encontros e ações do MPSC, além de reproduções de quadros de pintura, mapa de SC.
Objetos tridimensionais	Máquina de escrever, equipamentos eletrônicos (fax, central telefônica, aparelho de protocolo, laptop), mobiliário como chapelaria e mesa de madeira, veste talares, troféus, medalhas, placas comemorativas.

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3.1 Acervo de livros do Dr. Ruy Olympio de Oliveira.

Como mencionado anteriormente, o objetivo deste trabalho é propor métodos de conservação preventivas possíveis para o acervo de livros do Dr. Ruy Olympio de Oliveira, que encontrasse na reserva técnica do Memorial do MPSC. Portanto, vamos conhecer o que são esses livros e como eles chegaram ao Memorial do Ministério Público.

Figura 11: Ruy Olympio de Oliveira na sua Biblioteca



Fonte: Loja União Brasileira/ Biografia Ruy Olympio de Oliveira

Os livros em questão foram doados ao Memorial do MPSC, pelos filhos do Dr. Ruy, Roberto Blasi Olympio de Oliveira e Rute Blasi de Oliveira. Quando os livros chegaram ao Memorial não foi gerado um termo de doação do recebimento dos livros, por esse motivo, não temos uma data de quando os livros foram doados. A única informação encontrada sobre o recebimento dos livros está em uma notícia publicado no site do MPSC:

Em breve, passará a integrar o Centro de Memória parte do acervo pessoal do Procurador de Justiça Ruy Olympio de Oliveira, já falecido. "Todos conhecem a história do apartamento que exclusivamente abrigava a biblioteca do Procurador. Em breve, receberemos formalmente a doação de uma parte desse grande acervo", comenta o Chefe do Setor do Memorial, Thiago Maio. Olympio de Oliveira foi o responsável pela instalação da Corregedoria-Geral na Instituição.

O Memorial já abriga a reprodução de uma tela pintada à mão, originalmente, por Ruy Olympio e doado também pelo Procurador de Justiça aposentado Everton Jorge da Luz. A obra retrata o momento em que navio "Malteza S", de bandeira grega, encalhou na Praia do Gi, na cidade de Laguna, em 26 de maio de 1979. Na ocasião, o encalhe causou ao menos cinco mortes e enorme prejuízo ambiental, já que o milho e o óleo que eram transportados por ele vazaram no mar.

A preservação e valorização da história e da cultura é um processo que se inicia com a coleta de objetos, imagens, documentos e outros itens significativos, mas que não termina por aí. "O trabalho feito é mais do que coletar: é sistematizar, organizar e possibilitar o acesso a essas informações no futuro", comenta o Chefe do Setor do Memorial do MPSC. No momento sem precedentes que vivenciamos hoje com a pandemia de covid-19, o Setor tem recebido e arquivado diversos materiais que poderão ser pesquisados no futuro, e Thiago enfatiza a importância da iniciativa, já que "é no presente que se prepara o material que será pesquisado e servirá de referência às gerações futuras"³⁴.

Como pode-se constatar a falta de documentação é um dos maiores problemas das instituições de preservar a memória, seja em museus, arquivos, centros de memória e no próprio Memorial do MPSC. De acordo a Museóloga Renata Padilha, "a falta de documentação do acervo acaba limitando e prejudicando todo o trabalho do (e no) museu, pois inutiliza os objetos, uma vez que não permite o acesso às informações contidas nele, e, por conseguinte, reduz sua função social e cultural dentro de uma comunidade" (2014, pg. 39). Na perspectiva da autora, a documentação dos objetos é uma etapa importante no reconhecimento detalhado e legítimo do acervo museológico.

A documentação cuidadosa do acervo é uma ação determinante para todas as atividades desenvolvidas no museu. Por intermédio dela é que se estabelecem os caminhos para a utilização do acervo, seja por meio de exposições, publicações, ações educativas, atividades administrativas, interoperabilidade institucional ou de apoio para pesquisas internas e externas ao museu (Padilha, 2014, pg. 39).

³⁴ MPSC. Memorial do MPSC recebe do Procurador de Justiça aposentado Everton Jorge da Luz itens de mais de 30 anos que valorizam história institucional, dentre eles o documento de fundação do FRBL. Florianópolis, 19/06/2020.

A documentação museológica é uma das funções em uma política de gestão de acervos. De acordo com Nicola Ladkin, “A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo. Preocupa-se com a preservação e a utilização do acervo, e registro de dados, e em que medida o acervo apoia a missão e propósito do museu” (Ladkin, 2004, p. 17).

Para Ladkin a gestão de acervos pode ser definida por três elementos chaves: O **Registro do acervo** constitui o processo de criação das informações de responsabilidade institucional para os objetos musealizados e documentos que o museu dispõe em sua salvaguarda. A **Preservação do acervo**, cria condições para a conservação e preservação dos acervos em todas as atividades museológicas. E o **Acesso controlado ao acervo**, seria para efeitos de exposição e as demais atividades museológicas o processo de recuperação da informação do acervo tratado, ao mesmo tempo em que protege o acervo.

Os livros do acervo do Dr. Ruy Olympio de Oliveira estavam guardados em caixas organizadoras, tipo contêineres, durante o período da pandemia de Covid-19. No ano de 2022, os livros foram organizados e iniciou-se o processo de conservação preventiva de catalogação, higienização e acondicionamento, que serão relatados no próximo capítulo. São no total, aproximadamente, 335 livros, que pertenciam à biblioteca particular dele, que ficava localizada em um apartamento do Dr. Ruy, próximo ao MPSC, e era aberta para os membros do Ministério Público consultar o acervo, que chegou a ter cerca de 4500 livros.

O acervo de livros de Ruy Olympio de Oliveira, que pode ser entendido como uma coleção, era formado na sua maioria por livros de direito de diversos assuntos, encadernações dos materiais do curso de direito no Rio de Janeiro, em 1952 e alguns livros de assuntos diversos, como livros de meios para organização de bibliotecas.

Figura 12: Livros Faculdade de Direito - 1953/RJ

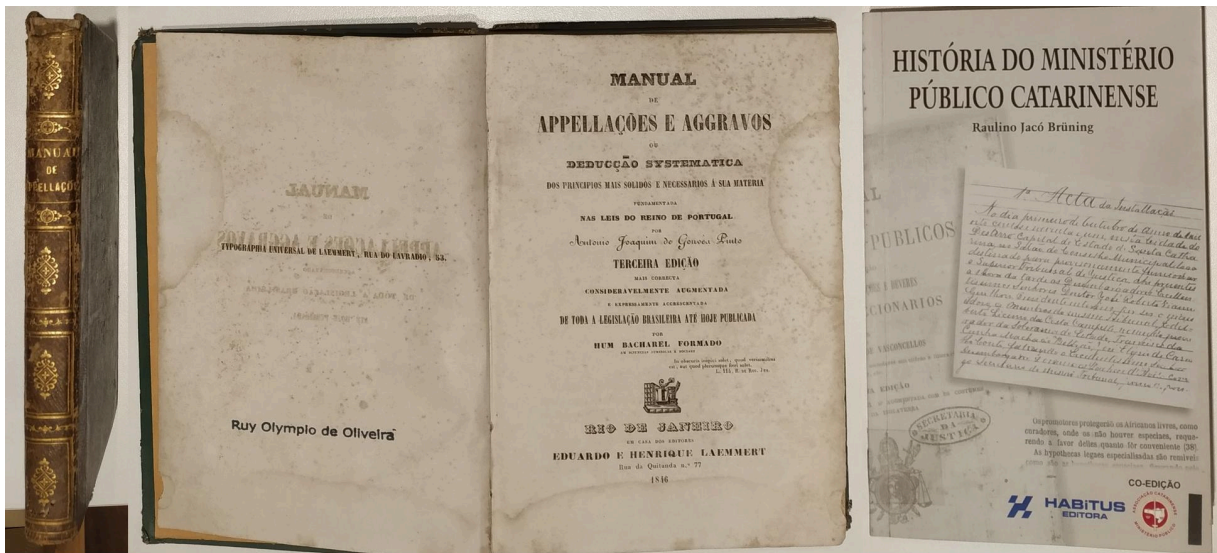


Fonte: próprio autor

O acervo de livros conta com livros que o Dr. Ruy comprou ao longo da sua trajetória de vida (nos livros tem as notas fiscais da compra anexada), livros que pertenceram ao pai, Plácido Olímpio de Oliveira, ex-advogado e político catarinense, livros que recebeu de amigos (com dedicatórias) e, também livros conseguidos em eventos de lançamento.

Um dos livros mais antigos do acervo do Dr. Ruy tem quase 200 anos, é o livro com o título - Manual de Appellações e Aggravos de Antonio Joaquim Pinto, publicado em 1846 – e o um dos livros mais recentes é o livro do membro inativo do MPSC Raulino Jacó Brünning, sobre a História do Ministério Público Catarinense, publicado em 2002.

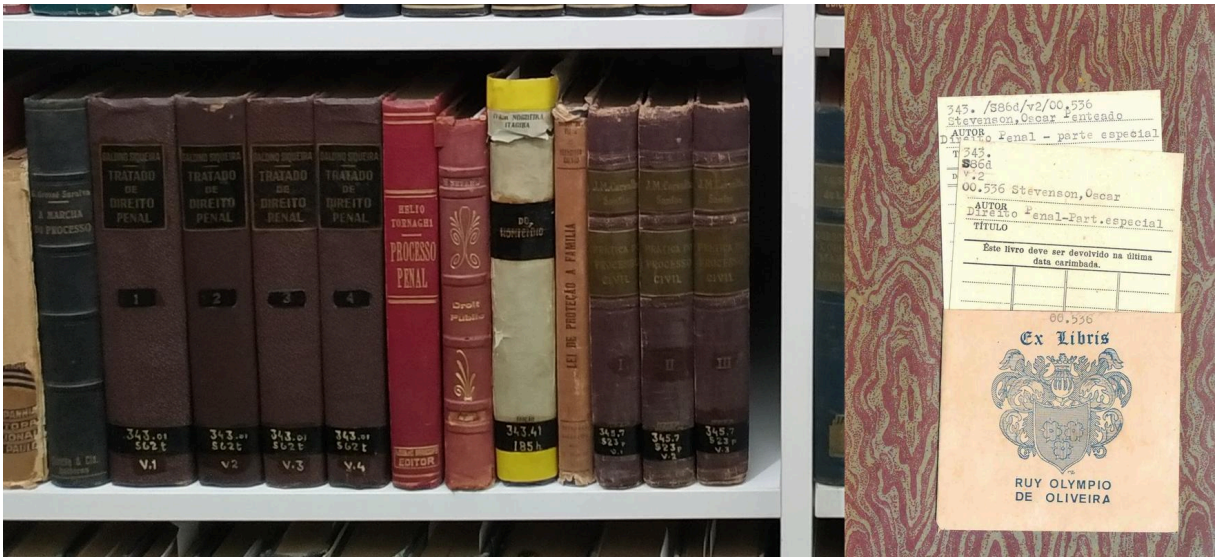
Figura 13: livros de Ruy Olympio de Oliveira



Fonte: próprio autor

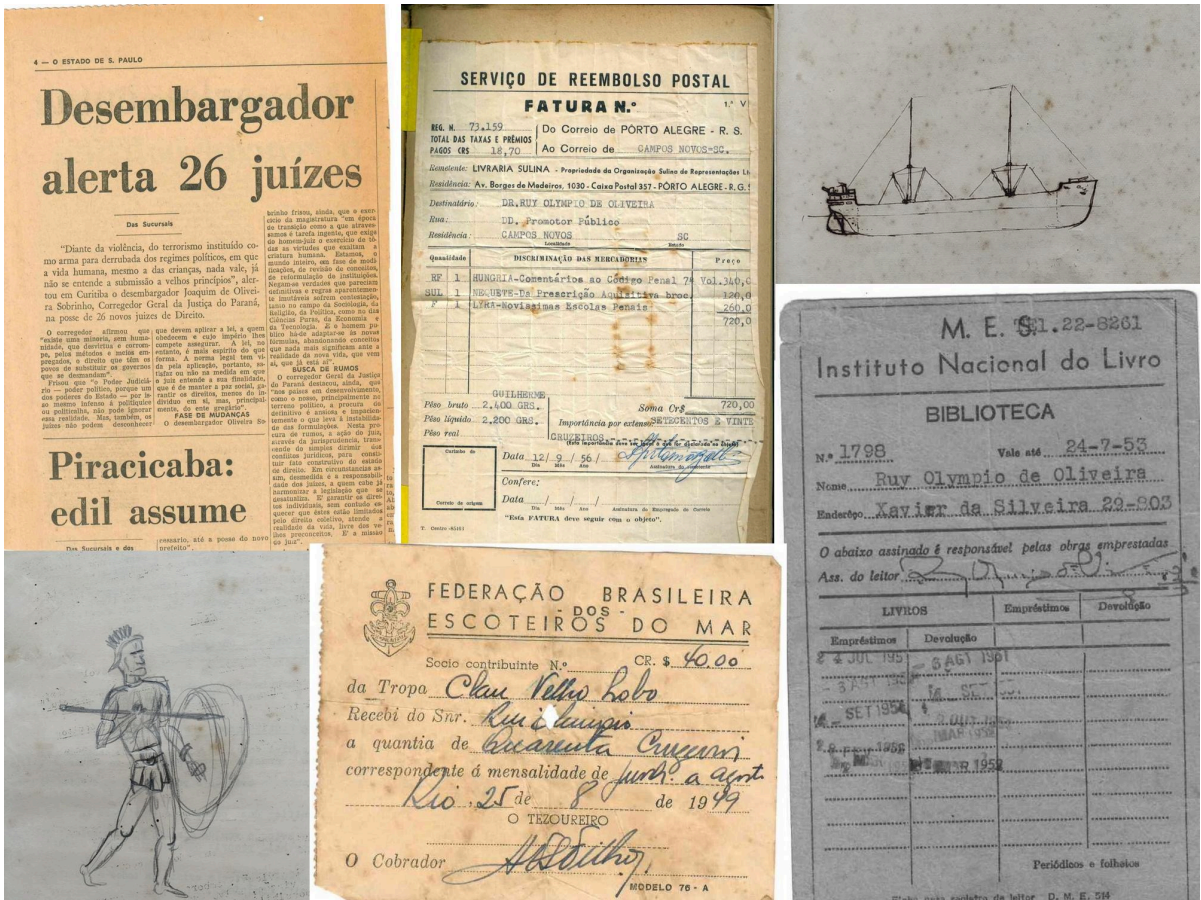
O Dr. Ruy era muito metódico com a organização dos livros, a maioria tinha ordem de arquivamento dos livros por assunto (CDU) e todos os livros tinham uma etiqueta de “Ex-libris” dele (próxima figura). Além disso, nos meios dos livros é possível encontrar lembranças deixadas por Ruy Olympio de Oliveira. Entre essas recordações estão: cartas, cartões, recortes de jornais, anotações do trabalho no MP, anotações de estudos, notas fiscais, folders e desenhos feitos por ele mesmo como temas diversos: brasões, desenhos de casa, igrejas, batalhas, entre outros. Essas lembranças deixadas nos livros é um desafio para a conservação preventiva, pois os papéis deixam manchas, devido a acidez dos papéis.

Figura 14: Livros Ruy Olympio de Oliveira (CDU) e Ex-libris



Fonte: próprio autor

Figura 15: Lembranças nos livros de Ruy Olympio de Oliveira



Fonte: próprio autor

No próximo capítulo, será tratado sobre esse processo de conversação preventiva que foram realizados nos livros e que medidas são necessárias para um melhor acondicionamento dos livros na reserva técnica do Memorial do MPSC. Como proposta de análise serão realizados laudos técnicos em alguns dos livros que fazem parte do acervo em questão.

4 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO ACERVO DE LIVROS DA COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA DO MEMORIAL DO MPSC.

Conforme visto no capítulo anterior, o método de conservação preventiva de objetos e bens culturais deve levar em consideração o material do suporte dos objetos que compõem os acervos. Em se tratando especificamente dos acervos em suporte de papel, essas medidas tornam-se ainda mais importantes, devido aos fatores de degradação que este tipo de suporte sofre em comparação com outros tipos de suportes, como pinturas, esculturas, etc.

Na realização do estágio no Memorial do MPSC, foram realizadas ações de conservação preventiva do acervo da coleção de livros do Dr. Ruy Olympio de Oliveira. A partir destas ações foi possível o diagnóstico do atual estado de conservação dos livros, os procedimentos de conservação preventivas cabíveis e as futuras ações que poderão ser realizadas para a manutenção da integridade da coleção de livros. Portanto, neste capítulo descreve os procedimentos realizados, a elaboração de laudos técnicos de alguns livros e apresenta sugestões de métodos de conservação preventiva para o acervo da coleção de Livros Dr. Ruy e a reserva técnica do Memorial do MPSC.

4.1 CATALOGAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, MONITORAMENTO AMBIENTAL E ARMAZENAMENTO DO ACERVO DE LIVROS DO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA.

Durante o período de dois anos que realizei o estágio não obrigatório no Memorial do MPSC foram adotados procedimentos para a conservação preventiva possíveis dos livros da coleção do Dr. Ruy. Esses procedimentos seguem as diretrizes de preservação e conservação preventiva de acervos elucidados ao longo desta pesquisa. Nas ações de conservar foi atuar de maneira consciente, evitando e controlando riscos, bem como propondo procedimentos e protocolos, com procedimentos cotidianos. As ações específicas tomadas foram a catalogação, a identificação, higienização, o monitoramento ambiental e o armazenamento dos livros do acervo. Também foi realizada a digitalização dos objetos e desenhos que foram identificados dentro os livros do acervo e marcados as páginas que os objetos estão encontrados.

A catalogação e identificação do acervo de livros consistiram da criação de uma lista, realizada por uma planilha do *Excel* (APÊNDICE – A), a fim de fazer uma identificação geral

e controle do acervo. No momento da catalogação, foi verificado o total de 335 livros, separados por ordem alfabética e por assuntos, também foram identificados os livros que necessitam passar por um processo de restauro, e foram armazenados separados do restante do acervo.

Como enfatiza os autores Luiz Antônio Cruz Souza e Yacy-Ara Froner (2008a, pg. 3), “o reconhecimento dos materiais que compõem as coleções, bem como de suas peculiaridades de envelhecimento e vulnerabilidade aos agentes de degradação, é fundamental aos profissionais que trabalham em museus, arquivos e casas históricas”.

Neste sentido o processo, em seguida, foi à higienização dos livros. O processo de higienização foi realizado por meio da retirada do pó e outras sujidades do acervo, com o uso de uma trincha macia. O Memorial do MPSC não dispõe de uma mesa higienizadora, por esse motivo, a higienização foi realizada em uma mesa revestida com papel *Kraft*, em um ambiente ventilado e fora da reserva técnica. O processo de limpeza consistiu na higienização da encadernação, lombadas e aproximadamente as primeiras e últimas 15 folhas, que são as mais sujeitas a receber sujidades, devido à estrutura das encadernações. Também foram higienizados os objetos encontrados nos meios dos livros e as páginas próximas. No processo, também foram levantados dados sobre suas condições de conservação e possíveis agentes de deterioração em andamento sejam interrompidos, mesmo não podendo ser sanados no momento.

Figura 16: Processo de higienização do acervo do Memorial do MPSC.³⁵



Fonte: Priscila Finardi – Chefe do Setor do Memorial

³⁵Não foram realizados registros dos processos de higienização dos acervos de livros, como por exemplo, a higienização de um documento de um dos acervos do Memorial e um dos painéis de estudos usados pelo Dr. Ruy Olympio de Oliveira.

Depois de catalogados, identificados e higienizados, os livros dos acervos foram vistoriados. Como mencionado anteriormente, o Dr. Ruy mantinha objetos, lembranças, recortes de jornais e desenhos no meio dos livros. Os objetos e os desenhos foram digitalizados para a sua identificação e as páginas marcadas com uma indicação onde estão localizados. Neste sentido, esses objetos podem ser um problema para a conservação dos livros. Manter os objetos e recortes nos meios dos livros podem causar manchas nas páginas, mas retirá-los perderia a originalidade em que o Dr. Ruy os colocou, seria um impasse para os critérios de ações de conservação preventiva. Como opção de conservação desses objetos, poderia ser realizado o entrefolhamento do objeto nas páginas onde eles estão. Outra proposta de conservação preventiva para os objetos encontrados nos livros é a confecção de jaquetas de películas de poliéster para a proteção dos mesmos. Entre os objetos encontrados nos livros, alguns foram devolvidos para a família do Dr. Ruy. Duas fotos dele com a mãe e o irmão, quando pequenos, três fotos de cidades onde o Dr. Ruy morou, uma carta do pai do Dr. Ruy endereçada a ele e três figurinhas do sabonete eucalol, como o tema de escotismo.

De acordo com Luiz Antônio Cruz Souza (2008, pg. 3), a conservação dos documentos, objetos e obras de arte em ambientes museológicos, bibliotecas ou arquivos dependem, em grande parte, de um ambiente estável. A maioria dos problemas de degradação a que os objetos estão sujeitos é decorrente de um ambiente inadequado e não estáveis, sendo, portanto, um problema de conservação. Para um melhor controle preventivo é necessário conhecer as causas e fatores que deterioram os objetos, e desse modo propor medidas de controle.

O Memorial do MPSC, não tem, no momento, nenhum equipamento para monitoria das condições ambientais nos seus espaços de guarda. Por este motivo, adquiri o termo-higrômetro (marca: AKSO, modelo: AK28 *new*) para o monitoramento do espaço da reserva técnica do Memorial. A partir do mês de julho de 2023 até o encerramento do meu contrato de estágio, em abril de 2024, em torno de oito meses, realizei o monitoramento da temperatura e da umidade relativa nos espaços de reservas técnicas do Memorial.

Figura 17: Termo Higrômetro Reserva Técnica do Memorial do MPSC



Fonte: próprio autor

As medições foram realizadas sempre em dois horários dos dias em que estava no Memorial. Geralmente no período da tarde, quando chegava, depois do meio dia, e no final da tarde, perto das seis horas. Em alguns dias as medições foram realizadas no período da manhã. Os dados obtidos foram anotados numa tabela feita pelo autor com as datas, os horários, os dados de temperatura externa e interna, a umidade relativa dos espaços e a situação climática do dia³⁶.

Durante os meses do ano de 2023, o monitoramento foi realizado na reserva técnica do Memorial, que estava na Casa Bocaiuva, que fica na Sede do MPSC na Rua Bocaiuva, no centro da cidade.

Tabela 2: Média dos meses de temperatura e umidade da Reserva Técnica na Casa Bocaiuva.

Controle de Temperatura interna, externa e umidade relativa Sala de Reserva Técnica Memorial MPSC.			
Casa Bocaiuva - Rua Bocaiuva, 1792 – Centro, Florianópolis.			
	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.
Média 07/2023	19,9	19,2	79
Média 08/2023	22,6	20,3	81
Média 09/2023	24,7	22,2	77
Média 10/2023	21,9	20,8	81

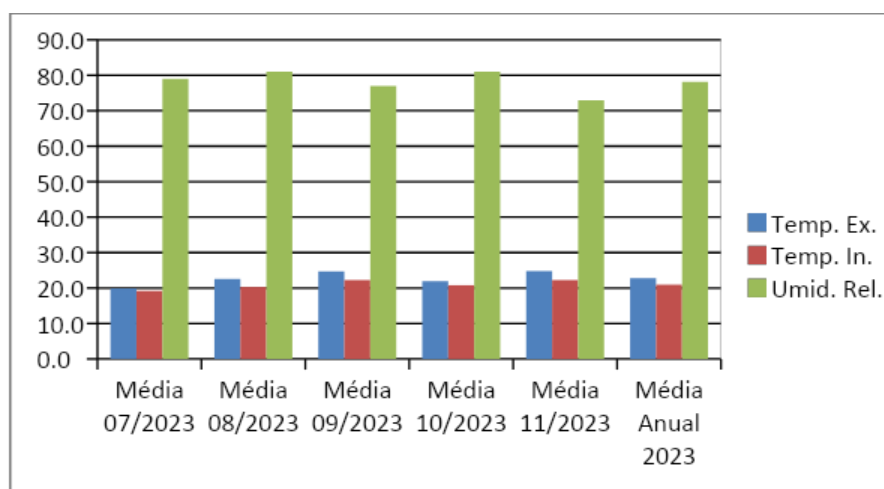
³⁶APÊNDICE – B: Controle de temperatura interna, externa e umidade relativa Sala de Reserva Técnica Memorial MPSC.

Média 11/2023	24,8	22,3	73 ³⁷
Média Anual 2023	22,8	21,0	78

Fonte: Elaborado pelo autor

Na análise os dados obtidos nas medições de monitoramento, realizados na Casa Bocaiuva, nesse período, são que a temperatura interna da reserva técnica teve uma variação de 3 a 4 graus Celsius e um padrão da umidade relativa elevada, entre 75 a 85%. A Casa Bocaiuva, como já mencionado anteriormente, é uma casa tombada pelo patrimônio histórico, tendo sua restauração concluída no ano de 2018. A estrutura da edificação tem paredes de espessura grossa e isolamento térmico do telhado, o que proporciona uma temperatura estável no ambiente. Apesar de a umidade relativa ser elevada, o que pode favorecer a proliferação de agentes biológicos, como fungos, bactérias e insetos, a certa estabilidade no ambiente, o que seria necessário sempre às vistorias periódicas dos acervos, para o surgimento de agentes de deterioração.

Gráfico 1: Média Temperatura e Umidade Relativa Reserva Técnica – Casa Bocaiuva



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No começo do ano de 2024, o Memorial do MPSC mudou-se para o Ed. Galaxy, na Rua Conselheiro Mafra, e os dados obtidos de janeiro até o começo de abril de 2024, foram esses:

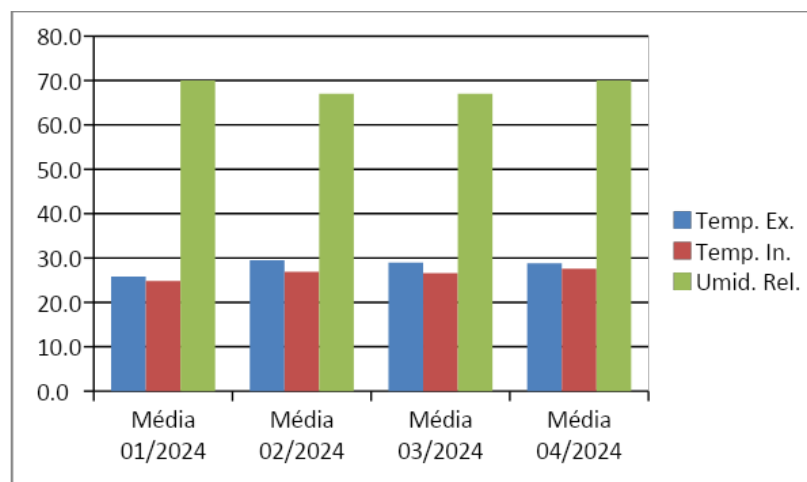
³⁷No mês de novembro o monitoramento somente foi realizado em três dias, devido à mudança do memorial para o Ed. Galaxy, na Rua Conselheiro Mafra, no centro da cidade.

Tabela 3: Média dos meses de temperatura e umidade da Reserva Técnica na Ed. Galaxy.

Controle de Temperatura interna, externa e umidade relativa Sala de Reserva Técnica Memorial MPSC.			
Edifício Galaxy - Rua Conselheiro Mafra, 784 - Centro - Florianópolis			
	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.
Média 01/2024	25,8	24,8	70
Média 02/2024	29,5	26,9	67
Média 03/2024	29,0	26,6	67
Média 04/2024	28,8	27,6	70
Término do contrato de estágio no Memorial - 04/04/2024.			

Fonte: Elaborado pelo autor

Com os dados obtidos nesse outro espaço da reserva técnica do Memorial, pode-se perceber uma alteração na temperatura interna, mais elevada e na umidade relativa mais baixa. Também se pode observar que o espaço apresenta uma falta de circulação de ventilação interna, sendo, que em alguns dias é possível perceber a umidade no piso de cerâmica. Entretanto, na sala da reserva técnica, tem um aparelho de ar condicionado e dos dias em que o aparelho estava ligado, pode-se constatar uma estabilidade da temperatura e da umidade relativa, perto dos 55%. Manter o sistema de climatização ligado durante 24 horas por dia poderia controlar a temperatura e a taxa e a variação de umidade relativa.

Gráfico 2: Média Temperatura e Umidade Relativa Reserva Técnica – Ed. Galaxy.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A Temperatura e a Umidade Relativa contribuem significativamente para a destruição dos acervos em papel. O desequilíbrio de um interfere no equilíbrio do outro. Para a autora Norma Cianflone Cassares, outro princípio que se deve levar em conta é a flutuação desses dois fatores. De acordo com a autora:

As flutuações de temperatura e umidade relativa do ar são muito mais nocivas do que os índices superiores aos considerados ideais, desde que estáveis e constantes. Todos os materiais encontrados nos acervos são *higroscópicos*, isto é, absorvem e liberam umidade muito facilmente e, portanto, se expandem e se contraem com as variações de temperatura e umidade relativa do ar. Essas variações dimensionais aceleram o processo de deterioração e provocam danos visíveis aos documentos, ocasionando o craquelamento de tintas, ondulações nos papéis e nos materiais de revestimento de livros, danos nas emulsões de fotos etc (Cassares, 2000, pg. 15).

Consequentemente, sabe-se que o processo de envelhecimento depende de medidas de controle ambiental capazes de minimizar o impacto da predisposição intrínseca de degradação do próprio suporte de papel e eliminar os agentes potenciais de degradação extrínseca, ou seja, do ambiente externo. Toda degradação que objeto, obra de arte e documentos podem passar são irreversíveis, pois nenhuma obra voltará ao estado original, porém, os processos podem ser estacionados e controlados.

Outra ação de conservação preventiva possível no acervo de livros da coleção do Dr. Ruy Olympio de Oliveira foi à realização do armazenamento. Os livros foram recebidos em caixas organizadoras containers, depois de catalogados e higienizados, foram destinados a um guardar, em estantes. As estantes do Memorial não são apropriadas para o armazenamento dos livros, por serem de madeira e fórmica, que podem favorecer o surgimento de agentes biológicos. Os livros foram organizados nas estantes por assunto e por autores em ordem alfabética, sendo separados os que necessitam passar por um processo de restauro.

O próximo subcapítulo tratará da produção de laudos técnicos de conservação em alguns livros da Coleção do Dr. Ruy, como forma de amostragem do estado de conservação do acervo.

4.2 LAUDOS TÉCNICOS DOS LIVROS DO ACERVO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA.

O laudo técnico é um dos documentos de cunho administrativo produzido nas instituições museológicas. É uma documentação de apoio, que dá credibilidade para as ações

da instituição, em caso de necessidade de intervenção nos itens do acervo e até mesmo para o acondicionamento do objeto na reserva técnica. Logo após das fichas de entrada dos objetos na instituição, o laudo técnico de conservação deve ser um dos primeiros documentos dos objetos, registrando suas especificidades intrínsecas. De acordo, com a autora Renata Padilha, o laudo técnico:

Trata-se de um documento realizado para diagnóstico de conservação do objeto museológico, utilizado na entrada dele no acervo e em qualquer saída e retorno do objeto à instituição. Este documento permite controlar o estado de conservação do objeto; por meio dele o conservador consegue traçar planos de conservação preventiva a curto, médio e longo prazo (2014, pg. 57).

Como forma de propor ações de conservação preventiva no acervo de livros da Coleção Dr. Ruy Olympio optou em escolher alguns exemplares dos livros para a realização de laudos técnicos. Os laudos são uma forma de diagnóstico do estado de conservação do acervo. Por meio textual técnico conseguiu medir os riscos do acervo tendo por base o reconhecimento dos fatores de degradação, que, no final, contribuirá para a consolidação de um projeto maior ou um plano diretor que procure a salvaguarda do acervo.

Neste sentido foi selecionado sete livros para a elaboração de laudos técnicos. Foram escolhidos dois livros mais antigos, que já eram do pai do Dr. Ruy, um dos livros mais recentes da coleção, duas encadernações do material do curso de direito do Dr. Ruy, na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, um com desenhos e anotações, e o último um livro sobre a organização da biblioteca particular do Dr. Ruy, onde ele já desenvolvia ações de conservação dos livros, mantendo recortes de conservação preventiva.

Tabela 4: Livros selecionados para Laudo Técnico

Autor	Título	Ano
Antonio Joaquim de Gouvêa Pinto	Manual de Appellações e Aggravos	1846
Mello Mattos e Evaristo de Moraes	Os Crimes Passionaes Perante o Jury	1919
Governo Federal	Código Penal – Parte Geral	1940
Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – Hahnemann Guimarães	Curso de Direito Civil II Ano	1949
Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – Oscar Penteadado Stevenson	Direito Penal -Ano II – Parte Geral	1949
Wanda Ferraz	A Biblioteca	1962
Raulino Jacó Brüning	História do Ministério Público Catarinense	2002

Tabela 5: Laudo Técnico³⁸: Livro Manual de Appellações e Aggravos.

		<p>Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Coordenadoria Especial de Museologia Estudante: Carlos José Klann</p>	
LAUDO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
SETOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA			
COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA			
I. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO			
IDENTIFICAÇÃO DO ITEM: Manual de Appellações e Aggravos			
CATEGORIA DO ITEM:			
[] Arquivístico [X] Bibliográfico [] Museológico [] Acervo Particular [] Outro:			
Número de Registro:	[X] s/n	Título/Tema: Manual de Appellações e Aggravos ou Dedução Systematica dos Principios mais Solidos e Necessarios a Sua Materia.	
Origem/local: Rio de Janeiro /RJ	[] s/l	Autor/Atribuição: Antonio Joaquim de Gouvêa Pinto	
Descrição informal: Livro publicado no ano de 1846, no RJ pela casa de editores - Eduardo e Henrique Laemmert – Rua da Quitanda n. 77.		Datação: 1846	
Dimensões: 14,5 x 20,5 x 2 cm			
Nº de Páginas: 351			
COMPOSIÇÃO MATERIAL DO ITEM: [X] ORGÂNICO [] INORGÂNICO [] MISTO			
ESPECIFICAÇÃO DO ACERVO:			
TIPOLOGIA DE ACERVO:			
[x] Suporte Papel [] Suporte Madeira [] Suporte Tecido [] Taxidermia [] Cerâmica [] Lítico [] Têxtil [] Couro [] Etnológico [] Arqueológico [] Metal [] Vidro [] Misto [] Outro:			
[] Álbum	[] Folheto	[] Manuscrito	[] Planta
[] Brochura	[] Gravura	[] Mapa	[]
	[] Impresso	[] Partitura	Pergaminho

³⁸ A ficha de laudo técnico foi baseado no modelo da Ficha de Exame Diagnóstico de Estados de Conservação desenvolvida pela Professora Maria Eugênia Gonçalves de Andrade, na Disciplina de Preservação e Conservação de Bens Culturais II - MUS 7505, na turma 05338 /2023.1 e na Ficha Diagnóstico de Conservação da Fundação Biblioteca Nacional (Spinelli Júnior, 1997, pg 82).

<input type="checkbox"/> Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> Periódico	<input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> Desenho			<input type="checkbox"/> _____
II. ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL			
PRINCIPAIS DETERIORAÇÕES DO ITEM E/OU DOCUMENTO:			
<input checked="" type="checkbox"/> 01 - Sujidades <input checked="" type="checkbox"/> 02 - Manchas (umidade) <input type="checkbox"/> 03 - Manchas (migração de pigmento) <input type="checkbox"/> 04 - Ataque biológico ativo - fungos e bactérias <input type="checkbox"/> 05 - Infestação ativa - insetos <input type="checkbox"/> 06 - Vestígio de infestação (inativa) <input type="checkbox"/> 07 - Excrementos de insetos <input type="checkbox"/> 08 - Excrementos de roedores/outros <input checked="" type="checkbox"/> 09 - Oxidação/corrosão <input type="checkbox"/> 10 - Vincos; dobras <input type="checkbox"/> 11 - Ressecamento	<input type="checkbox"/> 12 - Desprendimentos <input type="checkbox"/> 13 - Intervenções anteriores <input type="checkbox"/> 14 - Eflorescência salinas <input checked="" type="checkbox"/> 15 - Inscrições, carimbos etc. <input type="checkbox"/> 16 - Dissociação <input type="checkbox"/> 17 - Riscos <input type="checkbox"/> 18 - Adesivos aderidos (fitas, colas) <input type="checkbox"/> 19 - Grampos, cliques, pregos, tachas; <input checked="" type="checkbox"/> 20 - Perdas de suporte <input type="checkbox"/> 21 - Fragilização <input checked="" type="checkbox"/> 22 - Amarelecimento <input type="checkbox"/> 23 - Escurecimento <input type="checkbox"/> 24 - Rupturas	<input type="checkbox"/> 25 - Abrasões <input type="checkbox"/> 26 - Obturações <input type="checkbox"/> 27 - Enxertos <input type="checkbox"/> 28 - Remendos <input type="checkbox"/> 29 - Uniões defeituosas <input type="checkbox"/> 30 - Esmacimento / descoloração <input type="checkbox"/> 31 - Anot. a tinta (caneta e/ou similares) <input checked="" type="checkbox"/> 32 - Rasgos <input type="checkbox"/> 33 - Fissuras <input checked="" type="checkbox"/> 34 - Ondulação <input type="checkbox"/> 35 - Buracos <input type="checkbox"/> 36 -	
Obs.: Apresenta lombada quebrada, amassado na capa, sujidades e manchas de água.			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL			
<input type="checkbox"/> BOM <input checked="" type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO (Estado Avançado de Deterioração)			
Obs.:			
III. TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO RECOMENDADO			
[R] REALIZADO [P] PROPOSTO			
<input type="checkbox"/> Exame organoléptico <input type="checkbox"/> Higienização mecânica com trincha macia <input type="checkbox"/> Higienização mecânica com pó de borracha <input type="checkbox"/> Higienização química (banhos) <input type="checkbox"/> Remoção de etiquetas, fitas <input type="checkbox"/> Remoção de grampos, cliques, pregos, tachinha	<input type="checkbox"/> Remoção de colas <input type="checkbox"/> Remendos <input type="checkbox"/> Enxertos <input type="checkbox"/> Reparos <input type="checkbox"/> Acondicionamento <input type="checkbox"/> Outros:		
Obs.: Seria necessário realizar a aplicação de teste de acidez do papel.			
RESPONSÁVEL PELO EXAME DIAGNÓSTICO: Carlos José Klann			
DATA: 14/06/2024			
REGISTRO FOTOGRÁFICO DO EXAME			



Os Laudos Técnicos de Conservação³⁹ são documentos que fazem um diagnóstico do estado de conservação e quais possíveis ações de conservação podem ser realizadas futuramente. A seguir serão apresentadas propostas dessas ações como sugestões para serem desenvolvidas no acervo do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina.

³⁹Os laudos técnicos de conservação dos outros livros da Coleção do Dr. Ruy estão no APÊNDICE - C

4.3 PROPOSTA DE AÇÕES E MÉTODOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA A RESERVA TÉCNICA DO MEMORIAL DO MPSC.

Tendo em vista um dos objetivos desse trabalho, e depois, da análise do que foi realizado e como se encontra do acervo de livros da coleção do Dr. Ruy Olympio de Oliveira do Memorial do MPSC. Este trabalho se propõe a apresentar sugestões de possíveis ações e métodos que poderiam ser tomadas no intuito de melhorar a preservação e conservação preventiva da Coleção de livros do Dr. Ruy Olympio de Oliveira, bem como de todo o acervo que está integrando a reserva técnica no Memorial do MPSC.

Apesar de já terem recebido algum tratamento pelo propositor desta pesquisa, quando de sua realização de estágio não obrigatório no Memorial, às questões de monitoramento ambiental, acondicionamento, higienização e manuseio dos acervos são ações de conservação preventiva que precisam estar no cotidiano das atividades da instituição.

Uma das problemáticas apresentadas aqui neste trabalho, foi às mudanças de espaço físico que o Memorial passou ao longo dos anos, sendo um dos grandes problemas em desenvolver ações de conservação, de gestão e a organização dos seus acervos. Neste sentido, se sugere alguns protocolos que podem ser desenvolvidos pelo Memorial do MPSC.

De acordo com a autora Simone Mesquita (2012, pg. 69) normalmente, as instituições não possuem uma política de preservação escrita, como proposta de ação, a autora sugere a elaboração de um plano diretor. Uma das definições do que seria um plano diretor é esta: “Estabelecer uma visão clara a respeito de para onde se dirige o museu e como chegar até lá” (Davies, 2011, pg. 15)

Baseando-se nos textos apresentados (Froner & Souza, 2008b; Mesquita, 2012) a elaboração de um Plano Diretor voltado para a preservação de acervos é indispensável para o planejamento de ações de curto, médio e longo prazo, o que pode minimizar problemas decorrentes de término de mandatos ou de questões políticas. A elaboração de um texto de conservação preventiva seria de grande relevância para o Memorial do MPSC, no estabelecimento de protocolos cotidianos ou eventuais, no cálculo de riscos e nas prioridades na aplicação de recursos na gestão dos seus acervos.

O controle e o monitoramento ambiental é uma das ações sugeridas para a reserva técnica do Memorial do MPSC. O memorial não dispõe de equipamentos para monitorar o ambiente, então se sugere a aquisição de um Termo-Higrômetro para esse fim. No espaço atual em que está a reserva técnica, o controle da temperatura pode ser feita pelo aparelho de

ar-condicionado. Contudo, este somente está em funcionamento nos momentos em que há pessoas trabalhando no local, o que faz com que haja uma variação muito alta de temperatura no ambiente. De certa maneira, os livros da reserva já estão acostumados com a variação de temperatura causados pelas estações do ano, também pelas mudanças de espaço, a qual pode ser menos agressiva as causadas mecanicamente pelo ar-condicionado. Outra possibilidade seria a aquisição de um desumidificador de ar, que seria ideal ficar ligado 24h, porém seria necessário que alguém pudesse monitorar mesmo nos dias que não tiver pessoas no espaço do Memorial do MPSC. O risco de falhas do equipamento é remoto, entretanto pode ser um risco para o acervo e o prédio se não monitorado.

Figura 18: Desumidificador de ar



Fonte: <https://www.thermomatic.com.br/desumidificadores-linha-professional/desidrat-new-plus-1000.html>.

A higienização é uma medida fundamental para a conservação preventiva dos acervos museológicos. Estas ações de preservação devem ser cotidianas e regulares, pois, além da remoção de sujidades dos livros, ajudam a controlar o estado de degradação do material e a verificação da presença de agentes biológicos de degradação.

O memorial do MPSC não tem uma mesa de higienização, o que facilitaria a ação da atividade, seria uma boa aquisição para o Memorial do MPSC. Entretanto, pode ser feita de forma manual com a montagem de uma escala periódica de higienização dos livros, a fim de manter a integridade física e química da coleção. Sempre é recomendada a execução da atividade por pessoas treinadas para o tratamento de acervos.

Figura 19: Mesa de Higienização de documentos



Fonte: <https://biblioteca.pucrs.br/noticias/equipamento-para-higienizacao-do-acervo/attachment/biblioteca-central-pucrs-capela-1/>

Como já mencionado anteriormente, e segundo a autora Norma Cianflone Cassares (2000, pg. 36) é muito comum encontrar móveis impróprios para a conservação e a guarda de acervos em arquivos e bibliotecas. O que é o caso do Memorial do MPSC. Os móveis de madeira não revestida ou de fórmica não são recomendados, pois em ambos os casos há emissão de produtos voláteis ácidos. Os móveis mais adequados são os de metal esmaltado, seria recomendada a aquisição de estante de metal esmaltado ou de um armário deslizante para o acervo do Memorial MPSC. Isso, também dependeria de uma análise do local em que ficaria a reserva técnica do Memorial.

Figura 20: Estante de Metal



Fonte: <https://www.shoppingdoaco.com.br>

Figura 21: Armário deslizante



Fonte: <https://mobile-am.com.br/arquivo-deslizante/>

Alguns livros da Coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira, estão danificados, com problemas estruturais, teria como sugestão a confecção de embalagem de acondicionamento com papel Filifold Documenta 300g/m² ou similar para seu armazenamento. Também seria interessante a parceria ou a elaboração de um projeto para a contratação de conservadores e restauradores de livros ou laboratórios de conservação e restauro para propor ações de restauração dos livros danificados. Como sugestão o Laboratório de Conservação e Restauração – LABCON da UFSC, coordenado pelo Professor Cezar Karpinski.

Por fim, conhecer é uma das principais iniciativas em Conservação preventiva. O desconhecimento é o maior inimigo de uma instituição que abriga acervos, sejam museológicos, arquivísticos e bibliográficos. Qualquer pessoa mal informada pode tomar ações que em vez de investir na preservação e conservação dos acervos, pode colocar em risco os acervos. A gestão do acervo para conservação é uma experiência que não se restringe a equipe do Memorial do MPSC, mas também ao pessoal de segurança, limpeza, além de todas as pessoas que pertencem ao quadro institucional do Ministério Público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo as considerações finais da conclusão desse trabalho com uma história. Nos anos iniciais em que comecei a morar em Florianópolis trabalhei em uma farmácia na frente do prédio do Ministério Público. Entre os vários clientes do estabelecimento, atendia um senhor, sempre de roupas muito simples, de camiseta regata, bermuda e chinelo, que morava no prédio do outro lado da rua. Hoje estou aqui, finalizando um trabalho de conclusão de curso sobre uma parte da vida deste senhor, em que jamais poderia imaginar estar realizando.

O presente trabalho de conclusão de curso teve o objetivo de propor métodos e ações de conservação preventiva para o acervo de livros da coleção do Dr. Ruy Olympio, pertencente ao Setor do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

Na fazedura da escrita do trabalho, várias questões e dúvidas foram surgindo, mas optei em criar uma narrativa desenvolvendo uma relação com os referenciais teóricos, a análise de documentos e o levantamento de dados com os lugares e de quem estou escrevendo e do acervo pesquisado. Entre os objetivos propostos do trabalho, foram abordados a problematização da importância do acervo para a instituição, analisando os espaços e diagnosticados os estados de conservação e que ações são necessárias para a salvaguarda do acervo.

Inicialmente, o estudo apresentou uma análise dos espaços e lugares de memória, utilizando de pressupostos teóricos para refletir sobre os locais, com enfoque específico no Memorial do MPSC e na pessoa do Dr. Ruy. Os lugares de memória, na perspectiva de Nora, surgiram pela obsessão do presente pela memória, do dever de guardar, de preservar o que não pode ser perdido. Cabe ao Memorial do MPSC a construção, preservação, valorização e difusão da memória institucional. Recentemente foi publicado o ATO n. 325/2024/PGJ⁴⁰, que institui a política de gestão de memória no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, que considera do Memorial um espaço de memória permanente, dedicado à preservação e ao estudo da História institucional, para fins de pesquisa, educação e reflexão relacionadas a sua trajetória, aberto ao público e a serviço da sociedade, ou seja, um espaço de imaginação museal.

Em seguida, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as definições e a importância das reservas técnicas nos espaços museológicos, além de métodos de conservação preventiva e preservação de acervos em suporte de papel. As reservas técnicas são espaços

⁴⁰ Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/atos-e-normas/detalhe?id=3610> Acesso em: 03 Jun. 2024.

museais especialmente para armazenar, conservar e proteger o acervo, essenciais para a preservação e conservação preventiva do patrimônio cultural e histórico. E a conservação desempenha uma papel fundamental nas instituições de guarda dos acervos, onde os procedimentos abrangem diversas preocupações e ações, como a de representar a cultura dos povos e a de comunicar e transmitir conhecimento. Neste sentido, foi feito um estudo de caso detalhado das reservas técnicas do Memorial e dos acervos de livros da Coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira, identificando os principais agentes de degradação e propondo ações de conservação preventiva para a coleção.

Com base nas observações e análises dos dados obtidos e nas ações realizadas durante o período que estagiei na instituição e com este trabalho foram desenvolvidas uma série de recomendações para a conservação preventiva da coleção de livros do Dr. Ruy.

Conclui-se que o trabalho cumpriu seu objetivo de investigar e propor métodos de conservação preventiva para esse importante acervo, visando assegurar a preservação e o acesso futuro a esse patrimônio documental. Este trabalho é somente uma proposta inicial e tem a intenção de instigar as ações de preservação e conservação do acervo institucional do Memorial do MPSC. Espera-se que as ações propostas possam ser implementadas pelo Setor do Memorial do MPSC, contribuindo para a salvaguarda dessa coleção e fortalecendo as práticas de conservação preventiva na instituição.

REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Arquivos pessoais. RJ; v.11, nº21.1998.p. 9-21. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061>. Acesso em: 18 Abr. 2024.
- AXT, Gunter (org.). **Histórias de vida**. Florianópolis: MPSC, 2013. 286 p. (Histórias de vida, v. 2).
- BACHETTINI, Andréa Lacerda. **As Reservas Técnicas em Museus: Um Estudo Sobre os Espaços de Guarda dos Acervos / Andréa Lacerda Bachettini**. – 513 p.: Il. – tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, 2017. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6183> Acesso em: 15 Mai. 2024.
- BARBOSA, Andréia Arruda. O Lugar da Memória Institucional nas Organizações Complexas. IV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2443-1.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2024.
- BARCELLOS, Jorge. **Memorial como instituição no Sistema de Museus: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo**. Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999, p. 7-8. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf. Acesso em: 23 Abr. 2024.
- BENJAMIN, Walter. “Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador.” In: Id. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. **Lei n. 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 20 Abr. 2024.
- BRÜNING, Raulino Jacó. **História do Ministério Público Catarinense**. Florianópolis: Habitus, 2001.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: SESCSP, 2015.
- CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. (COMO FAZER). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.
- CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação - restauração de acervos em papel no Brasil**. Juiz de Fora: FUNALFA, UFJF, 2012. 330 p. ISBN 9788576721772 (Editora UFJF).

CASTRO, Fernanda Moretto de. **Política de gestão de Acervo do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina**. 2019. TCC (Graduação em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Coordenadoria Especial de Museologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223725>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. – Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. 258 p. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória E Poder: Dois Movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em: 23 Abr. 2024.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário / Conselho Nacional de Justiça**. Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) – Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual_de_Gestao_de_Memoria.pdf. Acesso em: 23 Abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Resolução n. 138, de 15 de Março de 2016. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-138.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos**. Centro de Informação Científica e Tecnológica, Biblioteca de Manguinhos, Laboratório de Conservação Preventiva de Documentos. Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Manguinhos: FIOCRUZ, 2003. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966008.pdf. Acesso em: 20 Mai. 2024.

CRADDOCK, Ann Brooke. Controle de temperatura e umidade em acervos pequenos. In. **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2001.

CUNHA, M. T. S. Essa coisa de guardar: homens de letras e acervos pessoais - This thing of keeping: man of words and personal files. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 25, p. 109–130, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29194>. Acesso em: 21 Abr. 2024.

DAVIES, Stuart. **Plano Diretor**. tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001. – (Série Museologia, 1). Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/conteudos/referencias-bibliograficas/> Acesso em: 10 Jun. 2024.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de museologia**. São

Paulo: ICom, 2013. 98 p. ISBN 9788582560259.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. 2. Ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. 580 p.

FRONER, Yacy-Ara; Souza, Luiz Antônio Cruz. **Reconhecimento de materiais que compõem acervos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Laboratório de Ciência da Conservação, 2008a. 31 p. (Tópicos em conservação preventiva – caderno 4).

FRONER, Yacy-Ara; Souza, Luiz Antônio Cruz. **Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Laboratório de Ciência da Conservação, 2008b. 22 p. (Tópicos em conservação preventiva – caderno 3).

FRONER, Yacy-Ara. **Reserva Técnica**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Laboratório de Ciência da Conservação, 2008. 24 p. (Tópicos em conservação preventiva – caderno 8).

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Planejamento de mobiliário**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Laboratório de Ciência da Conservação, 2008a. 26 p. (Tópicos em conservação preventiva – caderno 9).

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Laboratório de Ciência da Conservação, 2008b. 24 p. (Tópicos em conservação preventiva – caderno 2).

HALBWACHS, Maurice; SIDOU, Beatriz. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 189p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM - **Cartilha - Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/cartilha-programa-de-gestao-de-riscos-ao-patrimonio-musealizado-brasileiro-2017/view> Acesso em: 16 Mai. 2024.

LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. In. CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: UNESCO, 2004. 250 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184713.locale=en>. Acesso em: 20 Mai. 2024.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 476. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 24 Abr. 2024.

LONTRA, F; REUILLARD, P. **Análise dos termos processo de deterioração/processo de degradação e seus equivalentes em francês na terminologia da conservação do papel**. In: SIC - Salão de Iniciação Científica XXX. Poster. UFGRS, 2018.

https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/192169/Poster_57736.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em 30 jun. 2024.

MESQUITA, S. Conservação preventiva e reservas técnicas: ainda um desafio para as instituições. In: SILVA, RRG., org. Preservação documental: uma mensagem para o futuro [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 67-77. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/m5yr9/pdf/silva-9788523212216-07.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (MPSC). **Termo de abertura de projeto** – CEAF-2010-1. Florianópolis, MPSC, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (MPSC). **Memorial do MPSC é o tema do Alcance de setembro – bloco 1**. Youtube, 8 de set. de 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YzKtVtq_FWI&t=321s. Acesso em: 20 Abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (MPSC). **Memorial do MPSC é o tema do Alcance de setembro – bloco 2**. Youtube, 8 de set. de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9E2I7uVKeb8&t=59s>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (MPSC). Conheça o Memorial do ministério Público de Santa Catarina. Youtube, 21 de jun. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=frOvX2unWIM&t=1s> . Acesso em: 20 Abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Ato n. 0228/2012/PGJ. Disponível em: https://documentos.mpsc.mp.br/portal/Conteudo/publicacoes/do_mpsc_2012-06-08.pdf. Acesso em: 20 Abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Ato n. 0747/2014/PGJ. Disponível em: https://documentos.mpsc.mp.br/portal/Conteudo/publicacoes/do_mpsc_2014-10-15.pdf. Acesso em: 20 Abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Ato n. 0325/2024/PGJ. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/atos-e-normas/detalhe?id=3610> Acesso em: 03 Jun. 2024.

MIRABILE, A. **A reserva técnica também é museu**. In: Boletim eletrônico da ABRACOR, nº1, junho de 2010. Disponível em: <https://antoniomirabile.com/images/competence/56bf5dfd06e968.57668508-areservatecnica mbmemuseu.pdf>. Acesso em: 15 Mai. 2024.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. (Coleção Estudos Museológicos ; v. 2.). ISBN 9788585641115.

PAZIN, Márcia. **A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade**, 2015. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>. Acesso em: 21 Abr. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

ROCHA, S. **Preservação de acervos**. *Ágora*, v. 18, n. 38, p. 25-32, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/12371>. Acesso em: 16 Mai. 2024.

SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de museus - MHN, 1932-1978**: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007. 269 p. ISBN 9788560672011.

SANTOS, Júlio Alves dos; UMMEL, Raquel Rodrigues dos Santos Riquelme. **Manual básico de conservação preventiva de documentos**. - Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais - Centro de Gestão Documental, 2020. Disponível em: <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/cgdoc/12032021145417107.pdf> . Acesso: em 20 Mai. 2024.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. **Conservação Preventiva**: controle ambiental. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Laboratório de Ciência da Conservação, 2008. 23 p. (Tópicos em conservação preventiva – caderno 5).

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **A Conservação de Acervos Bibliográficos & Documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. 92 p. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/documento-tecnico/conservacao-acervos-bibliograficos-documentais/aconservacaoacervosbibliograficosdocumentais.pdf> . Acesso em: 16 Mai. 2024.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliania; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação de documentos extrajudiciais**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Justiça, 2011. Disponível em: <https://folivm.com.br/wp-content/uploads/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf> .Acesso em: 16 Mai. 2024.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC Edições, 2012. 70 p. (Estudos Museológicos ; 1). ISBN 9788585641122.

APÊNDICE A – Lista de Livros da Coleção Dr. Ruy Olympio de Oliveira.

AUTOR	TÍTULO	ANO	UNID.
A. Galvão V. Cerquinho	Teoria e Prática do Júri	s/d	1
Aben Athar Neto	Curso de Previdência Social	1964	1
Achilles Bevilaqua	Código Comercial Brasileiro - Anotado	1953	1
Adriano Campanhole	Consolidação das Leis de Trabalho, ed. 22 (Atualizada até mar de 1969)	1969	1
Affonso Dionysio Gama	Código Penal Brasileiro 2ª Edição	1929	1
Afrânio Peixoto	Criminologia	1953	1
Agamenon Bento do Amaral	Mandado de Segurança no Juízo Criminal	1996	1
Alberto Borciani – Prof.	As Ofensas à Honra	1950	1
Alberto de Carvalho	Causas Célebres Brasileiras: Estudos de Direito Criminal Applicado (Danificado)	1898	1
Alceu Marinho Rego	Guia Prático da Justiça do Trabalho	1945	1
Alcides Rosa	Noções de Direito Civil (Danificado)	1952	1
Aloysio de Carvalho Filho	Comentários ao Código Penal, ed. 2, vol 4	1953	1
Alvaro Sardinha	O Homicídio Culposo	1936	1
Antonio Dellepiane	Nova Teoria da Prova	1942	1
Antonio Joaquim Pinto	Manual de Appellações e Aggravos	1846	1
Antonio Lemos Sobrinho	Da Legítima Defesa	1939	1
Araujo Castro	Accidentes Do Trabalho	1935	1
Araujo Castro	Justiça do Trabalho	1941	1
Arnaldo Sussekino	Manual da Justiça do Trabalho	1944	1
Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira – Des.	Curso de Direito das Sucessões	1954	1
Arruda Câmara	A Batalha do Divórcio	1952	1
Ary Azevedo Franco	Código de Processo Penal, vol 1	1950	1
Ary Azevedo Franco	Código de Processo Penal, vol 2	1950	1
Astor Guimarães Dias	A Questão Sexual Nas Prisões	1955	1
Augusto Olympio Viveiros de Castro	Tratado de Sciencia da Administração e Direito Administrativo (Danificado)	1914	1
Avelino Ferreira da Silva	Acções Summaríssimas e suas Execuções	1927	1

Basileu Garcia	Instituições de Direito Penal Vol. I Tomo II 2º Ed.	1952	1
Basileu Garcia	Instituições de Direito Penal Vol. I Tomo I 2º Ed.	1952	1
Bendicto de Campos	O Ministério Público e o Nosso Código de Processo Civil	1976	1
Beni Carvalho	Crimes contra a Religião, os Costumes e a Família	1943	1
C. J. de Assis Ribeiro	Lesões Corporais no Crime e no Cível	1944	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 6	1928	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 10	1934	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 8	1930	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 13	1940	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 12	1937	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 2	1924	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 3	1926	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 1	1924	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 9	1931	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 5	1927	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 4	1927	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 7	1929	1
Candido de Oliveira Filho	Pratica Civil - Vol 11	1935	1
Carlos Antonio Cordeiro	Formulário de Todas as acções criminaes (danificado)	1864	1
Carlos de Araújo Lima	Os Grandes Processos do Júri	1954	1
Carlos de Araújo Lima	Os Grandes Processos do Júri, vol 3	1957	1
Carlos de Araújo Lima	Os Grandes Processos do Júri	1955	1
Casildo Maldaner	Golpes e Fraudes Saiba como evitar	2000	1
Castro Rodrigues	A Tentativa	1932	1
Celso Delmanto	Código Penal	1980	1
Centro de Estudos Jurídicos das Faculdades Integradas Estácio de Sá	Dicionário Processo Civil	1977	1
Cesar C. L. de Vasconcellos	Código de Processo Civil	1939	1
Cesarino Júnior	Consolidação das Leis Trabalho, ed. 3, vol.1	1950	1

Cesarino Júnior	Consolidação das Leis Trabalho, vol. 2	1950	1
Clovis Bevilacqua	Direito das Sucessões 3ª edi. (Danificado)	1938	1
Clovis Paulo da Rocha	Perspectivas do Direito Civil	1954	1
Cunha Sales	Acções Criminaes	1884	1
Darcy Arruda Miranda	Repertório de Jurisprudência do Código do Processo Penal, ed. 1, vol 3	1953	1
Darcy Arruda Miranda	Repertório de Jurisprudência do Código do Processo Penal, vol 1	s/d	1
Darcy Arruda Miranda	Repertório de Jurisprudência do Código do Processo Penal, vol 4	1953	1
Darcy Arruda Miranda	Repertório de Jurisprudência do Código do Processo Penal, vol 2	s/d	1
Darcy Walmor Zibetti	Legislação Agrária Brasileira	1968	1
De Plácido e Silva	Comentários ao Código de Processo Civil, vol 3	s/d	1
De Plácido e Silva	Comentários ao Código de Processo Civil, vol 4	s/d	1
De Plácido e Silva	Comentários ao Código de Processo Civil, vol 1	s/d	1
De Plácido e Silva	Comentários ao Código de Processo Civil, vol. 2	1949	1
De Plácido e Silva	Noções Práticas de Direito Comercial	s/d	1
Edgard Costa	Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal, vol 5	1967	1
Edgard Magalhães Noronha	Código Penal Brasileiro, vol. 5, parte 2	1952	1
Edgard Magalhães Noronha	Código Penal Brasileiro, vol. 5, parte 1	1948	1
Edmundo Bento de Faria	Dos Acidentes do Trabalho e Doenças Profissionais	1965	1
Edmundo Dantès Nascimento	Linguagem Forense	1974	2
Edward S. Corwin	A Constituição Norte-Americana E Seu Significado Atual	S/D	1
Ennio Bastos de Barros	Manual das Correições	1967	1
Ernesto Machado	Elementos de Direito Processual do Trabalho	1952	1
Esmeraldino Bandeira	Direito Penal Militar (Danificado)	1913	1
Evaristo de Moraes Filho	A Justa Causa na Rescisão do Contrato de Trabalho (Danificado)	1946	1
Fernando Kinoshita	Mercosur y Unión Europea: De la Coomperación al Libre Comércio	2001	1
Flávio J. de A. Moreira da Costa	Direito Penal	1975	1

Flavio Queiroz de Moraes	Delito de Rixa	s/d	1
Francesco Carnelutti	El Problema de La Pena	1947	1
Francis L. Wellman	Cómo Ganar Juicios	1944	1
Francisco D'Auria	Contabilidade: Noções Preliminares	1940	1
Francisco de Paula Baldessarini	Tratado do Código Penal Brasileiro	1943	1
Francisco de Sales Brasil. PE.	As fontes do divórcio	1953	1
Francisco Oliveira	Responsabilidade Civil: Denúnciação Caluniosa e outras decisões	1953	1
Francisco Xavier Medeiros Vieira	Prática das Correições	1974	1
Franco Gentili	Tortura: Instrumentos Medievais, ed. 4	1996	1
François Gorphe	La Critica Del Testimonio	1949	1
Franz Exner – Dr.	Biología Criminal en sus rasgos fundamentales	1946	1
G. E. do Nascimento e Silva	A Missão Diplomática	1971	1
Galdino Siqueira	Tratado de Direito Penal Tomo I Parte geral	1947	1
Galdino Siqueira	Tratado de Direito Penal Tomo II Parte geral	1947	1
Galdino Siqueira	Tratado de Direito Penal Tomo III Parte Especial	1947	1
Galdino Siqueira	Tratado de Direito Penal Tomo IV Parte especial	1947	1
Gastão Grossé Saraiva	A Marcha do Processo: Manual do Código de Processo Civil e Comercial Brasileiro	1940	1
Geoffrey Abbott	The Book of Execution	1994	1
H. Veiga de Carvalho	Acidentes do Trabalho	1959	1
Hélio Tornaghi	Processo Penal	1953	1
Henrique Ferri	Discursos Forenses (Defesas Penais)	1945	1
Henry Nézard	Éléments de Droit Public	1922	1
Hermes Lima	Introdução à Ciência do Direito (Danificado)	1944	1
Hugo Mósca	O Recurso Especial e Seus Pressupostos	1993	1
Inezil Penna Marinho	O Direito Natural entre os Romanos	1979	1
Ivair Nogueira Itagiba	Do Homicídio	1945	1
J. A Nogueira Junior	Prática da Legislação Trabalhista (Danificado)	s/d	1
J. C. Sampaio de Lacerda	Curso de Direito Comercial Marítimo e Aeronáutico	1949	1

J. Henrique Braune	2 Anos na Judicatura (Danificado)	1939	1
J. M. Carvalho Santos	Prática do Processo Civil - vol 3	1952	1
J. M. Carvalho Santos	Prática do Processo Civil - vol 2	1952	1
J. M. Carvalho Santos	Prática do Processo Civil - vol 1	1952	1
J. Madeira Neves	Hereditariedade e Tendência Criminal	1953	1
J. Madeira Neves	Aspectos Econômicos da Vida Progressiva de 250 Sentenciados Catarinenses	1954	2
J. Madeira Neves	Da Observação Prévia na Personalização da Pena	1954	1
Jean Chazal	Études de Criminologie Juvénile	1952	1
João José Leal	Crimes Hediondos – Aspectos Político-jurídicos da Lei n. 8.072/90	1996	1
Jorge Miranda	Constituições de Diversos Países, vol 1	1979	1
Jorge Miranda	Constituições de Diversos Países, vol 2	1979	1
Jose Ingenieros	Criminologia	1953	1
José Naufel	Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, vol. 2	s/d	1
José Naufel	Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, vol. 3	s/d	1
José Naufel	Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, vol. 1	s/d	1
José Zaroni	Dólo é a representação querido do ato voluntário como causa	1937	1
L. Nequete	Da Prescrição Aquisitiva (usucapião)	1954	1
Lafayette Rodrigues Pereira	Pareceres	1927	1
Lawrence Baum	A Suprema Corte Americana	1987	1
Lemos Britto	A Questão Sexual nas Prisões (Danificado)	1934	1
Lenio Luiz Streck	As interceptações Telefônicas e os Direitos Fundamentais: Constituição - Cidadania - Violência	1997	1
Léon Rabinowicz	O Crime Passional	1933	1
Leonel Franca S. J. - Pe.	O Divórcio (Danificado)	1946	1
Liberato Manoel Pinheiro Neto	Prefeitura, Comunidade e Educação	1948	1
Lima Drummond	Noções de Direito Criminal (penologia)	1919	1
Luis Jiménez de Asúa	Defensas Penales, tomo 1	1943	1
Luis Jiménez de Asúa	Defensas Penales, tomo 2	1943	1
Luis Jiménez de Asúa	Defensas Penales, tomo 3	1943	1

Luis Tapia Salinas	Manual de Derecho Aeronáutico	1944	1
Luiz Antonio da Costa Carvalho	Curso Teórico Prático de Direito Judiciário Civil, vol 3, ed. 3	1947	1
Luiz Antonio da Costa Carvalho	Curso Teórico Prático de Direito Judiciário Civil, vol 5, ed. 3	1953	1
Luiz Antonio da Costa Carvalho	Curso Teórico-Prático de Direito Judiciário Civil, vol 2	1952	1
Luiz Antonio da Costa Carvalho	Curso Teórico-Prático de Direito Judiciário Civil, vol 1	1949	1
Luiz Antonio da Costa Carvalho	Curso Teórico-Prático de Direito Judiciário Civil, vol 4	1950	1
Luiz Eduardo Ribeiro Freyersleben	A Usucpião Especial Urbana	1997	1
Manoel Ignácio carvalho de Mendonça	Doutrina e Pratica das Obrigações Vol I 2ª edi.	1914	1
Manoel Ignácio carvalho de Mendonça	Doutrina e Pratica das Obrigações Vol II 2ª edi.	1914	1
Mario Canaan	Curso de Direito Romano (Danificado)	s/d	1
Mario Dias	Ministério Público Brasileiro, vol II, tomo II	1955	1
Mario Dias	Ministério Público Brasileiro, vol I, tomo I	1955	1
Mário do Nascimento Barbosa	Prática Penal	1954	1
Martinho Garcez	Direito da Família	1914	1
Martinho Garcez	Do Direito das Coisas (Danificado)	1915	1
Martins de Oliveira	Feci Sed de Jure Feci	1948	1
Maximilianus Cláudio Américo Führer	Roteiro das Falências & Concordatas	1971	1
Mello Mattos e Evaristo de Moraes	Os Crimes Passionaes Perante o Jury	1919	1
Napoleão Teixeira	O Suicídio em face da Psicopatologia, da Literatura e do Direito	s/d	1
Nelson Carneiro	Divórcio e Anulação de Casamento (Danificado)	1951	1
Nelson de Abreu	O Processo Civil no Tribunal de Justiça de Santa Catarina	1967	1
Nelson de Abreu	Das Vendas a Crédito com Reserva de Domínio	1962	1
Nelson Ferraz	Da Prescrição no Sistema Penal Brasileiro	1981	1
Nélson Ferraz	Pareceres Criminais, vol 8	1992	1

Nélson Ferraz	Aplicação da Pena no Código Penal de 1984	1988	1
Nélson Ferraz	Dosimetria da Pena	1988	1
Nélson Ferraz	Dosimetria da Pena	90s	1
Nélson Hungria	Comentários ao Código Penal, vol 1, tomo 2	1953	1
Nélson Hungria	Comentários ao Código Penal, vol 5	1953	1
Nélson Hungria	Comentários ao Código Penal, vol 8	1954	1
Nélson Hungria	Comentários ao Código Penal, vol 6	1953	1
Nélson Hungria	Comentários ao Código Penal, ed. 2, vol 9	1959	1
Nélson Hungria	Comentários ao Código Penal, vol 7	1955	1
Nélson Hungria	Comentários ao Código Penal, vol 3	1955	1
Nélson Hungria	Comentários ao Código Penal, vol 1, tomo 1	1953	1
Nuno de Campos	Menores Infratores	1979	1
Odin I. do Brasil Americano	Legítima Defesa	1949	1
Oliveira e Silva	Cadernos da Jurisprudência, vol 3	1956	1
Oliveira e Silva	Desquite e Divórcio (Doutrina, Legislação e Jurisprudência)	1953	1
Oliveira e Silva	Da calúnia e Injúria 2ª edição.	1944	1
Oliveira Roma	Modalidades da Legítima Defesa	1941	1
Oscar Tiradentes	Prática de Advocacia Criminal	1951	1
Paulo de Tarso Brandão	Ação Civil Pública	1996	1
Paulo Henrique Blasi	Reconhecimento do divórcio no Brasil	1958	1
Pedro Nunes	Dicionário de Tecnologia Jurídica	1952	1
Pedro Roberto Decomain	Declaração e Investigação de Paternidade	1996	1
Pedro Roberto Decomain	Eleições Municipais de 1996 (Comentários à lei 9.100, de 29.09.95)	1996	1
Péricles Prade	Humanização do Trabalho	1972	1
Péricles Prade	Conceito de Interesses Difusos	1987	1
Quintiliano Saldaña – Dr. Prof.	Nova Criminologia	s/data	1
Pompílio Rafael Flores	A Marcha do Processo Penal	1942	1
Raul José Cortes Marques	Dicionário da Súmula do Supremo Tribunal Federal	1976	1
Raul Machado	A Culpa no Direito Penal 2ª Edição	1943	1

Raulino Jacó Brünning	História do Ministério Público Catarinense	2002	1
Raymundo Cândido	Do Ingresso no Juízo Final	1952	1
Regina Maria Correia	Da prática penal	1951	1
Ribeiro Pontes	Código Penal Brasileiro (Comentários) 1º Vol	1942	1
Ribeiro Pontes	Código Penal Brasileiro (Comentários) 2º Vol	1942	1
Ribeiro Pontes	Decisões em Matéria Criminal cível - comercial	1940	1
Roberto Lyra	Novíssimas Escolas Penais	1956	1
Roberto Lyra	Comentários ao Código Penal Vol II 2ª Edição.	1955	1
Ronaldo Waldemiro Groehs	A Lei Orgânica da Previdência Social	1960	1
Sady Cardoso de Gusmão	Das Contravenções Penais	1942	1
Santiago I. Nudelman	El Delito de Lesiones	1953	1
Saul do Prado Brandão	Trabalhos Forenses (Danificado)	1951	1
Sérgio de Sá Mendes	Direito Romano Resumido	1981	1
Soares de Faria	Investigação da Paternidade Ilegítima	1926	1
Sousa Neto	A Mentira e o Delinquente	1947	1
Themistocles Brandão Cavalcanti	Do mandado de Segurança	1934	1
Tito Fulgencio	Do Desquite	1923	1
Tito Galvão Filho	Lei de Falências Interpretada	1955	1
Tullio Ascarelli	Ensaaios e Pareceres	1952	1
Tycho Brahe Fernandes Neto	Direito Ambiental – Uma Necessidade	S/D	1
Victor Pou	As Organizações Internacionais (entrevista com Jean Rey)	1979	1
Victorio Tolomei – Dr.	Nova Jurisprudência Criminal	1950	1
Walter T. Álvares	Direito Falimentar, vol 2	1968	1
Walter T. Álvares	Direito Falimentar, vol 1	1968	1
Wilson Bussada	Contravenções Penais	1956	1
Wilson de Souza Campos Batalha	Instituições de Direito Processual do Trabalho	1951	1
Yara Muller	Empregador e Empregado na Justiça do Trabalho	1954	1
Yara Müller	Como Requerer em Juízo	1952	1
Yara Müller	Como Requerer em Juízo: Formulário - Leis	1953	1

	Especiais		
Yára Muller	Como Requerer em Juízo	1953	1
Yára Muller	Da Propositura e Do Processamento de Ações (Teoria e Prática)	1954	1
Zeferino Ribeiro	O Tabelionato	1950	1
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO – RIO DE JANEIRO 1953			
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Direito Internacional Público 3º ano	1950	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Direito Constitucional	1949	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Direito Penal	1949	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Ciência das Finanças	1949	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Direito Judiciário Penal	1949	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	A Época, ed. 192, vol. 46, jul 1951	1951	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Direito Comercial	s/d	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – D. Madureira de Pinho	Curso de Direito Penal	1950	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Direito Trabalhista Comercial Administrativo	s/data	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional	Revista a Época	1949	1

de Direito da Universidade do Brasil			
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Revista a Época	1950	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Direito Civil (Fragmentos de estudos sobre parte geral - obrigações – Coisas)	1952	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – Hahnemann Guimarães	Curso de Direito Civil II Ano	s/dat	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – Oscar Penteado Stevenson	Direito Penal 3º ano	1950	1
Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	Revista da Faculdade de Direito, ano 4, out 1952	1952	1
DOIS AUTORES OU MAIS AUTORES			
Abilio Pereira de Almeida e José De Queiros Mattoso	Pratica Jurídico Comercial	1936	1
Americo Lopes e Cicero Lopes. Drs.	Correições e Custas	1925	1
C. Pereira Borges & A. Pereira Pinto	Do inquilinato	1951	1
Des. Marcílio Medeiros/ Dr. Napoleão Xavier do Amarante/ Desª Thereza Tang	Conferências	1977	1
J. de Segadas viana & Francisco Galvão	Lei de Proteção da Família (Doutrina, legislação e formulário)	1942	1
Jane Aparecida, Stefanos Domingues	Aspectos Jurídicos do cooperativismo	2002	2
Julio Fioretti & Adolfo Zerboglio	Sobre La Legítima Defesa	1926	1
Orlando Gomes, Elson Gottschalk	Curso de Direito do Trabalho	1968	1
Pedro Manoel Abreu & Paulo de Tarso Brandão	Juizados Especiais Cíveis e Criminais	1996	1

Bob Woodward, Scott Armstrong	Por Detrás da Suprema Corte	1985	1
DIVERSOS / BIBLIOTECA / REVISTAS / LEIS / CÓDIGOS			
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, XI vol, 2º parte	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, X vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, IX vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, VIII vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, VII vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, VI vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, V vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, IV vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, III vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, II vol	1943	1
Ministério Público	Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, I vol	1943	1
José Konfino	Vademecum Forense (Suplemento n. 2 1965-67 A- Z)	1967	1
José Konfino	Vademecum Forense (Suplemento n. 1 1961-65)	1965	1
José Konfino	Vademecum Forense Apêndice	1962	1
Osny Duarte Pereira	Novo Vade-Mecum Forense	1949	1
Achilles Bevilaqua – Livraria Feritas Bastos S. A.	Código de Processo Penal Lei de Introdução ao Código de Processo Penal	1941	1
Achilles Bevilaqua – Livraria Feritas Bastos S. A.	Código Civil Brasileiro 1ª ed.	1950	1
Almeida Prado	Organize sua Biblioteca	1971	1
Associação Catarinense do Ministério Público de Santa Catarina	Tribunal do Júri – Questionários	x	1

Comarca de Lages	Estudo de Direito em grupo	1982	1
Congresso Nacional	Código Tributário Nacional	1973	1
CONTAG	Questões Agrárias: Estatuto da Terra	1964	1
CONTAG	Questões Agrárias: Estatuto do Trabalhador Rural	s/d	1
Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC	Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, ed. 2, ano 1, jun/dez 1980	1980	1
Diversos	O Jôgo... Indústria do Crime!	1952	1
Diversos	Juizado Especial Criminal	1996	1
Diversos	VII Congresso Nacional de Procuradores do Estado	1975	1
Departamento de Imprensa Nacional	A Nova Constituição do Brasil promulgada em 24 de janeiro de 1967	1967	1
Departamento de Imprensa Nacional	A Nova Constituição do Brasil promulgada em 24 de janeiro de 1967 (versão Gráfica Auriverde)	1967	1
Departamento de Imprensa Nacional	Atos Institucionais e Complementares	1967	1
Edições LEP LTDA - Martin Märtz	Alemão Português (lep Bolso)	1951	1
Edições LEP LTDA – Otávio Augusto Pereira de Queiroz	Latim – Português 5ª Edição (Lep Bolso)	1952	1
Editora Revista dos Tribunais Ltda	Constituição – República Federativa do Brasil – 1988	1989	1
ESMESC	Revista da ESMESC Estudos Jurídicos ano 2 vol 2	1996	1
Esterá Muszkat Menezes e Liene Campos	Classificação Decimal Universal	1987	1
Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais	Revista da Faculdade de Direito, ano 4, out 1953	1953	1
Francisco de Campos e Fernando Penteadó Medici	Código Penal	1941	1
Fundação Getulio Vargas	Curso de Conferências Sobre Direito Público "Direito Internacional"	1951	2
Gaston Litton	Serviços Técnicos da Biblioteca	1975	1
Gaston Litton	A Pesquisa Bibliográfica (em nível universitário)	1975	1
Governo brasileiro	Novas leis do trabalho (1966/1967)	1967	1
Governo Federal	Código Penal 1984: Lei de Execução Penal	1984	1
Governo Federal	Novo Código Civil	s/d	1

Theotonio Negrão	Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor (8 Edição atualizada até 31.7.79)	1979	1
Theotonio Negrão	Código de Processo Civil e legislação processual em vigor (atualizada até 30.11.74)	1974	1
Gráfica Auriverde Ltda	Novas Leis de Previdência Social	1967	1
Gráfica Auriverde Ltda	Nova Lei de Segurança Nacional: Nova Lei de Imprensa	1967	1
Heloisa de A. Prado	Tabela PHA	1976	1
Imprensa Nacional	Anais da 1ª Conferência de Desembargadores	1944	1
IOESC	Lei Orgânica do Ministério Público (lei n. 2913, de 21 de Novembro de 1961)	1961	1
IOESC	Constituição do Estado de Santa Catarina 1989	1989	1
IOESC	Constituição do Estado de Santa Catarina 23 de julho de 1947	1947	1
IOESC	Lei Orgânica do Ministério Público 1952	1952	1
IOESC	Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa. Catarina	1973	1
IOESC	Lei Orgânica do Ministério Público 1971	1971	1
IOESC	Estatuto dos Funcionários Públicos e Cíveis do Estado de Santa Catarina	1971	1
IOESC	Lei Orgânica do Ministério Público 1961	1961	1
IOESC	Lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952	1952	1
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	O Projeto de Código de Trabalho	1956	1
MPSC	Revista Jurídica do MPSC - Atuação - N. 1 set a dez de 2003	2003	1
MPSC	A Dimensão Social do Ministério Público	1982	1
MPSP	Justitia, vol. 113, abr/jun 1981	1981	1
Natalício Norberto	Manual Prático do Jornalista	s/d	1
Natalício Norberto	Jornalismo Para Todos	s/d	1
OAB-SC	Departamento de assistência Judiciária (Legislação)	s/data	1
Papelaria Modelo S. A.	Seguro de Acidentes do Trabalho	1967	1
Presidente da República	Código Penal	1940	1
Presidente da República	Código da Organização Judiciária do Distrito Federal, ed. 3	1953	1

República de Cuba	Constitucion de La República de Cuba	1986	1
República dos Estados Unidos do Brasil	Constituição dos Estados Unidos do Brasil	1956	1
Revista Brasileira de Criminologia	Revista Brasileira de Criminologia, n. 14-15, ano. 5, jan/jun 1951	1951	1
Revista do Trabalho	Revista do Trabalho, n. 5-6, vol. 22, ano. 22, mai/jun 1954	1954	1
Revista do Trabalho	Revista do Trabalho, n. 5-6, vol. 22, ano. 22, jul/ago 1954	1954	1
Senado Federal -Ronan Tito	Estatuto da criança e do adolescente	1991	1
Consulado da Alemanha	Alemanha de Hoje: Política Externa	1964	1
Senado Federal	Código Penal, ed. 2	1982	1
Tipografia e Livraria Blumenauense S. A.	O que é o Fundo de Garantia?	1967	1
TJSC	Homenagem ao Supremo Tribunal Federal	1978	1
UFSC	Regulamento do Código Nacional de Trânsito	1970	1
URSS	Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	1946	1
Wanda Ferraz	A Biblioteca	1962	1
Ed. Brasil – SP	Manuais de Legislação Brasileira, vol.83: Indenização por Atos de Agressão	1942	1
	Antecedentes de La Legislacion Social Argentina	1952	1
Antonio Bandeira	Purificação do Capri – Galeria de Arte	s/d	1
Órgão Oficial e Propriedade da Sociedade Brasileira de Criminologia	Revista de Direito Penal Vol. XXII Fase I -II – III Jul. Ago. Set. - 1938 (Danificado)	1938	1
		total:	335

APÊNDICE – B: Controle de Temperatura Interna, Externa e Umidade Relativa Sala de Reserva Técnica Memorial MPSC.

Controle de Temperatura interna, externa e umidade relativa Sala de Reserva Técnica Memorial MPSC.					
Casa Bocaiuva - Rua Bocaiuva, 1792 - Centro Florianópolis.					
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
06/07/2023	15:24	23,9	21,5	77%	Sol
07/07/2023	12:57	22,2	20,8	82%	Nublado
07/07/2023	17:06	21,2	21,1	82%	Nublado
10/07/2023	12:33	20,4	20,2	86%	Chuvoso
10/07/2023	17:26	20,4	20,7	86%	Chuvoso
11/07/2023	12:47	18,2	19,9	85%	Chuvoso
11/07/2023	17:11	17,9	20,1	84%	Chuvoso
12/07/2023	12:45	19,4	19,7	87%	Chuvoso
12/07/2023	17:02	20,0	20,1	87%	Chuvoso
13/07/2023	12:46	22,6	19,4	66%	Sol
13/07/2023	17:13	21,2	19,9	66%	Sol
14/07/2023	12:52	19,1	18,3	65%	Sol
14/07/2023	17:02	17,2	18,9	67%	Sol
17/07/2023	13:26	18,9	18,0	76%	Nublado
17/07/2023	17:42	18,3	15,5	74%	Nublado
18/07/2023	12:54	15,3	16,1	67%	Nublado
18/07/2023	17:00	15,2	16,1	70%	Nublado
19/07/2023	13:06	19,1	16,1	72%	Parc. Nublado
19/07/2023	17:04	17,1	16,4	74%	Nublado
20/07/2023	12:50	18,0	16,9	81%	Chuvoso
20/07/2023	17:32	18,4	17,5	85%	Nublado
21/07/2023	13:00	21,5	18,4	86%	Sol
21/07/2023	17:12	19,7	19,1	87%	Sol
24/07/2023	13:00	24,3	20,5	87%	Sol
24/07/2023	16:51	20,9	21,3	87%	Névoa
25/07/2023	13:07	24,0	20,8	87%	Sol
25/07/2023	17:27	21,0	21,4	88%	Nublado

26/07/2023	13:04	25,8	21,1	87%	Sol
26/07/2023	17:31	22,1	21,8	87%	Nublado
27/07/2023	13:12	18,5	20,2	73%	Nublado
27/07/2023	17:18	17,5	20,1	73%	Nublado
28/07/2023	13:00	18,2	19,1	79%	Chuvoso
28/07/2023	17:10	17,1	18,9	76%	Nublado
31/07/2023	13:07	23,3	18,1	81%	Sol
31/07/2023	16:56	21,3	19,0	82%	Sol
Média:		19,9	19,2	79%	
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
01/08/2023	13:00	23,3	18,9	81%	Sol
01/08/2023	17:11	21,0	19,7	79%	Parc. Ensolarado
02/08/2023	13:11	23,3	19,6	85%	Sol
02/08/2023	17:23	22,1	20,5	84%	Sol
03/08/2023	12:55	26,5	20,2	80%	Sol
03/08/2023	17:38	21,2	21,1	84%	Nublado
04/08/2023	13:13	24,2	21,1	82%	Sol
04/08/2023	17:12	22,6	21,8	82%	Nublado
07/08/2023	12:40	27,1	21,4	83%	Sol
07/08/2023	17:06	20,5	21,5	80%	Chuva
09/08/2023	12:54	18,0	19,0	81%	Chuva
09/08/2023	17:05	18,4	19,1	82%	Chuva
10/08/2023	08:50	19,8	19,4	87%	Chuva
10/08/2023	12:28	21,5	19,9	91%	Nublado
11/08/2023	12:56	22,9	20,2	86%	Nublado
11/08/2023	17:16	22,1	20,5	85%	Nublado
14/08/2023	13:20	22,0	17,6	75%	Sol
14/08/2023	17:05	18,5	18,2	78%	Sol
16/08/2023	13:20	24,2	20,5	88%	Sol
16/08/2023	18:02	21,0	21,2	89%	Nublado
17/08/2023	08:20	26,0	20,9	89%	Sol
17/08/2023	11:28	25,8	21,5	89%	Sol

18/08/2023	12:24	31,9	22,2	87%	Sol
18/08/2023	17:47	24,7	23,1	80%	Nublado
21/08/2023	14:05	26,5	21,6	81%	Sol
21/08/2023	17:57	20,9	21,9	76%	Nublado
23/08/2023	13:14	26,9	22,8	82%	Sol
24/08/2023	08:12	21,6	22,8	82%	Névoa
24/08/2023	11:52	25,1	22,7	74%	Nublado
25/08/2023	13:24	18,0	19,3	70%	Nublado
28/08/2023	12:50	20,5	17,0	61%	Sol
28/08/2023	17:29	15,6	17,4	61%	Nublado
30/08/2023	12:25	22,4	18,8	81%	Parc. Nublado
30/08/2023	17:40	19,9	19,4	82%	Parc. Nublado
31/08/2023	08:00	18,5	19,1	82%	Sol
31/08/2023	11:29	28,2	19,9	80%	Sol
Média:		22,6	20,3	81%	
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
01/09/2023	12:52	24,9	20,6	80%	Sol
01/09/2023	18:00	19,8	20,6	77%	Nublado
04/09/2023	12:21	25,4	20,9	90%	Sol
04/09/2023	17:23	23,8	21,6	91%	Chuvoso
06/09/2023	08:14	21,8	19,8	72%	Sol
13/09/2023	12:19	25,1	22,1	80%	Nublado
13/09/2023	17:43	22,4	22,4	83%	Nublado
14/09/2023	08:08	24,5	21,9	77%	Sol
14/09/2023	12:07	30,4	21,9	67%	Sol
15/09/2023	12:50	24,4	20,4	56%	Sol
15/09/2023	17:55	18,9	20,4	62%	Sol entre nuvens
18/09/2023	12:10	28,4	22,9	79%	Sol
18/09/2023	18:05	27,5	23,6	77%	Nublado
19/09/2023	16:27	23,6	24,3	76%	Nublado
20/09/2023	12:21	29,5	24,1	79%	Sol
20/09/2023	17:51	24,7	24,4	80%	Nublado

21/09/2023	08:00	23,6	23,6	75%	Nublado
21/09/2023	11:35	31,1	23,9	80%	Sol
22/09/2023	12:03	25,2	23,6	79%	Nublado
22/09/2023	17:07	24,3	24,2	81%	Nublado
25/09/2023	13:26	23,4	18,7	77%	Chuvoso
27/09/2023	12:10	23,9	22,9	84%	Chuvoso
29/09/2023	17:16	22,1	22,4	74%	Nublado
Média:		24,7	22,2	77%	
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
02/10/2023	12:25	20,2	18,9	71%	Nublado
02/10/2023	17:07	19,9	18,1	67%	Nublado
04/10/2023	12:31	20,3	19,5	84%	Chuva
04/10/2023	17:20	20,7	21,2	84%	Nublado
05/10/2023	08:00	20,3	20,5	80%	Nublado
05/10/2023	11:29	20,2	20,5	78%	Nublado
06/10/2023	12:39	19,9	20,7	83%	Chuva
06/10/2023	17:30	20,4	19,6	84%	Chuva
09/10/2023	12:40	23,5	20,8	87%	Nublado
09/10/2023	17:13	21,5	21,1	84%	Parc. Nublado
10/10/2023	12:36	25,4	21,8	85%	Sol
10/10/2023	16:46	24,2	22,3	85%	Nublado
13/10/2023	12:39	19,4	19,2	76%	Nublado
13/10/2023	17:01	19,1	19,1	75%	Nublado
16/10/2023	12:38	20,5	20,0	86%	Chuva
16/10/2023	17:34	20,4	20,2	87%	Nublado
18/10/2023	12:36	21,2	20,1	74%	Nublado
18/10/2023	16:20	20,2	20,2	79%	Nublado
19/10/2023	08:18	18,5	19,7	81%	Nublado
19/10/2023	12:05	21,6	19,8	80%	Nublado
20/10/2023	12:45	22,8	19,9	80%	Nublado
20/10/2023	17:52	20,5	20,2	82%	Nublado
23/10/2023	12:33	26,6	21,7	85%	Sol entre nuvens


24/10/2023	12:22	30,1	22,7	84%	Sol
24/10/2023	17:04	25,1	23,4	85%	Nublado
26/10/2023	08:30	21,3	22,2	75%	Nublado
27/10/2023	13:19	20,9	21,2	75%	Nublado
27/10/2023	15:52	20,7	21,3	79%	Nublado
30/10/2023	12:40	28,9	23,6	82%	Sol
30/10/2023	16:46	22,8	23,8	84%	Chuva
Média:		21,9	20,8	81%	
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
01/11/2023	12:39	24,9	22,5	82%	Nublado
01/11/2023	17:30	22,2	22,8	79%	Nublado
06/11/2023	12:29	27,4	21,7	70%	Sol
06/11/2023	16:54	-	22,2	68%	Sol
07/11/2023	12:41	-	22,1	70%	Sol
07/11/2023	16:57	-	22,6	69%	Sol
Média:		24,8	22,3	73%	
Anual: 2023		22,8	21,0	78%	
Edifício Galaxy - Rua Conselheiro Mafra, 784 - Centro - Florianópolis					
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
22/01/2024	14:16	24,0	25,0	58%	Nublado
22/01/2024	17:20	21,3	25,1	70%	Nublado
23/01/2024	13:26	28,5	24,4	70%	Sol c/ nuvens
23/01/2024	17:06	26,2	24,3	67%	Sol c/ nuvens
24/01/2024	13:46	21,8	24,4	72%	Chuva
24/01/2024	18:09	23,8	24,4	72%	Nublado
25/01/2024	13:09	27,8	24,1	68%	Parc. Nublado
25/01/2024	17:52	24,2	24,4	69%	Nublado
26/01/2024	13:19	19,9	23,9	72%	Chuva
26/01/2024	17:07	22,6	23,8	74%	Nublado
29/01/2024	13:12	30,1	25,1	74%	Sol
29/01/2024	17:04	28,7	25,8	74%	Sol c/ nuvens

30/01/2024	13:21	31,2	25,9	74%	Sol
30/01/2024	16:47	31,0	26,3	69%	Sol
Média:		25,8	24,8	70%	
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
01/02/2024	14:25	30,8	26,9	69%	Sol
01/02/2024	17:36	28,7	27,2	69%	Parc. Nublado
05/02/2024	13:32	31,2	28,1	66%	Sol
06/02/2024	13:47	32,4	28,0	67%	Sol
07/02/2024	13:28	33,5	28,1	74%	Sol
07/02/2024	17:00	31,2	28,4	71%	Nublado
09/02/2024	13:07	33,5	28,2	70%	Sol
09/02/2024	17:06	30,1	28,9	75%	Parc. Ensolarado
14/02/2024	13:55	21,6	24,6	53%	Chuva / c. ar ligado
14/02/2024	17:16	24,1	23,3	57%	Nublado / c. ar ligado
15/02/2024	12:57	26,9	25,1	65%	Nublado
16/02/2024	13:27	27,1	24,9	71%	Nublado
16/02/2024	17:10	25,7	25,1	71%	Nublado
19/02/2024	13:30	30,2	27,6	65%	Sol
19/02/2024	17:31	28,9	28,0	62%	Nublado
20/02/2024	14:05	31,2	27,5	66%	Sol
20/02/2024	17:43	26,4	25,7	56%	Nublado / c. ar ligado
21/02/2024	14:02	29,4	26,5	64%	Sol
21/02/2024	17:29	27,2	25,1	55%	Nublado / c. ar ligado
22/02/2024	13:19	34,1	26,6	72%	Sol
22/02/2024	17:28	30,8	27,6	70%	Sol
23/02/2024	13:14	34,9	27,9	76%	Sol
26/02/2024	13:09	31,9	28,2	70%	Parc. Ensolarado
26/02/2024	17:12	28,2	28,0	70%	Nublado
27/02/2024	13:36	29,4	27,4	77%	Nublado
28/02/2024	13:25	31,5	26,8	72%	Sol
28/02/2024	17:15	27,1	25,4	58%	Nublado / c. ar ligado

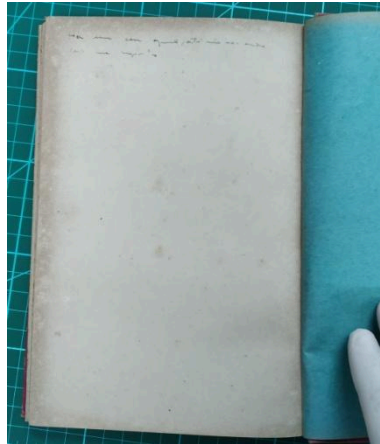
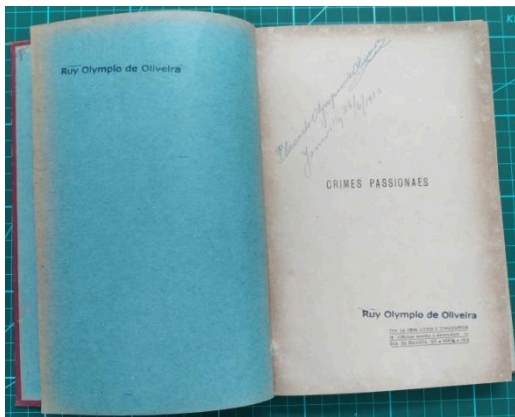
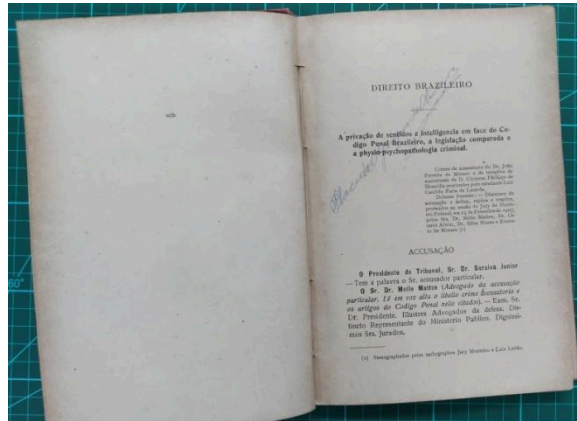
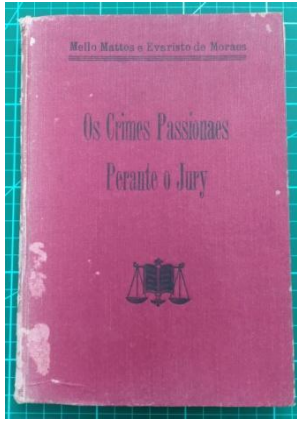
29/02/2024	13:41	28,8	26,8	72%	Nublado
Média:		29,5	26,9	67%	
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
01/03/2024	13:19	34,7	27,1	71%	Sol
04/03/2024	13:06	30,1	28,7	61%	Sol
05/03/2024	13:05	26,1	23,1	67%	Nublado
05/03/2024	17:18	23,7	24,5	60%	Nublado
06/03/2024	13:25	30,5	25,1	66%	Sol
06/03/2024	17:40	26,4	24,4	60%	Nublado
07/03/2024	13:21	27,9	25,4	69%	Nublado
07/03/2024	17:20	26,9	25,7	72%	Nublado
08/03/2024	13:05	26,4	25,6	78%	Nublado
08/03/2024	17:10	22,1	22,7	50%	Chuva / c. ar ligado
11/03/2024	13:32	31,0	26,9	70%	Sol
11/03/2024	17:21	29,6	27,8	66%	Sol
12/03/2024	13:18	31,8	27,5	70%	Sol
12/03/2024	17:28	26,9	24,0	62%	Sol
13/03/2024	13:22	32,0	26,8	70%	Sol
13/03/2024	17:01	28,1	27,8	66%	Sol
14/03/2024	12:28	32,5	27,4	74%	Sol
14/03/2024	15:24	30,2	28,2	73%	Sol
19/03/2024	13:51	32,2	29,0	77%	Sol
19/03/2024	17:34	29,1	28,5	76%	Nublado
20/03/2024	12:25	32,9	28,8	79%	Sol
20/03/2024	17:40	28,7	29,4	78%	Sol
21/03/2024	13:22	31,4	28,8	72%	Sol
21/03/2024	17:15	29,1	29,0	65%	Sol
22/03/2024	12:48	29,6	26,9	61%	Sol
22/03/2024	17:00	26,6	23,3	59%	Nublado
26/03/2024	13:12	30,3	26,2	63%	Sol
26/03/2024	16:54	25,7	26,5	60%	Nublado
27/03/2024	13:32	29,0	26,8	64%	Sol

27/03/2024	16:30	27,1	27,5	59%	Sol
Média:		29,0	26,6	67%	
Dia	Hora	Temp. Ex.	Temp. In.	Umid. Rel.	Clima do dia
02/04/2024	12:46	31,8	27,7	68%	Sol
02/04/2024	17:55	25,1	27,6	63%	Nublado
03/04/2024	12:42	29,4	27,2	71%	Sol
03/04/2024	17:37	26,2	27,4	70%	Nublado
04/04/2024	12:39	32,2	27,5	77%	Sol
04/04/2024	17:57	28,1	28,1	72%	Nublado
Média:		28,8	27,6	70%	
Término do contrato de estágio no Memorial do MPSC.					

APÊNDICE C - Laudos Técnicos de Conservação dos Outros Livros da Coleção do Dr. Ruy Olympio de Oliveira.

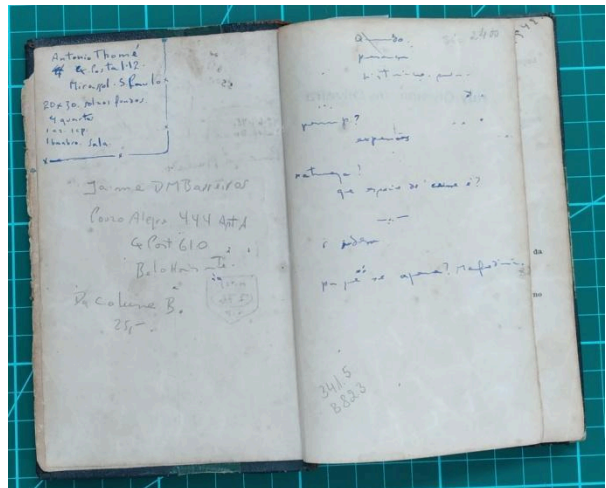
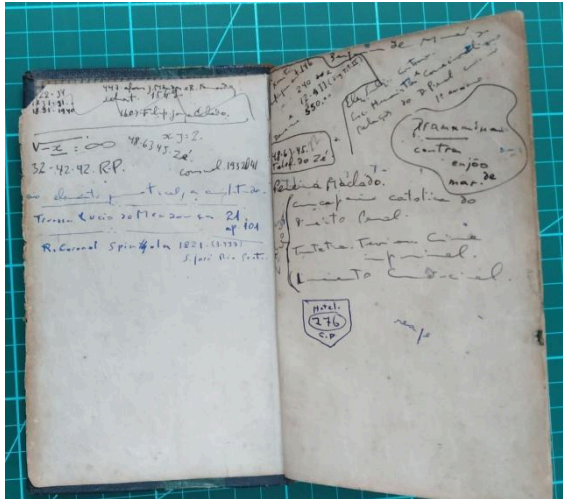
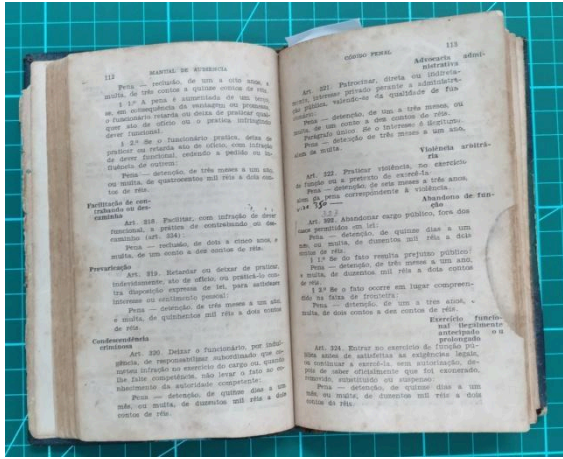
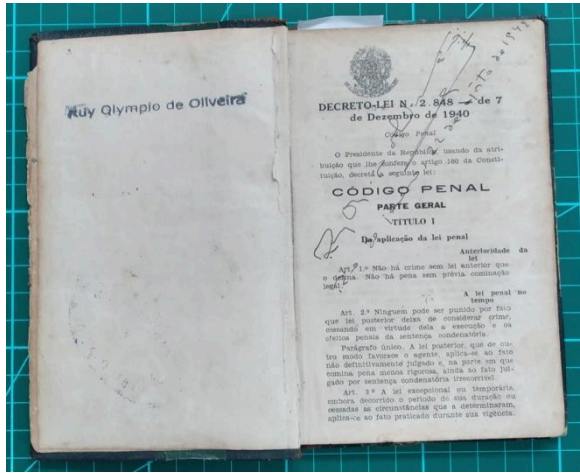
		Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Coordenadoria Especial de Museologia Estudante: Carlos José Klann	
LAUDO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
SETOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA			
COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA			
I. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO			
IDENTIFICAÇÃO DO ITEM: Os Crimes Passionaes Perante o Jury			
CATEGORIA DO ITEM:			
[] Arquivístico [X] Bibliográfico [] Museológico [] Acervo Particular [] Outro:			
Número de Registro:	[X] s/n	Título/Tema: Os Crimes Passionaes Perante o Jury.	
Origem/local: Porto / Portugal	[] s/l	Autor/Atribuição Mello Mattos e Evaristo de Moraes	
Descrição informal: Livro publicado em 1919, Typ. Da Empr. E Typographica. Rua da Boa Vista, 321 - PORTO		Datação: 1919.	
Dimensões: 15 x 21,6 x 1,7 cm			
Nº de Páginas: 219			
COMPOSIÇÃO MATERIAL DO ITEM: [X] ORGÂNICO [] INORGÂNICO [] MISTO			
ESPECIFICAÇÃO DO ACERVO:			
TIPOLOGIA DE ACERVO:			
[x] Suporte Papel [] Suporte Madeira [X] Suporte Tecido [] Taxidermia [] Cerâmica [] Lítico [] Têxtil [] Couro [] Etnológico [] Arqueológico [] Metal [] Vidro [] Misto [] Outro:			
[] Álbum	[] Folheto	[] Manuscrito	[] Planta
[] Brochura	[] Gravura	[] Mapa	[] Pergaminho
[] Certificado	[] Impresso	[] Partitura	[] _____
[] Desenho	[X] Livro	[] Periódico	[] _____
II. ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL			

PRINCIPAIS DETERIORAÇÕES DO ITEM E/OU DOCUMENTO:		
<input checked="" type="checkbox"/> 01 - Sujidades <input checked="" type="checkbox"/> 02 - Manchas (umidade) <input type="checkbox"/> 03 - Manchas (migração de pigmento) <input type="checkbox"/> 04 - Ataque biológico ativo - fungos e bactérias <input type="checkbox"/> 05 - Infestação ativa - insetos <input checked="" type="checkbox"/> 06 - Vestígio de infestação (inativa) <input type="checkbox"/> 07 - Excrementos de insetos <input type="checkbox"/> 08 - Excrementos de roedores/outros <input checked="" type="checkbox"/> 09 - Oxidação/corrosão <input type="checkbox"/> 10 - Vincos; dobras <input type="checkbox"/> 11 - Ressecamento	<input type="checkbox"/> 12 - Desprendimentos <input type="checkbox"/> 13 - Intervenções anteriores <input type="checkbox"/> 14 - Eflorescência salinas <input checked="" type="checkbox"/> 15 - Inscrições, carimbos etc. <input type="checkbox"/> 16 - Dissociação <input type="checkbox"/> 17 - Riscos <input type="checkbox"/> 18 - Adesivos aderidos (fitas, colas) <input type="checkbox"/> 19 - Grampos, cliques, pregos, tachas; <input type="checkbox"/> 20 - Perdas de suporte <input type="checkbox"/> 21 - Fragilização <input checked="" type="checkbox"/> 22 - Amarelecimento <input checked="" type="checkbox"/> 23 - Escurecimento <input type="checkbox"/> 24 - Rupturas	<input type="checkbox"/> 25 - Abrasões <input type="checkbox"/> 26 - Obturações <input type="checkbox"/> 27 - Enxertos <input type="checkbox"/> 28 - Remendos <input type="checkbox"/> 29 - Uniões defeituosas <input checked="" type="checkbox"/> 30 - Esmacimento / descoloração <input checked="" type="checkbox"/> 31 - Anot. a tinta (caneta e/ou similares) <input type="checkbox"/> 32 - Rasgos <input type="checkbox"/> 33 - Fissuras <input type="checkbox"/> 34 - Ondulação <input type="checkbox"/> 35 - Buracos <input type="checkbox"/> 36 -
Obs.: A capa de tecido apresenta descoloração e perdas,		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL		
<input type="checkbox"/> BOM <input checked="" type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO (Estado Avançado de Deterioração) Obs.:		
III. TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO RECOMENDADO		
[R] REALIZADO [P] PROPOSTO		
<input checked="" type="checkbox"/> Exame organoléptico <input type="checkbox"/> Higienização mecânica com trincha macia <input type="checkbox"/> Higienização mecânica com pó de borracha <input type="checkbox"/> Higienização química (banhos) <input type="checkbox"/> Remoção de etiquetas, fitas <input type="checkbox"/> Remoção de grampos, cliques, pregos, tachinhas	<input type="checkbox"/> Remoção de colas <input type="checkbox"/> Remendos <input type="checkbox"/> Enxertos <input type="checkbox"/> Reparos <input type="checkbox"/> Acondicionamento <input type="checkbox"/> Outros:	
Obs: Seria necessário realizar a aplicação de teste de acidez do papel.		
RESPONSÁVEL PELO EXAME DIAGNÓSTICO: Carlos José Klann		
DATA: 14/06/2024		
REGISTRO FOTOGRÁFICO DO EXAME		



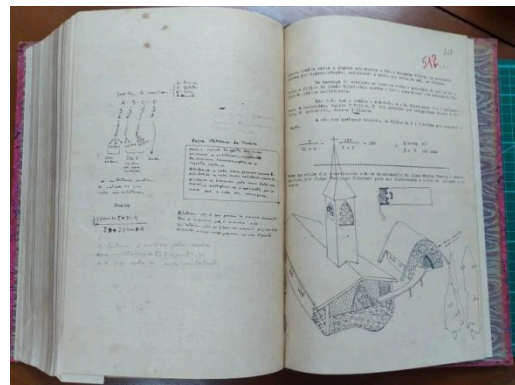
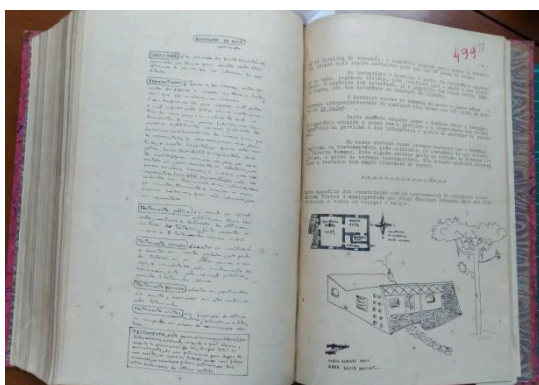
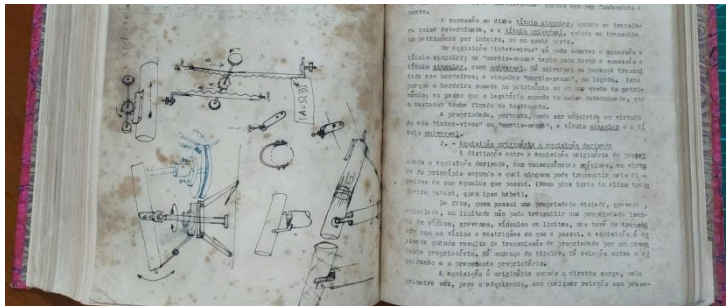
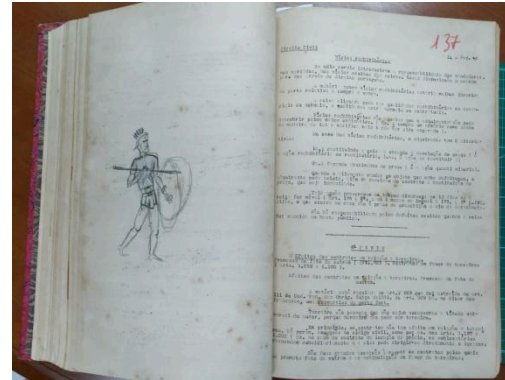
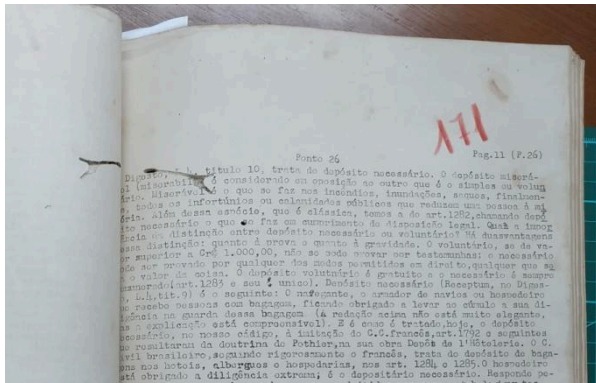
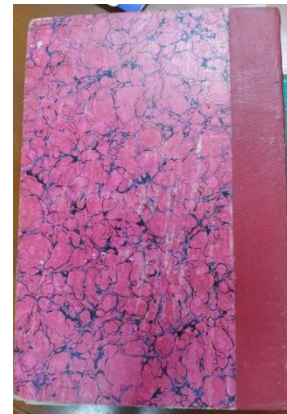
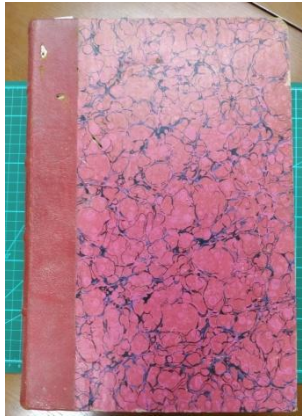
	<p>Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Coordenadoria Especial de Museologia Estudante: Carlos José Klann</p>		
<p align="center">LAUDO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO</p>			
<p align="center">SETOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA</p>			
<p align="center">COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA</p>			
<p align="center">I. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO</p>			
<p>IDENTIFICAÇÃO DO ITEM: Código Penal – Parte Geral</p> <p>CATEGORIA DO ITEM:</p> <p>[] Arquivístico [X] Bibliográfico [] Museológico [] Acervo Particular [] Outro:</p>			
<p>Número de Registro: [X] s/n</p> <p>Origem/local: [X] s/l</p> <p>Descrição informal: Livro publicado pelo decreto-lei nº 2.848 de 7 de Dezembro de 1940.</p> <p>Dimensões: 10 x 15,5 x 1,4 cm</p> <p>Nº de Páginas: 181</p>	<p>Título/Tema: Código Penal – Parte Geral.</p> <p>Autor/Atribuição: Governo Federal</p> <p>Datação: 1940.</p>		
<p>COMPOSIÇÃO MATERIAL DO ITEM: [X] ORGÂNICO [] INORGÂNICO [] MISTO</p>			
<p>ESPECIFICAÇÃO DO ACERVO:</p>			
<p>TIPOLOGIA DE ACERVO:</p> <p>[x] Suporte Papel [] Suporte Madeira [] Suporte Tecido [] Taxidermia [] Cerâmica [] Lítico [] Têxtil [X] Couro [] Etnológico [] Arqueológico [] Metal [] Vidro [] Misto [] Outro:</p>			
<p>[] Álbum</p> <p>[] Brochura</p> <p>[] Certificado</p> <p>[] Desenho</p>	<p>[] Folheto</p> <p>[] Gravura</p> <p>[] Impresso</p> <p>[X] Livro</p>	<p>[] Manuscrito</p> <p>[] Mapa</p> <p>[] Partitura</p> <p>[] Periódico</p>	<p>[] Planta</p> <p>[] Pergaminho</p> <p>[] _____</p> <p>[] _____</p>
<p align="center">II. ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL</p>			
<p>PRINCIPAIS DETERIORAÇÕES DO ITEM E/OU DOCUMENTO:</p>			

<input checked="" type="checkbox"/> 01 - Sujidades <input checked="" type="checkbox"/> 02 - Manchas (umidade) <input type="checkbox"/> 03 - Manchas (migração de pigmento) <input type="checkbox"/> 04 - Ataque biológico ativo - fungos e bactérias <input type="checkbox"/> 05 - Infestação ativa - insetos <input type="checkbox"/> 06 - Vestígio de infestação (inativa) <input type="checkbox"/> 07 - Excrementos de insetos <input type="checkbox"/> 08 - Excrementos de roedores/outros <input checked="" type="checkbox"/> 09 - Oxidação/corrosão <input type="checkbox"/> 10 - Vincos; dobras <input type="checkbox"/> 11 - Ressecamento	<input checked="" type="checkbox"/> 12 - Desprendimentos <input type="checkbox"/> 13 - Intervenções anteriores <input type="checkbox"/> 14 - Eflorescência salinas <input checked="" type="checkbox"/> 15 - Inscrições, carimbos etc. <input type="checkbox"/> 16 - Dissociação <input type="checkbox"/> 17 - Riscos <input type="checkbox"/> 18 - Adesivos aderidos (fitas, colas) <input type="checkbox"/> 19 - Grampos, cliques, pregos, tachas; <input type="checkbox"/> 20 - Perdas de suporte <input type="checkbox"/> 21 - Fragilização <input checked="" type="checkbox"/> 22 - Amarelecimento <input checked="" type="checkbox"/> 23 - Escurecimento <input checked="" type="checkbox"/> 24 - Rupturas	<input type="checkbox"/> 25 - Abrasões <input type="checkbox"/> 26 - Obturações <input type="checkbox"/> 27 - Enxertos <input type="checkbox"/> 28 - Remendos <input type="checkbox"/> 29 - Uniões defeituosas <input type="checkbox"/> 30 - Esmacimento / descoloração <input checked="" type="checkbox"/> 31 - Anot. a tinta (caneta e/ou similares) <input checked="" type="checkbox"/> 32 - Rasgos <input checked="" type="checkbox"/> 33 - Fissuras <input type="checkbox"/> 34 - Ondulação <input type="checkbox"/> 35 - Buracos <input checked="" type="checkbox"/> 36 - Desenhos
Obs.: A capa de couro desbotada, livro com bastante inscrições a caneta.		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL		
<input type="checkbox"/> BOM <input checked="" type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO (Estado Avançado de Deterioração) Obs.:		
III. TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO RECOMENDADO		
[R] REALIZADO [P] PROPOSTO		
<input type="checkbox"/> R] Exame organoléptico <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com trincha macia <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com pó de borracha <input type="checkbox"/> Higienização química (banhos) <input type="checkbox"/> Remoção de etiquetas, fitas <input type="checkbox"/> Remoção de grampos, cliques, pregos, tachinhas	<input type="checkbox"/> Remoção de colas <input type="checkbox"/> Remendos <input type="checkbox"/> Enxertos <input type="checkbox"/> Reparos <input type="checkbox"/> Acondicionamento <input type="checkbox"/> Outros:	
Obs.:Seria necessário realizar a aplicação de teste de acidez do papel.		
RESPONSÁVEL PELO EXAME DIAGNÓSTICO: Carlos José Klann		
DATA: 14/06/2024		
REGISTRO FOTOGRÁFICO DO EXAME		



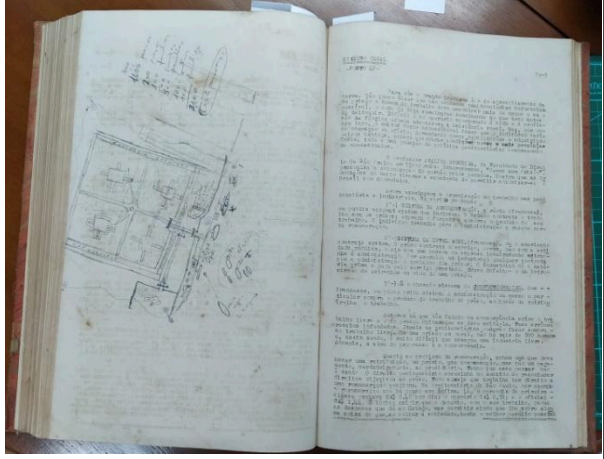
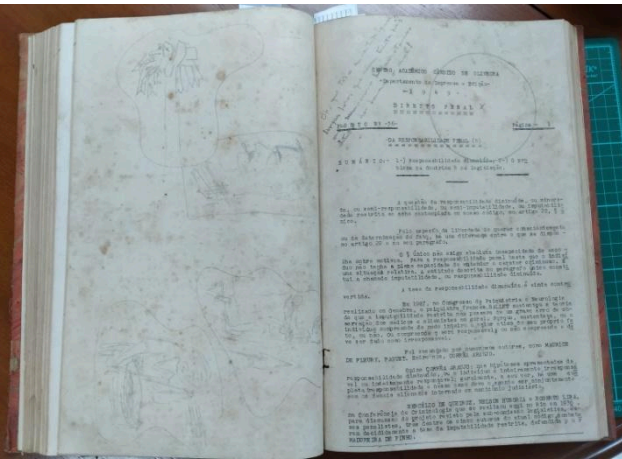
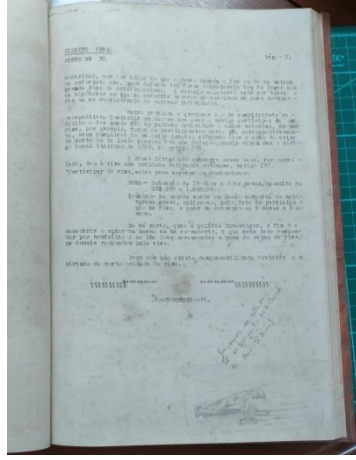
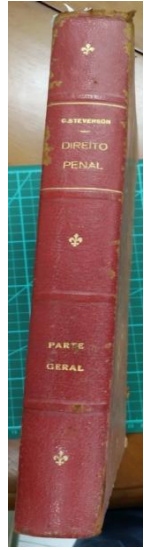
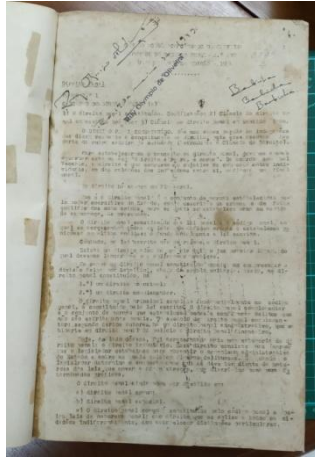
	<p>Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Coordenadoria Especial de Museologia Estudante: Carlos José Klann</p>		
LAUDO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
SETOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA			
COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA			
I. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO			
IDENTIFICAÇÃO DO ITEM: Direito Civil – Ano II			
CATEGORIA DO ITEM:			
<input type="checkbox"/> Arquivístico <input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfico <input type="checkbox"/> Museológico <input type="checkbox"/> Acervo Particular <input type="checkbox"/> Outro:			
Número de Registro: <input checked="" type="checkbox"/> s/n Origem/local: Rio de Janeiro <input type="checkbox"/> s/l Descrição informal: Encadernação dos materiais da Faculdade Nacional de Direito, Direito Civil, Prof. Hahnemann Guimarães, 1949 Dimensões: 22 x 32,7 x 7,8 cm Nº de Páginas: 520	Título/Tema: Direito Civil – Ano II, 2º Semestre. Autor/Atribuição: Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Datação: 1949.		
COMPOSIÇÃO MATERIAL DO ITEM: <input checked="" type="checkbox"/> ORGÂNICO <input type="checkbox"/> INORGÂNICO <input type="checkbox"/> MISTO			
ESPECIFICAÇÃO DO ACERVO:			
TIPOLOGIA DE ACERVO:			
<input checked="" type="checkbox"/> Suporte Papel <input type="checkbox"/> Suporte Madeira <input type="checkbox"/> Suporte Tecido <input type="checkbox"/> Taxidermia <input type="checkbox"/> Cerâmica <input type="checkbox"/> Lítico <input type="checkbox"/> Têxtil <input checked="" type="checkbox"/> Couro <input type="checkbox"/> Etnológico <input type="checkbox"/> Arqueológico <input type="checkbox"/> Metal <input type="checkbox"/> Vidro <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro:			
<input type="checkbox"/> Álbum <input type="checkbox"/> Brochura <input type="checkbox"/> Certificado <input type="checkbox"/> Desenho	<input type="checkbox"/> Folheto <input type="checkbox"/> Gravura <input type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> Manuscrito <input type="checkbox"/> Mapa <input type="checkbox"/> Partitura <input type="checkbox"/> Periódico	<input type="checkbox"/> Planta <input type="checkbox"/> Pergaminho <input checked="" type="checkbox"/> Encadernação <input type="checkbox"/> _____
II. ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL			
PRINCIPAIS DETERIORAÇÕES DO ITEM E/OU DOCUMENTO:			

<input checked="" type="checkbox"/> 01 - Sujidades <input checked="" type="checkbox"/> 02 - Manchas (umidade) <input type="checkbox"/> 03 - Manchas (migração de pigmento) <input type="checkbox"/> 04 - Ataque biológico ativo - fungos e bactérias <input type="checkbox"/> 05 - Infestação ativa - insetos <input checked="" type="checkbox"/> 06 - Vestígio de infestação (inativa) <input type="checkbox"/> 07 - Excrementos de insetos <input type="checkbox"/> 08 - Excrementos de roedores/outros <input checked="" type="checkbox"/> 09 - Oxidação/corrosão <input type="checkbox"/> 10 - Vincos; dobras <input type="checkbox"/> 11 - Ressecamento	<input type="checkbox"/> 12 - Desprendimentos <input type="checkbox"/> 13 - Intervenções anteriores <input type="checkbox"/> 14 - Eflorescência salinas <input checked="" type="checkbox"/> 15 - Inscrições, carimbos etc. <input type="checkbox"/> 16 - Dissociação <input type="checkbox"/> 17 - Riscos <input checked="" type="checkbox"/> 18 - Adesivos aderidos (fitas, colas) <input type="checkbox"/> 19 - Grampos, cliques, pregos, tachas; <input type="checkbox"/> 20 - Perdas de suporte <input type="checkbox"/> 21 - Fragilização <input checked="" type="checkbox"/> 22 - Amarelecimento <input checked="" type="checkbox"/> 23 - Escurecimento <input type="checkbox"/> 24 - Rupturas	<input checked="" type="checkbox"/> 25 - Abrasões <input type="checkbox"/> 26 - Obturações <input type="checkbox"/> 27 - Enxertos <input type="checkbox"/> 28 - Remendos <input type="checkbox"/> 29 - Uniões defeituosas <input type="checkbox"/> 30 - Esmacimento / descoloração <input checked="" type="checkbox"/> 31 - Anot. a tinta (caneta e/ou similares) <input type="checkbox"/> 32 - Rasgos <input type="checkbox"/> 33 - Fissuras <input type="checkbox"/> 34 - Ondulação <input checked="" type="checkbox"/> 35 - Buracos <input checked="" type="checkbox"/> 36 - Desenhos
<p>Obs.: lombada de couro - Nas da encadernação tem alguns desenhos e recordes deixados entre as páginas.</p>		
<p>ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL</p>		
<p><input type="checkbox"/> BOM <input checked="" type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO (Estado Avançado de Deterioração) Obs.:</p>		
<p align="center">III. TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO RECOMENDADO [R] REALIZADO [P] PROPOSTO</p>		
<input type="checkbox"/> R] Exame organoléptico <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com trincha macia <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com pó de borracha <input type="checkbox"/> Higienização química (banhos) <input checked="" type="checkbox"/> X] Remoção de etiquetas, fitas <input type="checkbox"/> Remoção de grampos, cliques, pregos, tachinhas	<input type="checkbox"/> Remoção de colas <input type="checkbox"/> Remendos <input type="checkbox"/> Enxertos <input type="checkbox"/> Reparos <input type="checkbox"/> Acondicionamento <input type="checkbox"/> Outros:	
<p>Obs.: Seria necessário realizar a aplicação de teste de acidez do papel.</p>		
<p>RESPONSÁVEL PELO EXAME DIAGNÓSTICO: Carlos José Klann</p>		
<p>DATA: 14/06/2024</p>		
<p>REGISTRO FOTOGRÁFICO DO EXAME</p>		



	Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Coordenadoria Especial de Museologia Estudante: Carlos José Klann		
LAUDO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
SETOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA			
COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA			
I. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO			
IDENTIFICAÇÃO DO ITEM: Direito Penal – Parte Geral - Ano II			
CATEGORIA DO ITEM: <input type="checkbox"/> Arquivístico <input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfico <input type="checkbox"/> Museológico <input type="checkbox"/> Acervo Particular <input type="checkbox"/> Outro:			
Número de Registro: <input checked="" type="checkbox"/> s/n Origem/local: Rio de Janeiro <input type="checkbox"/> s/l Descrição informal: Encadernação dos materiais da Faculdade Nacional de Direito, Direito Penal, Prof. Oscar Penteadó Stevenson, 1949 Dimensões: 21,4 x 32,5 x 3,5 cm Nº de Páginas: 285	Título/Tema: Direito Civil – Parte Geral - Ano II Autor/Atribuição: Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Datação: 1949.		
COMPOSIÇÃO MATERIAL DO ITEM: <input checked="" type="checkbox"/> ORGÂNICO <input type="checkbox"/> INORGÂNICO <input type="checkbox"/> MISTO			
ESPECIFICAÇÃO DO ACERVO:			
TIPOLOGIA DE ACERVO: <input checked="" type="checkbox"/> Suporte Papel <input type="checkbox"/> Suporte Madeira <input type="checkbox"/> Suporte Tecido <input type="checkbox"/> Taxidermia <input type="checkbox"/> Cerâmica <input type="checkbox"/> Lítico <input type="checkbox"/> Têxtil <input checked="" type="checkbox"/> Couro <input type="checkbox"/> Etnológico <input type="checkbox"/> Arqueológico <input type="checkbox"/> Metal <input type="checkbox"/> Vidro <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro:			
<input type="checkbox"/> Álbum <input type="checkbox"/> Brochura <input type="checkbox"/> Certificado <input type="checkbox"/> Desenho	<input type="checkbox"/> Folheto <input type="checkbox"/> Gravura <input type="checkbox"/> Impresso <input type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> Manuscrito <input type="checkbox"/> Mapa <input type="checkbox"/> Partitura <input type="checkbox"/> Periódico	<input type="checkbox"/> Planta <input type="checkbox"/> Pergaminho <input checked="" type="checkbox"/> Encadernação <input type="checkbox"/> _____
II. ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL			
PRINCIPAIS DETERIORAÇÕES DO ITEM E/OU DOCUMENTO:			

<input checked="" type="checkbox"/> 01 - Sujidades <input checked="" type="checkbox"/> 02 - Manchas (umidade) <input type="checkbox"/> 03 - Manchas (migração de pigmento) <input type="checkbox"/> 04 - Ataque biológico ativo - fungos e bactérias <input type="checkbox"/> 05 - Infestação ativa - insetos <input type="checkbox"/> 06 - Vestígio de infestação (inativa) <input type="checkbox"/> 07 - Excrementos de insetos <input type="checkbox"/> 08 - Excrementos de roedores/outros <input checked="" type="checkbox"/> 09 - Oxidação/corrosão <input type="checkbox"/> 10 - Vincos; dobras <input type="checkbox"/> 11 - Ressecamento	<input type="checkbox"/> 12 - Desprendimentos <input type="checkbox"/> 13 - Intervenções anteriores <input type="checkbox"/> 14 - Eflorescência salinas <input checked="" type="checkbox"/> 15 - Inscrições, carimbos etc. <input type="checkbox"/> 16 - Dissociação <input type="checkbox"/> 17 - Riscos <input checked="" type="checkbox"/> 18 - Adesivos aderidos (fitas, colas) <input type="checkbox"/> 19 - Grampos, cliques, pregos, tachas; <input type="checkbox"/> 20 - Perdas de suporte <input type="checkbox"/> 21 - Fragilização <input checked="" type="checkbox"/> 22 - Amarelecimento <input checked="" type="checkbox"/> 23 - Escurecimento <input type="checkbox"/> 24 - Rupturas	<input type="checkbox"/> 25 - Abrasões <input type="checkbox"/> 26 - Obturações <input type="checkbox"/> 27 - Enxertos <input type="checkbox"/> 28 - Remendos <input type="checkbox"/> 29 - Uniões defeituosas <input type="checkbox"/> 30 - Esmacimento / descoloração <input checked="" type="checkbox"/> 31 - Anot. a tinta (caneta e/ou similares) <input type="checkbox"/> 32 - Rasgos <input type="checkbox"/> 33 - Fissuras <input type="checkbox"/> 34 - Ondulação <input type="checkbox"/> 35 - Buracos <input checked="" type="checkbox"/> 36 - Desenhos
<p>Obs.: lombada de couro - Nas da encadernação tem alguns desenhos e recordes deixados entre as páginas.</p>		
<p>ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL</p>		
<p><input type="checkbox"/> BOM <input checked="" type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO (Estado Avançado de Deterioração) Obs.:</p>		
<p align="center">III. TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO RECOMENDADO [R] REALIZADO [P] PROPOSTO</p>		
<input type="checkbox"/> R] Exame organoléptico <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com trincha macia <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com pó de borracha <input type="checkbox"/> Higienização química (banhos) <input checked="" type="checkbox"/> X] Remoção de etiquetas, fitas <input type="checkbox"/> Remoção de grampos, cliques, pregos, tachinhas	<input type="checkbox"/> Remoção de colas <input type="checkbox"/> Remendos <input type="checkbox"/> Enxertos <input type="checkbox"/> Reparos <input type="checkbox"/> Acondicionamento <input type="checkbox"/> Outros:	
<p>Obs.: Seria necessário realizar a aplicação de teste de acidez do papel.</p>		
<p>RESPONSÁVEL PELO EXAME DIAGNÓSTICO: Carlos José Klann</p>		
<p>DATA: 14/06/2024</p>		
<p>REGISTRO FOTOGRÁFICO DO EXAME</p>		



	Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Coordenadoria Especial de Museologia Estudante: Carlos José Klann		
LAUDO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
SETOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA			
COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA			
I. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO			
IDENTIFICAÇÃO DO ITEM: A Biblioteca			
CATEGORIA DO ITEM: <input type="checkbox"/> Arquivístico <input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfico <input type="checkbox"/> Museológico <input type="checkbox"/> Acervo Particular <input type="checkbox"/> Outro:			
Número de Registro: 020.2 F43b <input type="checkbox"/> s/n Origem/local: Rio de Janeiro <input type="checkbox"/> s/l Descrição informal: Livro publicado pela livraria Freitas Bastos S. A. em convênio com o Instituto Nacional do Livro – MEC. 6ª Ed. Dimensões: 15,2 x 15,5 x 1,4 cm Nº de Páginas: 207	Título/Tema: A Biblioteca Autor/Atribuição: Wanda Ferraz Datação: 1972.		
COMPOSIÇÃO MATERIAL DO ITEM: <input checked="" type="checkbox"/> ORGÂNICO <input type="checkbox"/> INORGÂNICO <input type="checkbox"/> MISTO			
ESPECIFICAÇÃO DO ACERVO:			
TIPOLOGIA DE ACERVO: <input checked="" type="checkbox"/> Suporte Papel <input type="checkbox"/> Suporte Madeira <input type="checkbox"/> Suporte Tecido <input type="checkbox"/> Taxidermia <input type="checkbox"/> Cerâmica <input type="checkbox"/> Lítico <input type="checkbox"/> Têxtil <input type="checkbox"/> Couro <input type="checkbox"/> Etnológico <input type="checkbox"/> Arqueológico <input type="checkbox"/> Metal <input type="checkbox"/> Vidro <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro:			
<input type="checkbox"/> Álbum <input type="checkbox"/> Brochura <input type="checkbox"/> Certificado <input type="checkbox"/> Desenho	<input type="checkbox"/> Folheto <input type="checkbox"/> Gravura <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> Manuscrito <input type="checkbox"/> Mapa <input type="checkbox"/> Partitura <input type="checkbox"/> Periódico	<input type="checkbox"/> Planta <input type="checkbox"/> Pergaminho <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____
II. ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL			
PRINCIPAIS DETERIORAÇÕES DO ITEM E/OU DOCUMENTO:			

<input checked="" type="checkbox"/> 01 - Sujidades <input checked="" type="checkbox"/> 02 - Manchas (umidade) <input type="checkbox"/> 03 - Manchas (migração de pigmento) <input type="checkbox"/> 04 - Ataque biológico ativo - fungos e bactérias <input type="checkbox"/> 05 - Infestação ativa - insetos <input type="checkbox"/> 06 - Vestígio de infestação (inativa) <input type="checkbox"/> 07 - Excrementos de insetos <input type="checkbox"/> 08 - Excrementos de roedores/outros <input type="checkbox"/> 09 - Oxidação/corrosão <input checked="" type="checkbox"/> 10 - Vincos; dobras <input type="checkbox"/> 11 - Ressecamento	<input type="checkbox"/> 12 - Desprendimentos <input type="checkbox"/> 13 - Intervenções anteriores <input type="checkbox"/> 14 - Eflorescência salinas <input type="checkbox"/> 15 - Inscrições, carimbos etc. <input type="checkbox"/> 16 - Dissociação <input type="checkbox"/> 17 - Riscos <input type="checkbox"/> 18 - Adesivos aderidos (fitas, colas) <input type="checkbox"/> 19 - Grampos, cliques, pregos, tachas; <input type="checkbox"/> 20 - Perdas de suporte <input type="checkbox"/> 21 - Fragilização <input checked="" type="checkbox"/> 22 - Amarelecimento <input checked="" type="checkbox"/> 23 - Escurecimento <input type="checkbox"/> 24 - Rupturas	<input type="checkbox"/> 25 - Abrasões <input type="checkbox"/> 26 - Obturações <input checked="" type="checkbox"/> 27 - Enxertos <input type="checkbox"/> 28 - Remendos <input type="checkbox"/> 29 - Uniões defeituosas <input type="checkbox"/> 30 - Esmacimento / descoloração <input checked="" type="checkbox"/> 31 - Anot. a tinta (caneta e/ou similares) <input type="checkbox"/> 32 - Rasgos <input type="checkbox"/> 33 - Fissuras <input type="checkbox"/> 34 - Ondulação <input type="checkbox"/> 35 - Buracos <input type="checkbox"/> 36 -
<p>Obs.: Livro usado pelo Dr. Ruy para organizar sua biblioteca. No livro tem um enxerto com a classificação CDD da biblioteca particular. Textos e notícias sobre conservação de papel e ex-libris.</p>		
<p>ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL</p>		
<p><input checked="" type="checkbox"/> BOM <input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO (Estado Avançado de Deterioração) Obs.:</p>		
<p align="center">III. TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO RECOMENDADO [R] REALIZADO [P] PROPOSTO</p>		
<input type="checkbox"/> R] Exame organoléptico <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com trincha macia <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com pó de borracha <input type="checkbox"/> Higienização química (banhos) <input type="checkbox"/> Remoção de etiquetas, fitas <input type="checkbox"/> Remoção de grampos, cliques, pregos, tachinhas	<input type="checkbox"/> Remoção de colas <input type="checkbox"/> Remendos <input type="checkbox"/> Enxertos <input type="checkbox"/> Reparos <input type="checkbox"/> Acondicionamento <input type="checkbox"/> Outros:	
<p>Obs.:</p>		
<p>RESPONSÁVEL PELO EXAME DIAGNÓSTICO: Carlos José Klann</p>		
<p>DATA: 14/06/2024</p>		
<p>REGISTRO FOTOGRÁFICO DO EXAME</p>		

	<p>Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Coordenadoria Especial de Museologia Estudante: Carlos José Klann</p>		
LAUDO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
SETOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA			
COLEÇÃO DR. RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA			
I. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO			
IDENTIFICAÇÃO DO ITEM: História do Ministério Público Catarinense			
CATEGORIA DO ITEM: <input type="checkbox"/> Arquivístico <input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfico <input type="checkbox"/> Museológico <input type="checkbox"/> Acervo Particular <input type="checkbox"/> Outro:			
Número de Registro: 344.115 B921h <input type="checkbox"/> s/n Origem/local: Florianópolis/SC <input type="checkbox"/> s/l Descrição informal: Livro publicado pela Ed. Habitus – Florianópolis, oferta da ACMP. Dimensões: 13,8 x 21 x 1,9 cm Nº de Páginas: 264	Título/Tema: História do Ministério Público Catarinense Autor/Atribuição: Raulino Jacó Brünning Datação: 2002.		
COMPOSIÇÃO MATERIAL DO ITEM: <input checked="" type="checkbox"/> ORGÂNICO <input type="checkbox"/> INORGÂNICO <input type="checkbox"/> MISTO			
ESPECIFICAÇÃO DO ACERVO:			
TIPOLOGIA DE ACERVO: <input checked="" type="checkbox"/> Suporte Papel <input type="checkbox"/> Suporte Madeira <input type="checkbox"/> Suporte Tecido <input type="checkbox"/> Taxidermia <input type="checkbox"/> Cerâmica <input type="checkbox"/> Lítico <input type="checkbox"/> Têxtil <input type="checkbox"/> Couro <input type="checkbox"/> Etnológico <input type="checkbox"/> Arqueológico <input type="checkbox"/> Metal <input type="checkbox"/> Vidro <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro:			
<input type="checkbox"/> Álbum <input type="checkbox"/> Brochura <input type="checkbox"/> Certificado <input type="checkbox"/> Desenho	<input type="checkbox"/> Folheto <input type="checkbox"/> Gravura <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> Manuscrito <input type="checkbox"/> Mapa <input type="checkbox"/> Partitura <input type="checkbox"/> Periódico	<input type="checkbox"/> Planta <input type="checkbox"/> Pergaminho <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____
II. ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL			
PRINCIPAIS DETERIORAÇÕES DO ITEM E/OU DOCUMENTO:			

<input checked="" type="checkbox"/> 01 - Sujidades <input checked="" type="checkbox"/> 02 - Manchas (umidade) <input type="checkbox"/> 03 - Manchas (migração de pigmento) <input type="checkbox"/> 04 - Ataque biológico ativo - fungos e bactérias <input type="checkbox"/> 05 - Infestação ativa - insetos <input type="checkbox"/> 06 - Vestígio de infestação (inativa) <input type="checkbox"/> 07 - Excrementos de insetos <input type="checkbox"/> 08 - Excrementos de roedores/outros <input type="checkbox"/> 09 - Oxidação/corrosão <input type="checkbox"/> 10 - Vincos; dobras <input type="checkbox"/> 11 - Ressecamento	<input type="checkbox"/> 12 - Desprendimentos <input type="checkbox"/> 13 - Intervenções anteriores <input type="checkbox"/> 14 - Eflorescência salinas <input type="checkbox"/> 15 - Inscrições, carimbos etc. <input type="checkbox"/> 16 - Dissociação <input type="checkbox"/> 17 - Riscos <input type="checkbox"/> 18 - Adesivos aderidos (fitas, colas) <input type="checkbox"/> 19 - Grampos, cliques, pregos, tachas; <input type="checkbox"/> 20 - Perdas de suporte <input type="checkbox"/> 21 - Fragilização <input checked="" type="checkbox"/> 22 - Amarelecimento <input type="checkbox"/> 23 - Escurecimento <input type="checkbox"/> 24 - Rupturas	<input type="checkbox"/> 25 - Abrasões <input type="checkbox"/> 26 - Obturações <input type="checkbox"/> 27 - Enxertos <input type="checkbox"/> 28 - Remendos <input type="checkbox"/> 29 - Uniões defeituosas <input type="checkbox"/> 30 –Esmacimento / descoloração <input checked="" type="checkbox"/> 31 - Anot. a tinta (caneta e/ou similares) <input type="checkbox"/> 32 - Rasgos <input type="checkbox"/> 33 - Fissuras <input type="checkbox"/> 34 - Ondulação <input type="checkbox"/> 35 - Buracos <input type="checkbox"/> 36 -
Obs.:		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL		
<input checked="" type="checkbox"/> BOM <input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO (Estado Avançado de Deterioração) Obs.:		
III. TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO RECOMENDADO		
[R] REALIZADO [P] PROPOSTO		
<input type="checkbox"/> R] Exame organoléptico <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com trincha macia <input type="checkbox"/> P] Higienização mecânica com pó de borracha <input type="checkbox"/> Higienização química (banhos) <input type="checkbox"/> Remoção de etiquetas, fitas <input type="checkbox"/> Remoção de grampos, cliques, pregos, tachinhas	<input type="checkbox"/> Remoção de colas <input type="checkbox"/> Remendos <input type="checkbox"/> Enxertos <input type="checkbox"/> Reparos <input type="checkbox"/> Acondicionamento <input type="checkbox"/> Outros:	
Obs.:		
RESPONSÁVEL PELO EXAME DIAGNÓSTICO: Carlos José Klann		
DATA: 14/06/2024		
REGISTRO FOTOGRÁFICO DO EXAME		

